

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIANA FALCÃO CHAISE

**REFORMA NO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARGELINO:
UMA ANÁLISE POLÍTICA**

Porto Alegre

2014

MARIANA FALCÃO CHAISE

**REFORMA NO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARGELINO:
UMA ANÁLISE POLÍTICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

Porto Alegre

2014

MARIANA FALCÃO CHAISE

**REFORMA NO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARGELINO:
UMA ANÁLISE POLÍTICA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – Examinador

UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – Examinador

UFRGS

Aos meus pais, Valéria e Carlos Eduardo, por tudo.

Ao meu irmão Rodrigo.

AGRADECIMENTOS

Faz-se necessário agradecer, inicialmente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino de qualidade, pelos estímulos diários à reflexão crítica, pelas oportunidades diversas que me foram proporcionadas nestes anos de casa. Dentro de seu quadro docente, agradeço especialmente ao professor Carlos Arturi, que aceitou me orientar nesta monografia e o fez de modo comprometido e inspirador. Ao professor Marco Cepik pela introdução aos Estudos em Inteligência, mas – sobretudo – pela amizade e pelo apoio inestimável neste último ano. Ao professor Paulo Visentini pelo estímulo em estudar (e amar) o continente africano e o Oriente Médio e pelo desafio constante de transcender o senso comum e questionar o óbvio. No âmbito da *Universidad de Granada*, agradeço à professora Maria Angustias Parejo Fernández pelo gérmen deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de CEGOV pela troca incessante, em especial ao grupo de estudos em Inteligência, a Gustavo Möller, Giovanna Kuele e Pedro Marques. Agradeço a Bernardo Vinhas, Laura Quaglia e Luíza Cerioli pela disposição e pelas críticas honestas.

Finalmente, agradeço – dentro de um universo de possibilidades – à minha família pelo auxílio, não somente durante estes anos de graduação, e pela crença em mim e apoio aos meus objetivos; aos meus pares internacionalistas pelos exemplos motivadores; às minhas amigas rosarienses pela amizade que transborda; a Matheus Gebhardt pela compreensão, pelo companheirismo e pelo incentivo a ser sempre o melhor de mim.

While most states have armies, Algeria's army has a state

*The Call From Algeria:
Third Worldism, Revolution and the Turn to Islam*

*La DRS est devenue une pieuvre tentaculaire, un Etat
dans l'Etat, une armée dans l'armée, une administration
dans l'administration.*

Général Toufik: Le dirigeant invisible

RESUMO

O enclave militar desempenhou um papel central na construção do Estado nacional argelino durante a Guerra de Independência (1954-1962). Nas décadas subsequentes, exerceu poder e influência por intermédio de diversas formas de controle político, algumas delas encobertas ou não institucionalizadas, tal qual o serviço de inteligência, dando origem a uma estrutura dual de poder, na qual se embateram os interesses da instituição militar e dos governantes eleitos. Reformas na estrutura das Forças Armadas foram iniciadas no ano 2000, a partir do governo Bouteflika, ainda que a postergação da reestruturação do serviço de inteligência tenha permitido a manutenção de um importante lócus de poder através do qual os militares atuavam politicamente. De tal forma, o objetivo deste trabalho é analisar as implicações da reorganização do *Département du Renseignement et de la Sécurité* (DRS), anunciada em 2013, para a estrutura de poder nacional. Admite-se como hipótese que a reestruturação do DRS, ao diminuir a capacidade dos militares de exercer poder e influência, atenuaria uma estrutura considerada dual de poder em benefício do Poder Executivo, embora carecendo de um conteúdo democratizante.

Palavras-chave: Serviço de inteligência; Argélia; *Département du Renseignement et de la Sécurité*; Reforma no serviço de inteligência.

ABSTRACT

The Military played a central role in the creation of Algerian national State during the country's War of Independence (1954-1962). In the following decades, the organization wielded power and influence through a number of forms of political control, some of which were either secret or non-institutionalized such as the intelligence service, giving birth to a dual structure of power where interests of the Armed Forces and of the elected governors have collided. Reforms in the structure of the Military were initiated in 2000 with Bouteflika's term, although having delayed this initiative contributed to the maintenance of an important locus of power through which militaries would act politically. Therefore, this study aims at analyzing the implications of the reordering of the *Département du Renseignement et de la Sécurité* (DRS), announced in 2013, for the national structure of power. It is risen as hypothesis that the restructuring of the DRS, while cutting back the capacity of the militaries to wield power and influence, would mitigate a so-considered dual structure of power in the benefit of the executive power, although lacking a democratizing content.

Keywords: Intelligence service; Algeria; *Département du Renseignement et de la Sécurité*; Reform in the intelligence service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia de agências de inteligência.....	35
Quadro 2 - Atentados terroristas no Magreb e no Sahel desde 2001.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQMI	– <i>Al Qaida au Maghreb islamique</i>
AIS	– <i>Armée Islamique du Salut</i>
ANL	– <i>Armée Nationale de Libération</i>
BPM	– <i>Bataillons de Police Militaire</i>
CCD	– <i>Centre de la Communication et de la Diffusion</i>
CPMI	– <i>Centre Principal Militaire d'Investigation</i>
CNRA	– <i>Conseil National de la Révolution Algérienne</i>
CR	– <i>Conseil de la Révolution</i>
CRUA	– <i>Comité Révolutionnaire d'Unité et d'Action</i>
TSCTP	– <i>Trans-Sahara Counter-Terrorism Partnership</i>
DGPS	– <i>Délégation Générale de la Prévention et de la Sécurité</i>
DRS	– <i>Département du Renseignement et de la Sécurité</i>
DAF	– <i>Déserteurs de l'Armée Française</i>
AMAM	– <i>Direção de Inteligência Militar</i>
DCSA	– <i>Direction Centrale de la Sécurité de l'Armée</i>
DDSE	– <i>Direction de la Documentation et de la Sécurité Extérieure</i>
DSI	– <i>Direction de la Sécurité Intérieure</i>
DCE	– <i>Direction du Contre-Espionnage</i>
EMP	– <i>Euro-Mediterranean Partnership</i>
FLN	– <i>Front de Libération Nationale</i>
FFS	– <i>Front des Forces Socialistes</i>
FIS	– <i>Front Islamique du Salut</i>
GPRA	– <i>Gouvernement Provisoire de la République Algérienne</i>

GIGN	– <i>Groupe d'Intervention de la Gendarmerie Nationale</i>
GIA	– <i>Groupe Islamique Armé</i>
GSPC	– <i>Groupe Salafiste pour la Prédication et le Combat</i>
GIS	– <i>Groupement d'Intervention Spéciale</i>
HCS	– <i>Haut Conseil de Sécurité</i>
ISI	– <i>Inter-Services Intelligence</i>
MEPI	– <i>Middle East Partnership Initiative</i>
MALG	– <i>Ministère de l'Armement et des Liaisons générales</i>
MNA	– <i>Mouvement National Algérien</i>
MSP	– <i>Mouvement de la Société pour la Paix</i>
CPO	– <i>Centre Principal des Opérations</i>
ONRB	– <i>Office National de Répression du Banditisme</i>
MIT	– <i>Organização Nacional de Inteligência</i>
OS	– <i>Organisation Spéciale</i>
CTRI	– <i>Centres Territoriaux de Recherche et d'Investigation</i>
PCO	– <i>Poste de Commandement Opérationnel</i>
RCD	– <i>Rassemblement pour la Culture et la Démocratie</i>
SM	– <i>Sécurité Militaire</i>
SCPJ	– <i>Service Central de la Police Judiciaire</i>
SRA	– <i>Service de Recherche et d'Analyse</i>
TSA	– <i>Tout Sur l'Algérie</i>
UfM	– <i>União para o Mediterrâneo</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA COMO LÓCUS DE PODER.....	18
2.1 Influências, poder e legitimidade: uma aproximação.....	18
2.2 Relações Civil-Militares: a ação política dos militares e as possibilidades teóricas para o mundo árabe.....	23
2.3 Serviços de Inteligência como Locus de Poder	31
3 CONTEXTUALIZAÇÃO: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA ARGELINO, DO <i>POUVOIR</i> E A ERA BOUTEFLIKA	37
3.1 A Argélia idealizada: o final da Guerra de Independência e o Governo Boumediène	37
3.2 Rumo à desagregação: o Governo Bendjedid	43
3.3 Estado de contra insurgência: a Guerra Civil e o segundo <i>coup d'État</i>	47
3.4 A Era Bouteflika: antecedentes e condições para a reforma do DRS.....	49
3.4.1 Fatores internos para a reforma nas Forças Armadas.....	53
3.4.2 Fatores externos para a reforma nas Forças Armadas	54
4 A REFORMA DO <i>DÉPARTEMENT DU RENSEIGNEMENT ET DE LA SÉCURITÉ</i> : POSSIBILIDADES ANALÍTICAS	58
4.1 Reformas em serviços de inteligência: aproximações teóricas	58
4.2 A Reforma de 2013: o <i>Département du Renseignement et de la Sécurité</i> em vias de dissolução.....	61
4.2.1 Análise do objetivo político por trás das principais alterações no âmbito do DRS	66
5 CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXO 1 – PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL EM JANEIRO/SETEMBRO 2014 (corrente de comércio – US\$ F.O.B).....	86
ANEXO 2 – ATENTADOS TERRORISTAS NO MAGREB E NO SAHEL DESDE 2001	87
ANEXO 3 – REDES DE AUTORIDADE DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARGELINO	88
ANEXO 4 – DADOS DA ARGÉLIA	91

1 INTRODUÇÃO

A dicotomia entre o “poder efetivo” e o “poder formal” é recorrente na literatura relativa aos países do Grande Oriente Médio,¹ refletindo um descompasso nas relações entre civis e militares, nas quais os primeiros governam formalmente, ao passo que os segundos detêm os meios reais para o exercício do poder. Na Argélia, diz-se “*Gouvernement*” em referência à elite política que governa o país; no contraponto, o “*Pouvoir*” corresponde à nebulosa elite militar que dirige o concerto político. Essa disputa pelo controle do Estado dá origem a uma estrutura dual de poder, a qual certamente não é a característica mais evidente do regime, uma vez que a atuação política das Forças Armadas não é legalmente prescrita, nem é detectável na retórica oficial (ADDI, 2001 ; ENTELIS, ARONE, 1994 ; RAHAL, 1997 ; ROBERTS, 1998 ; ROJAS, 2012 ; SIFAUI, 2011). A premissa de sua existência – entretanto – desqualifica uma percepção comum de que o núcleo duro do poder na Argélia (sendo um fato que se estende facilmente a outros países da região, cuja natureza do regime não é democrática, ainda que de maneira nuançada) é altamente estável e monolítico. Na realidade, existe uma dinâmica de acumulação e de esvaziamento de legitimidade e de autoridade no seio do regime. Por ser um processo dinâmico, porém, pressupõe-se a mutabilidade de suas conjunturas, de modo que os militares que assumiram o controle do Estado no *coup d’État* posterior ao processo de independência, providos de autoridade, tiveram enfraquecida, ao longo dos governos sucessores, as bases subjetivas de sua legitimidade.

A atuação política dos militares na Argélia, residindo aqui nossa segunda premissa, se dá informalmente por meio da canalização de seu poder e influência entre as instituições do Estado (COOK, 2007). Neste contexto, o *Département du Renseignement et de la Sécurité* (DRS), a agência militar de inteligência governamental, dotada de grande (embora não regulamentada) autonomia e de grande penetração social, foi instrumentalizada pelas Forças Armadas para fins desta atuação, garantindo o fluxo informacional aos militares, resguardados pela característica de sigilo necessária às atividades de inteligência (KERVYN, GÈZE, 2004).

Desta maneira, o objetivo deste trabalho é analisar a reforma no sistema de inteligência da Argélia, anunciada pelo presidente Abdelaziz Bouteflika em setembro de 2013, buscando derivar as implicações políticas em termos de estrutura de poder resultantes

¹ Para Amineh (2007), o Grande Oriente Médio corresponde (1) aos países do Norte da África (Magreb), (2) aos países árabes do Oriente Médio (Machrek), (3) aos países não árabes do Oriente Médio (Irã, Turquia e Israel), (4) ao Afeganistão e ao Paquistão, (5) às cinco repúblicas da Ásia Central e os três novos Estados no sul do Cáucaso.

das mudanças implementadas. Nossa hipótese de pesquisa é de que a reestruturação do DRS, sendo a derradeira de uma série de reformas empreendidas no setor de segurança nacional, ao diminuir a capacidade dos militares de exercer poder e influência, atenuaria uma estrutura considerada dual de poder em benefício do Poder Executivo. Essa última ressalva é válida, uma vez que não se propõe aqui que a reforma do DRS possua um caráter democratizante, tal como reforma cognatas empreendidas em outros países. Nossa percepção é a contrária, de que a reforma visaria a uma revisão do próprio autoritarismo em nível presidencial, sendo os argumentos utilizados tanto a inexistência de propostas que democratizem o serviço de inteligência, como a inexistência de um processo democrático em si, que sujeite os civis encarregados do Poder Executivo.

Uma vez que outras reformas no âmbito do sistema de inteligência já haviam sido empreendidas em governos anteriores com o mesmo objetivo de diminuir as prerrogativas dos militares, embora sem sucesso, um segundo objetivo da presente reflexão é compreender quais as condições que permitiriam o sucesso da reforma ao afastar a realidade enfrentada pelo presidente Bouteflika daquela de seus antecessores. Como resposta, propomos uma conjunção de três fatores em nível interno (1. O processo de deslegitimação das Forças Armadas acompanhado do processo de legitimação do posto presidencial; 2. O desmantelamento dos principais grupos terroristas de atuação local; 3. As cisões observadas no *Armée Nationale Populaire*) com dois fatores em nível externo (1. O descolamento do centro dinâmico do terrorismo em direção ao Sahel;² 2. O novo padrão de relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia, foco de pressões externas por reformas).

As justificativas para o presente trabalho podem ser apresentadas em três dimensões: Por que estudar Inteligência Governamental? Por que estudar Inteligência Governamental fora do eixo anglo-americano? Por que estudar Inteligência Governamental especificamente na Argélia?

Quanto à primeira pergunta, serviços de inteligência compõem a burocracia estatal, tendo importantes funções não apenas no âmbito da política externa e de defesa nacional, como também na garantia da ordem pública de um determinado país (PHYTIAN, 2009 ; CEPIK, 2003). Além disso, possuem uma excepcionalidade que torna seu estudo bastante singular: operam em segredo. Segundo Cepik (2003), seria errôneo tratar tais serviços como meros instrumentos passivos dos governantes, agentes perfeitos da vontade de seus dirigentes

² Faixa semiárida que se estende do litoral da Mauritânia e do Senegal ao litoral do Sudão e da Eritreia. Segundo site da universidade de Princeton, ele cobre o norte do continente africano entre o Oceano Atlântico e o Mar Vermelho, abrangendo partes dos países Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Argélia, Níger, Nigéria, Chade, Sudão, Somália, Etiópia e Eritreia.

ou materializações de um tipo ideal de burocracia racional-legal weberiana,³ uma vez que sua atuação impacta nas instituições e no processo político, mas principalmente tendo essas organizações interesses próprios e visões particulares acerca de suas missões. De tal maneira, além de serem especializadas na dimensão informacional do conflito, podem também constituir instrumentos de exercício direto do poder. Ainda que seja incontestável a importância da atividade para os Estados, bem como sua singularidade, os Estudos em Inteligência carecem de um corpo teórico e metodológico robusto e bem fundamentado (GILL, 2009), de modo que o estudo de seus funcionamentos, e também de suas patologias, constitui em si uma justificativa pertinente.

Quanto ao estudo da Inteligência Governamental fora do eixo anglo-americano, a justificativa mantém-se a mesma, dado que a literatura existente se concentra no estudo das realidades inglesa e estadunidense. A maioria dos modelos teóricos encontrados apresenta-se simplista ao assumir que tais sistemas descreveriam arranjos de inteligência de modo universal. Na realidade, existe uma ampla variedade de experiências nacionais de inteligência que não são nem liberais, nem democráticas, as quais são raramente cobertas pela literatura (GILL, 2008). Os países do Grande Oriente Médio, entretanto, possuem uma relevância evidente no cenário internacional, ao protagonizarem muitos dos conflitos que o definem, ainda que seja rasa a compreensão de suas realidades, caindo-se – muitas vezes – em generalizações rudes. Nomeadamente, mesmo que a atuação política dos militares por intermédio dos serviços de inteligência seja uma realidade significativa dos países em questão e que contribua para o entendimento de seus funcionamentos, pouco se discute a respeito, talvez com a exceção de Israel.⁴

Quanto às justificativas para a escolha da Argélia como estudo de caso, estas também se dividem em três níveis, que buscam capturar as características do sistema de inteligência argelino que o singulariza, tornando-o um objeto de estudo bastante interessante. Em nível estrutural, a Argélia é considerada um caso extremo de intervenção política por parte das Forças Armadas, embora se devam analisar as razões para a manutenção deste quadro. Em nível conjuntural, houve uma reforma recente no seu serviço de inteligência, sobre a qual ainda carecem bibliografias relativas. Em nível de organização, o serviço de inteligência argelino é altamente centralizado em uma única agência de caráter militar, fato que não possui correspondência neste nível em serviços cognatos. Ademais, buscando-se um conteúdo social para o presente trabalho, a Argélia é – atualmente – o maior país do continente africano em

³ Leia-se, um corpo profissional, impessoal, a quem caberia a racionalização da administração pública.

⁴ Cf. Cohen (2009), Kahana (2010), Kuperwasser (2007).

termos territoriais.⁵ Além de africano, é um país árabe, magrebino e mediterrâneo, sendo sua estabilidade essencial para a segurança do Mediterrâneo em seu conjunto (ROJAS, 2012). Além de ser um importante pivô energético para a Europa e um sócio-chave para os Estados Unidos na Guerra contra o Terror (ARIEFF, 2013), é o segundo maior parceiro comercial brasileiro no mundo árabe e na África (VER ANEXO 1). Apesar de o Brasil buscar sua inserção em um projeto de governança global, há poucos estudos sobre a Argélia no âmbito da academia brasileira, havendo – portanto – um desconhecimento relativo sobre sua realidade.

A metodologia utilizada é a análise qualitativa baseada no exame de documentos jurídicos, especialmente constituições argelinas, na análise de mídias, especialmente quando tratarmos da reforma, e nas referências bibliográficas existentes que versem sobre a inteligência governamental no Grande Oriente Médio, no Magreb e – especificamente – na Argélia. Reconhece-se a escassez relativa de referências disponíveis, sendo tal nosso maior desafio, uma vez que o DRS é considerado uma das mais opacas agências de inteligência do mundo (SIFAOU, 2012). Muitos dos documentos encontrados são de autores argelinos residentes na França, relatos publicados de ex-oficiais de inteligência, ou relatórios de Organizações Internacionais versando sobre abusos aos direitos humanos cometidos pelas agências. O recurso utilizado foi não recair nossa análise sobre aspectos operacionais, ou seja, passa-se ao largo do estudo das atividades efetivamente perpetradas pelo DRS. O foco deste trabalho é uma análise política, por vezes interpretativa, baseada naquilo que se observa em termos de tensões entre militares e civis e entre estes e os serviços de inteligência.

Expostos nossos objetivos, nossos métodos e os motivos que levaram à escolha do tema, este trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo pretende fornecer o quadro teórico-conceitual que permitirá a compreensão de nosso objeto. Ele virá também dividido em três partes fundamentais: em um primeiro momento, buscaremos estabelecer as diferenças conceituais entre poder, influência e autoridade, de modo a determinar qual papel cabe a cada parte na relação entre os serviços de inteligência e os militares e entre estes e a sociedade civil; de igual maneira, buscaremos definir legitimidade e compreender a lógica do ciclo de legitimação presente nos regimes magrebinos e que se reflete na Argélia contemporânea. Em um segundo momento, buscaremos analisar as teorias de relações civil-militares, a fim de determinarmos por que os militares atuam politicamente e de que modo o fazem. Para tanto, revisaremos inicialmente dois clássicos das relações civil-militares, o

⁵ Desde 2011, com a divisão entre o Sudão e o Sudão do Sul.

cientista político Samuel Huntington e o sociólogo Morris Janowitz; a fim de buscar uma aproximação à realidade argelina e em vista à maior quantidade de bibliografias disponíveis, procederemos a uma breve revisão dos autores latinistas e brasilianistas; finalmente, buscaremos a literatura específica relativa ao Oriente Médio e Norte da África. Por fim, a terceira parte tratará dos serviços de inteligência, primeiramente em seus contornos gerais para posteriormente tratarmos do que encontramos em termos de bibliografia que verse sobre serviços de inteligência no mundo árabe-muçulmano.

O segundo capítulo nos fornecerá o quadro histórico relativo à Argélia desde a independência. Em vista de nosso objetivo de pesquisa, alguns aspectos foram priorizados em nossa análise. Em primeiro lugar, buscaremos elucidar a trajetória do serviço de inteligência argelino, desde os centros de escutas formados durante a Guerra de Independência até a formação do atual DRS durante a década de 1990. Além deste ponto, dois outros serão destacados. Primeiramente, a lógica da legitimação e da deslegitimação dos militares, que se reflete na configuração do poder dual e que permitirá a subdivisão do capítulo: 1. O governo Boumediène, onde o poder formal é o poder efetivo; 2. O governo Benjedid e a primeira configuração do poder dual; 3. A guerra civil e a deslegitimação dos militares; 4. O governo Bouteflika e a atenuação da dualidade. O outro ponto será o histórico de formação do cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas por compreendermos que este elucidará, de igual maneira, o estabelecimento do poder dual. Na seção relativa ao governo Bouteflika, procuraremos as respostas para nosso segundo objetivo de pesquisa, ao detalharmos os fatores internos e externos que possibilitariam o sucesso da reforma no serviço de inteligência.

Finalmente, o terceiro capítulo buscará cobrir nosso objetivo primeiro de pesquisa. Antes, porém, de analisarmos a reforma do DRS, recuperaremos brevemente as teorias relativas aos serviços de inteligência para compreendermos a correlação entre reformas neste âmbito e as possibilidades de transição de poder. Finalmente, sendo o ponto final nevrálgico deste trabalho, analisaremos as principais mudanças anunciadas pelo presidente Bouteflika em 2013 no sistema de inteligência nacional, buscando ponderar as implicações de cada uma em nível político e em nível de estrutura de poder. Nossa conclusão corroborará a hipótese proposta, que sugere a atenuação da estrutura dual de poder a partir da diminuição da capacidade dos militares de exercerem poder e influência.

2 SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA COMO LÓCUS DE PODER

No capítulo presente, propomos um quadro teórico-conceitual que nos auxiliará na compreensão dos dois capítulos que se seguem. Considerando-se nosso objetivo de pesquisa e as premissas apresentadas na introdução, algumas questões se impuseram quando do início de nossas pesquisas. A partir da premissa de que existe uma disputa por poder no seio do regime argelino, questionamo-nos quanto a quem deteria o poder, a influência e a autoridade política: as Forças Armadas ou os governantes eleitos? Essa pergunta será respondida em nossa seção primeira. A partir da premissa da atuação política dos militares, perguntamo-nos “por que os militares argelinos intervêm politicamente?” e “como esses militares o fazem?”, cujas respostas serão buscadas em nossa seção segunda. Quanto à terceira seção, dado o tema relativo à inteligência governamental que aborda este trabalho, optamos por definir o que seriam os serviços de inteligência, uma vez que tal definição não é evidente aos leitores não acostumados ao tópico; na sequência, buscamos algumas diretrizes destes serviços no conjunto do mundo árabe e muçulmano, no qual a Argélia se insere.

2.1 Influências, poder e legitimidade: uma aproximação

O estudo do poder, seja no que toca à sua conceituação, seja às suas implicações – considerando-se suas manifestações múltiplas –, está presente em campos de estudo diversos, além da Ciência Política e da Sociologia, ultrapassando o próprio escopo deste trabalho. De tal maneira, não se busca aqui proceder a uma revisão da literatura relativa, demasiado rica e demasiado ampla, embora se imponha a necessidade de clarificar conceitos, a fim de evitar o mau emprego, servindo também de início à reflexão proposta. O objetivo desta seção foi utilizar duas concepções tradicionais e distintas do poder que – porém – dialogassem, de modo a encontrar interpretações com maior poder explicativo e, conseqüentemente, que se apresentassem mais próximas do observável na Argélia; fundamentalmente, interpretações que nos permitissem definir que papel cabe a qual das partes na relação entre os militares e os civis e entre os serviços de inteligência e o governo. Esses dois focos de tensão serão discutidos na sequência. Ademais, buscou-se uma aproximação à lógica da legitimação e deslegitimação, objetivando, posteriormente, averiguar sua aplicabilidade ao caso em estudo.

A teoria de poder de Bertrand Russell se apresenta de extrema valia, não por suas definições, mas pela divisão do poder entre três formas fundamentais, a partir de uma visão

plural deste. Em *Power: A New Social Analysis* (2004), o poder – após estabelecido como o conceito fundamental das ciências sociais – foi definido como “a produção de um efeito pretendido” sob uma ótica quantitativa simples: tendo dois homens um conjunto semelhante de desejos, aquele que atingisse o maior número destes seria o mais poderoso. Assim, o poder teria diversas manifestações, riqueza, armamentos, autoridade civil, influência sobre a opinião pública, as quais não poderiam ser consideradas subordinadas umas às outras ou de outras derivadas. O poder militar, segundo esta visão, poderia ser resultante também da riqueza e da opinião, além das armas. Quanto às formas de classificá-lo, Russell concentra-se no poder sobre outros homens, admitindo que as diferentes organizações exercem sobre eles tipos de poder distintos: a polícia exerceria – principalmente – poder coercitivo, enquanto os partidos políticos buscariam influenciar a opinião pública. Finalmente, a busca pelo poder e pela glória seriam desejos comuns a todos os homens.⁶

Essa visão multidimensional do poder dá vazão a uma divisão entre três formas fundamentais, das quais duas nos são ilustrativas. A primeira delas, o poder tradicional, representativo dos reis e dos sacerdotes, quase sempre se apoiaria em crenças religiosas ou quase religiosas, de modo a configurar a oposição e a resistência como ímpias. O poder não apoiado na tradição e que não envolvesse consentimento por parte dos sujeitos seria *naked power*; tal seria o poder de um exército invasor sobre a nação derrotada, da polícia sobre os conspiradores. Quando uma forma tradicional de poder chega ao fim, porém, pode ser sucedida não por *naked power*, mas por uma autoridade revolucionária, a qual depende de uma união por credo, programa ou sentimento, como o comunismo, ou o desejo de independência nacional (RUSSELL, 2004).

Essa divisão entre poder tradicional, *naked power* e poder revolucionário é retomada por Lasswell e Kaplan (1950), que partem de Max Weber, de uma concepção expressivamente instrumental de poder, que viria a ser pedra fundamental para diversos outros autores. Para Weber, “o poder significa a possibilidade de um homem ou de um grupo de homens realizarem sua própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo em face da resistência de outros” (WEBER, 1944, p. 43). Assim, seria um meio para a realização de um determinado fim, sendo a instrumentalização de uma vontade individual.

As definições de Lasswell e Kaplan para influência, poder e autoridade, mais explicativas e bem delimitadas, importam para fins deste trabalho, estando as três implicadas

⁶ O autor considera como regra que a maneira mais fácil de obter poder é obtendo glória. Tal não se aplicaria à Argélia, uma vez que o papel dos militares na luta contra a colônia francesa e a glória desta alcançada contribuíram para a ideologia militarista da sociedade.

– nesta ordem – no escopo umas das outras. Influência aludiria à posseção – por uma pessoa ou grupo de pessoas – de valores de múltiplos vieses e em escalas variadas, podendo ser valores de bem-estar (como saúde, riqueza, conhecimento) ou valores de deferência (como respeito, afeição, *poder*). A posição de uma pessoa dentro de um padrão de distribuição destes valores e a posição potencial a ser ocupada no futuro determinariam sua influência.⁷ Tal influência, porém, seria exercida quando sua posseção afetasse a relação interpessoal daqueles implicados na formação e usufruto dos valores em questão: afetasse suas políticas.⁸ Neste contexto, poder seria a participação na tomada de decisão.⁹ Diferentemente de Bertrand Russell, que define poder como propriedade de uma pessoa ou de um grupo, para Lasswell e Kaplan o poder no sentido político é relacional,¹⁰ pois a tomada de decisão é um processo interpessoal. A definição de poder em termos de tomada de decisão adiciona um elemento à “produção de efeitos esperados sobre outras pessoas”: a existência de sanções quando tais efeitos não são alcançados. É a ameaça de sanções que diferencia o poder da influência em geral: é o processo de afetar as políticas dos outros com ajuda de severas privações pela não-conformidade. Assim, poder é um caso especial do exercício da influência¹¹ e, assim como esta, possui formas variadas.

Finalmente, autoridade é o poder formal,¹² a posseção esperada e legítima do poder. “Esperada”, pois não necessariamente a estrutura real de poder coincide com a fórmula política e “legítima”, pois é a fórmula a fonte da legitimidade. Assim, a autoridade é subjetiva, porque envolve a aceitação por parte do sujeito.¹³ Existe, portanto, uma distinção significativa entre controle e autoridade, que se reflete na diferença entre poder efetivo e poder formal, e

⁷ Assim, é possível um indivíduo ou grupo possuir influência crescente, mesmo que seu *value position* permaneça o constante, caso o *value potential* varie positivamente. Inversamente, pode ter pequena influência a despeito de sua *value position*, devido a um baixo *value potential*. O *value pattern* é o padrão de distribuição dos valores de um grupo entre seus membros.

⁸ O peso da influência é o grau no qual as políticas são afetadas; o domínio da influência, as pessoas cujas políticas são afetadas; o escopo da influência, os valores implicados nas políticas.

⁹ “*G has power over H with respect to the value K if G participates in the making of decisions affecting the K-policies of H*” (LASSWELL ; KAPLAN, 1950, p.75).

¹⁰ O poder político seria diferente do poder sobre a natureza ou do poder sobre outros homens.

¹¹ Uma vez que poder está dentro de influência, se pode falar em peso, escopo e domínio do poder. O peso do poder é o grau de participação no processo decisório, o escopo são os valores cuja moldagem é controlada, o domínio é a pessoa sobre quem o poder é exercido.

¹² Formal significa pertencente à fórmula política (parte do mito político que descreve e prescreve a estrutura social), normalmente interpretada pelos detentores de poder.

¹³ Segundo Bourdieu (2013), as estruturas cognitivas não são formas de consciência, mas disposições do corpo. Assim, a obediência ao Estado não pode ser compreendida como uma submissão mecânica ou um consentimento consciente a uma ordem. A submissão à ordem, nesse sentido, é produto do acordo entre estruturas cognitivas que a história inscreveu nos corpos e nas estruturas objetivas, de modo que o reconhecimento da legitimidade não é um ato livre da consciência esclarecida.

entre dirigentes e governantes.¹⁴ As práticas do governante são – por definição – determinadas pelo regime, ao passo que as práticas do dirigente são independentes, apenas limitadas pela não violação da fórmula política, que lhe provém de legitimidade, e que – normalmente – é por ele interpretada. A estabilidade deste último depende da persistência da doutrina na qual se apoia, da realização dos desejos das massas, da habilidade da elite de evitar dissidências internas e do controle por esta dos instrumentos de violência (LASSWELL ; KAPLAN, 1950).

Retornando as três formas de poder expostas por Russell e utilizando os conceitos de Lasswell e Kaplan, *naked power* (um poder sem autoridade, não aceito por aqueles sobre os quais é exercido e que usualmente assume a forma de violência) seria representativo do Estado colonial francês na Argélia, ao passo que a autoridade revolucionária, dos militares que assumiram o controle nacional durante o *coup d'État* de 1965 e do governo pós-independentista de Boumediène (1965-1976 e 1976-1978). Boumediène foi dirigente (poder formal) e governante (poder efetivo), apoiado no ideal de reconstrução do Estado argelino com base em uma ideologia específica, o socialismo de tom árabe,¹⁵ e em um programa de modernização. O descolamento entre as duas posições, porém (segundo hipótese gerada neste trabalho a ser examinada durante o capítulo segundo), ocorreu durante o governo Bendjedid (1979-1992), tendo sido observado no governo Bouteflika (iniciado em 1999), a despeito da fachada democrática, das estruturas que operam dentro de um sistema constitucional, que inclui partidos políticos e eleições, e da suposta “supremacia civil” explicitada na Constituição. Assim, é possível afirmar que, na Argélia, os militares não exercem apenas a influência, derivada de “coisas” ou de “valores”;¹⁶ exercem poder de fato e – ainda – exerceram autoridade em diversos momentos, dada fórmula política por eles forjada e que lhes conferia legitimidade, apoiada na ideologia militarista da sociedade (AGERON, 1983).¹⁷

O *Département du Renseignement et de la Sécurité* (DRS), o serviço de inteligência argelino, sendo um serviço de inteligência militar, é indissociável da instituição à qual pertence, ainda que esta apresente divisões internas. É também através dele que os militares exercem poder. A habilidade do DRS de exercê-lo (e a interpretação que se faz da literatura permite dizer que o exerce) está intimamente relacionada ao controle não oficial da Sonatrach,

¹⁴ Os autores utilizam os termos *ruler*, traduzido livremente para dirigente, e *governor*, traduzido para governante.

¹⁵ Para informações sobre o socialismo árabe Cf. CHALALA (1987).

¹⁶ Coisas como armas, por exemplo, ou valores como o conhecimento específico.

¹⁷ Países como Argélia, Egito, Turquia, entretanto, não podem ser confundidos com ditaduras militares, tal qual era a configuração dos países latino-americanos ao longo dos anos 50, 60, 70. São Estados onde os militares dirigem, mas não governam, após terem criado um sistema político que os beneficia.

a companhia nacional de gás e petróleo (ENTELIS, 2011),^{18 19} e se reflete na penetração das agências em nível de política interna e externa, nos campos também da cultura e da mídia. Especificamente em casos relativos à segurança nacional, não há transparência ou representatividade: os argelinos referem-se a *Le Pouvoir* para designar as opacas redes políticas e militares da elite que conduzem as grandes decisões, indicam e demitem presidentes, opostas ao *Le Gouvernement*, o governo eleito (OUALI, 2011).

Quando se trata especificamente do tema da legitimidade,²⁰ a região do Magreb²¹ apresenta sua singularidade, em vista de um déficit que se apresenta histórico.²² Para Camou (1992) o núcleo da problemática da legitimidade é constituído pela transmutação da coerção padecida em coerção necessária, da dominação organizada em dominação acolhida. Assim, da transmutação de *naked power* em autoridade, subjetivamente aceita, ainda que o processo oposto seja possível e – mais ainda – observável na Argélia. A legitimidade, portanto, é indissociável da sua duração, sendo reflexo da “aptidão do corpo social em transcender suas divergências e conflitos” (CAMOU, 1991, p. 87). Os Estados magrebinos surgidos das independências herdaram este déficit estrutural. Seus governantes se dedicaram a suprimi-lo, fazendo referências a representações de futuro (sem nunca deixar de evocar o passado de lutas), acompanhadas de uma forte inversão em suas personalidades (noção de chefes carismáticos), e de compromissos clientelistas (CAMOU, 1991). Porém, tal conjuntura é a representação de uma relação política mutável, dado que a legitimidade e – conseqüentemente – a noção de autoridade, ambas subjetivas, são passíveis de câmbio. Na Argélia, o “capital heroico” dos militares não se mostrou perene em sua capacidade de legitimar o *Pouvoir*. Essa concepção dinâmica proposta contraria a noção de estabilidade frequentemente associada aos regimes autoritários extraocidentais e às suas instituições representantes.

¹⁸ Daguzan (2013) situa a Argélia (assim como o Egito, o Paquistão, o Marrocos, a Síria, a Líbia) dentro de um modelo teórico de relações civil-militares denominado “*Modèle d’allégeance rétribuée*”, melhor traduzido como “modelo de fidelidade remunerada”. Neste as Forças Armadas representam também um poder econômico. Na Argélia, investimentos massivos em materiais foram feitos a partir das rendas do petróleo.

¹⁹ Em última análise, o DRS é responsável, ou o era até a reforma de 2013, pela condução de investigações acerca de casos de corrupção relacionados à Sonatrach. Em 2010, uma série de investigações foram conduzidas, sendo a operação batizada “*mains propres*”. Cf. VICTOR ; HULTS ; THURBER (2012).

²⁰ “podemos definir Legitimidade como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos” (BOBBIO, 1983, p.685).

²¹ Considera-se aqui o Magreb quadripartido: Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia. Considera-se que países como Egito e Mauritânia possuem uma lógica distinta, que não permite o mesmo enquadramento, embora a Mauritânia encontre-se nos quadros da União do Magreb Árabe (UMA).

²² “O início de construções estatais que prefiguram o Magreb contemporâneo coincidiu com a degeneração de um princípio de legitimidade, o do Califado” (CAMOU, 1991, p.88).

2.2 Relações Civil-Militares: a ação política dos militares e as possibilidades teóricas para o mundo árabe

O objetivo desta seção, novamente, não é realizar uma ampla revisão da literatura de relações civil-militares. Basicamente, a metodologia será expor as principais contribuições de autores selecionados e verificar a aplicabilidade de suas teorias ao ambiente específico da Argélia. Nomeadamente, buscam-se investigar as possibilidades de ação política dos corpos militares, analisando primeiramente dois clássicos das relações civil-militares em suas obras fundamentais (Samuel Huntington e Morris Janowitz), os autores latinistas e brasilianistas (em um esforço de buscar convergências) e, finalmente, autores que tratem especificamente do mundo árabe-muçulmano. Sublinha-se a negligência patente de estudos relativos ao setor de segurança (Forças Armadas ou outras agências) no mundo árabe por parte da academia, especialmente no que se refere a padrões regionais de relações entre este e a sociedade civil (DAVID; BARACK, 2010).²³

Iniciar esta reflexão por Samuel Huntington tem um propósito: o autor permanece o paradigma dominante no estudo das relações civil-militares, tendo desenvolvido um modelo amplamente reconhecido como um dos mais ambiciosos. Em *The Soldier and the State* (1964), Huntington defende a tese de que o corpo de oficiais é um corpo profissional e o oficial militar moderno, um homem profissional. O profissionalismo distingue o militar de hoje do soldado de antigamente e é definido por três características: expertise, responsabilidade social (sendo a sociedade sua cliente) e corporativismo. Dentro de sua teoria, expõe três principais pressupostos: 1. Que existe uma diferença considerável entre os papéis dos civis e dos militares; 2. Que a chave para o controle civil é o profissionalismo, o qual leva à neutralidade política; 3. Que a chave para o profissionalismo é a autonomia dos militares.

Quanto à segunda proposição, e tratando especificamente do controle civil, Huntington distingue entre o controle subjetivo e o controle objetivo. O controle subjetivo implica a maximização do poder de uma instituição civil particular, ou de alguma classe social, em relação aos militares; muitas vezes, alude à subordinação dos militares a um determinado grupo civil como instrumento em suas disputas econômicas e políticas. Para Huntington, a ascensão do profissionalismo tornou essa forma de controle civil obsoleta, sendo o controle objetivo característico das sociedades modernas com alto grau de industrialização (no caso, a

²³ “our examination of articles published in academic journals and scholarly books in English and Arabic in the period 1990 – 2005 suggests that the modest attention accorded to the Middle East Security Sector focused mainly on strategic and war-related aspects rather than on the region’s patterns of civil – security relations” (DAVID ; BARACK, 2010, p.8).

Europa e a América do Norte). Este implica maximizar o profissionalismo do militar, tornando-o politicamente neutro e estéril. Assim, o oposto do controle civil objetivo é a participação dos militares na política, de modo que controle objetivo e subjetivo são antíteses: “historicamente, a demanda por controle objetivo veio da profissão militar; a demanda por controle subjetivo, de grupos ansiosos por maximizar seu poder em assuntos militares” (HUNTINGTON, 1964, p.83-84).

Está claro que Huntington constrói sua teoria baseado em países distantes da lógica do mundo árabe. Assim, duas de suas conclusões (em especial) não se mostram verdadeiras para o caso argelino. Em primeiro lugar, não se verifica a obsolescência da aplicação de métodos de controle civil subjetivo, uma vez que a reforma nos serviços de segurança (analisada no capítulo precedente) não visa à democratização ou ao aumento da eficiência destes; busca, ao contrário, cercar o Executivo de maiores poderes ao limitar a atuação política militar. Em segundo lugar, a profissionalização dos militares não levou à sua esterilização política. Huntington, porém – ainda que de maneira incipiente – previu duas variáveis que, conjugadas, permitiriam que os militares aumentassem seu poder político sem sacrificar seu profissionalismo: a ideologia pró-militar da sociedade e a existência de ameaças securitárias. Ainda que ambas sejam constatáveis em nosso caso de estudo, não se verifica a relação entre profissionalismo e controle objetivo, sendo a realidade argelina bastante mais complexa que uma simples divisão de tarefas.

Um segundo clássico das relações civil-militares, tendo escrito alguns anos após Huntington e novamente utilizando os Estados Unidos (e por vezes os países europeus) como caso e a instituição militar profissional como abordagem, Morris Janowitz adiciona três elementos importantes em vista da presente reflexão. Em seu livro *O Soldado Profissional: um estudo social e político* (1967), Janowitz não trata do controle civil – considerado como dado –, porém, afasta-se de Huntington ao admitir que a profissionalização do militar tornou-o progressivamente politizado, ao invés de neutro, uma vez que seu sentido de identidade grupal, seu treinamento e a criação de um sistema de administração interna, tornou o oficial cada vez menos propenso a pensar em si como um “mero técnico militar”. Assim, os militares atuariam politicamente em nível interno ao influenciar decisões executivas e legislativas com relação a políticas de segurança nacional, e em nível externo, ao influir no equilíbrio de poder internacional e no comportamento de outros Estados. Essa atuação política é o primeiro elemento a ser considerado. Atrelado a este, está a percepção dos militares como um grupo de

pressão²⁴ governamental, ainda que com divergências internas, cujas convicções políticas não se afastam daquelas que vigoram na sociedade civil:

A profissão militar não é um grupo monolítico de poder. Suas fileiras acham-se cindidas por uma profunda divergência relativa à sua doutrina e aos seus pontos de vista sobre relações internacionais, uma cisão que reflete desacordos civis. Pelo contrário, a profissão e a instituição militar ajustam-se antes ao modelo de um **grupo de pressão governamental**, mas possuidor de **um forte conflito interno de interesses** (...) As Forças Armadas **acumularam considerável poder**, e esse poder projeta-se no emaranhado político da sociedade contemporânea. (JANOWITZ, 1967, p.7-8) [grifo da autora]

Por definição, o soldado profissional encontra-se “acima da política” em assuntos nacionais, o que não significa ser apolítico. Em sociedades democráticas, tal denotaria a não partidarização e a neutralidade partidária; em sociedades autoritárias, estar comprometido com o *status quo*. Finalmente, o terceiro elemento – posteriormente relevante quando tratarmos das sociedades árabes – é a introdução da variável “desenvolvimento tecnológico”, a qual leva à superação do antigo tradicionalismo da instituição.

É necessário considerar que nem as premissas de Huntington nem as de Janowitz se apresentam universais, uma vez que se limitam à análise de sociedades altamente desenvolvidas (Europa e Estados Unidos). Assim, durante as décadas de 1960 e 1970, diversos acadêmicos focaram-se nas relações entre civis e militares e no papel destes na modernização de diversos países do chamado “Terceiro Mundo”, procurando responder principalmente às perguntas: por que os militares atuam politicamente e de que modo o fazem. Para respondê-las fora necessário o estudo do corpo militar tanto como uma instituição política, conforme previra Janowitz, quanto como fenômeno social, a depender de um contexto específico (JENSEN, 2008; JANOWITZ, 1975). A América Latina fora privilegiada nestes estudos, dados os governos militares que assumiram a administração nacional em diversos países latino-americanos.

Alfred Stepan (1971) contribuiu ao debate ao reafirmar que os militares são parte integrante do sistema político, sendo uma instituição que desempenha funções políticas e está sujeita às pressões sociais. Para o autor, nenhum fator isolado seria suficiente para explicar o comportamento político dos militares, porém, identificou sua tendência a intervir politicamente com a fragilidade das instituições políticas contrastada com uma sociedade civil extremamente ativa, tendo como resultado a tentativa dos principais grupos políticos de

²⁴ Azambuja (1967) define grupos de pressão como “qualquer grupo social, permanente ou transitório, que, para satisfazer seus interesses próprios, procure obter determinadas medidas dos poderes do Estado e influenciar a opinião pública” (AZAMBUJA, 1967, p.352).

cooptar os militares como força sustentadora. Assim, verificou ensaios de controle civil subjetivo e a impossibilidade de controle objetivo, ainda que o profissionalismo seja verificado.²⁵ Uma vez que o modelo profissional (de Samuel Huntington e de Morris Janowitz) não se aplica satisfatoriamente à América Latina, Stepan formulou o “modelo moderador” das relações civil-militares, no qual os militares possuem a tarefa de conservação do sistema político, restringindo seu papel a depor um político e garantir a sucessão de um grupo alternativo,²⁶ possuindo – assim – autoridade (segundo acepção já vista) em momentos de crise. Decorre deste modelo a tese central de Stepan: os militares possuem um poder análogo ao do Imperador brasileiro, pois são chamados a intervir como moderadores na política entre 1945-1964, ainda que não como governantes de fato.

Em oposição à abordagem instrumental²⁷ das Forças Armadas de Alfred Stepan, que pressupõe, inclusive, uma errônea passividade dos militares (MORAES, 1989), Alain Rouquié (1980) propôs uma análise que avança no viés institucional-organizacional, permitindo identificar a maneira pela qual os militares atuam politicamente. Para o autor, os militares podem desempenhar funções semelhantes às dos partidos políticos ao realizar processos internos de deliberação política e de articulação. Refletem, assim, o debate nacional segundo os interesses próprios da instituição, podendo pensar um projeto nacional de acordo com suas demandas, além de articularem-se com civis. Esse ponto afasta o “partido militar” de Rouquié do “partido fardado” de Oliveiros Ferreira (2000), representativo unicamente de fração das Forças Armadas com características de facção política e ilustrativo da atuação política real e efetiva das alas militares no Brasil desde Floriano Peixoto.

Ainda quanto à forma de atuação, um novo elemento é levantado por Shawn Smallman (2004), que atenta para o fato de as Forças Armadas brasileiras terem recorrido – anteriormente ao golpe de 1964 – não à via eleitoral ou à atuação política direta, mas à “violência extralegal”, à repressão, a fim de garantir a possibilidade de implementação de uma

²⁵ Além do modelo profissional, Stepan tenta enquadrar as relações civil-militares latino-americanas no modelo aristocrático, comunista e liberal, nenhuma sendo bem sucedida em sua explicação.

²⁶ Os componentes desse relacionamento poderiam ser definidos em seis pontos (STEPAN, 1975, p. 50): 1) Todos os grupos civis buscam cooptar os militares; 2) Os militares são politicamente heterogêneos, 3) Os políticos garantem a legitimidade para os militares agirem como moderadores na política, 4) A aprovação da elite civil aos militares para depor o Executivo garante a formação de uma coalizão golpista vencedora (o inverso também é verdadeiro), 5) Existe crença entre elites civis e militares que é legítimo os militares intervir no sistema político, mas não dirigi-lo por tempos prolongados, 6) Esse valor seria resultado da socialização civil e militar através da educação e da literatura.

²⁷ Segundo Peixoto (1980), “a concepção instrumental busca nos interesses das classes, dos grupos, das forças políticas e das correntes de opinião os motivos condutores das manifestações militares (...) as Forças Armadas identificam-se sempre com um ou outro desses grupos” (PEIXOTO, 1980, p.29). Contrariamente, em concepções organizacionais, “os traços mais salientes da lógica organizacional-burocrática – espírito de corpo, hierarquia, centralização das decisões – são privilegiados em prejuízo das influências civis. O aparelho militar é analisado como uma estrutura monolítica” (PEIXOTO, 1980, p.30).

determinada agenda política e a manutenção das estruturas de poder ao eliminar a oposição interna.

A interpretação para o fenômeno da intervenção política das Forças Armadas na América Latina importa como aproximação à realidade árabe, avançando em relação às teorias que fazem referência aos Estados Unidos ou à Europa Ocidental e privilegiam fenômenos exclusivos destes países. De qualquer maneira, diferenças substanciais entre as duas realidades ainda podem ser apontadas quanto aos motivos e às formas pelas quais os militares atuam politicamente. Quando se buscam obras relacionadas ao setor de segurança dos Estados árabes, as poucas disponíveis raramente se apoiam em abordagens teóricas robustas ou em métodos comparativos e, em geral, versam sobre a guerra e seus aspectos estratégicos, ao invés de padrões de relações civil-militares, ainda que a tensão entre estas partes seja uma das mais salientes características destes países (DAVID; BARAK, 2010, SANTANA, 2011). Especificamente sobre a Argélia, os estudos disponíveis, em sua maioria, se preocupam em compreender a liberalização econômica e política e o avanço dos movimentos islamistas, principalmente durante a Guerra Civil, nas décadas de 1980 e 1990. Pouco se escreveu sobre as complexas relações entre os militares e a burocracia governamental e entre aqueles e a sociedade civil, ainda que essa tríade seja fundamental para se compreender o contexto nacional ou mesmo os serviços de inteligência.

Assim, para iniciar a reflexão, o primeiro ponto a ser levantado é que em parte significativa do Grande Oriente Médio, as relações entre civis e militares foram caracterizadas pelo proeminente papel político dos segundos. Especificamente, o Magreb experimentou prolongados períodos de controle militar direto (*coup d'État*) ou, ao menos, períodos de evidente conexão entre os governantes eleitos e os militares, sendo a Argélia um caso extremo de intervenção política. Desde o final dos anos 1970, entretanto, este quadro vem declinando, embora a instituição militar ainda não tenha recuado à caserna, possuindo um importante papel na política interna dos Estados (JENSEN, 2008), fato que singulariza a região e desafia teorias ocidentais de mudança institucional e de transição de poder.

Fazendo um contraponto a Samuel Huntington, Kamrava (2010) descreve a profissionalização dos militares no Oriente Médio e no Magreb. Para o autor, “profissionalização” para estes países não significou a subordinação dos militares ao controle civil, conforme previra Huntington; antes, a introdução nas Forças Armadas de equipamentos modernos e de novas tecnologias (segundo a variável que descrevera Janowitz), modelos de treinamento renovados e novos procedimentos para fazer do recrutamento e da promoção processos menos arbitrários. Apoiando-se na lógica de Janowitz, Kamrava afirma que a

profissionalização aumentou a identidade corporativa do militar e não se traduziu em sua despolíticação; pelo contrário, majorou sua autonomia e seu potencial para intervir no processo político. O autor não esclarece se as demandas por profissionalizar as Forças Armadas partiram da cúpula militar ou da comunidade política; de qualquer maneira, deixa claro que o controle civil permanece subjetivo e está longe de tornar-se objetivo. Ainda mais além, a profissionalização não tem por intento a democratização; para Daguzan (2013) ela apenas busca o aumento da eficácia operacional.

Sendo a profissionalização dos militares, portanto, uma política paradoxal, os Estados estabeleceram diferentes padrões de controle (subjetivo) sobre suas Forças Armadas, alguns sendo mais bem sucedidos que outros. Para Kamrava, quatro modalidades podem ser estabelecidas: primeiramente, a dos Estados supostamente democráticos, nos quais o Estado predomina, mas permite que os militares desempenhem um importante papel na política interna, sendo o caso da Turquia e de Israel. Posteriormente, os “Estados de inclusão”, nos quais as aspirações políticas dos militares são neutralizadas por milícias altamente ideologizadas, sendo o caso do Irã, Iraque e Líbia. As monarquias do Golfo, cujas pequenas dimensões as obrigam a contratar mercenários estrangeiros, como Bahrein, Omã, Catar, ou as que dependem de contingentes tribais para contrabalançar a influência do exército regular, tal qual Jordânia, Kuwait, Marrocos. Finalmente, os “Estados de exclusão”, nos quais os oficiais (uma vez já ideologizados) permanecem no poder, tendo-se – porém – civilizado, tornando-se menos ideológicos; esse é o caso da Argélia, assim como do Egito, Síria, Sudão, Tunísia e Iêmen (KAMRAVA, 2010).

Assumindo-se, portanto, que os militares possuem poder e intervêm politicamente nos países em questão, resta responder às perguntas “por que” e “de que modo o fazem”. Para responder à primeira, Kamrava novamente nos é útil ao afirmar que, além do componente coercitivo, os militares mantiveram grande popularidade como motores da mudança sociopolítica, gozando de grande legitimidade popular, principalmente após as independências, das quais foram protagonistas em grande parte dos Estados.²⁸ No caso da Argélia, tal foi especialmente verdadeiro, tendo a *Front de Libération Nationale* (FNL), o braço político do *Armée de Libération Nationale* (ANP), se apresentado como a vanguarda da libertação, com respaldo constitucional: “Coroando a guerra popular pela independência paga pelo sacrifício de seus melhores filhos, a *Front de Libération Nationale* restaura, finalmente,

²⁸ Essa mesma posição é afirmada por diversos autores. Cf. COOK(2007), MOORE (1970), JENSEN (2008).

em toda a sua plenitude, um Estado soberano moderno” (ARGÉLIA, 1996, p.1).²⁹ Ademais, os militares normalmente se apresentam como a mais forte instituição nos novos Estados e uma das poucas com expressão nacional, acima das divisões tribais e em contato direto com a realidade social (LENZE, 2011; VISENTINI, 2010). De tal maneira, foi possível a eles assumir o controle das novas nações e estrategicamente implementar a fórmula política que lhes fosse mais benéfica. Assim, ainda que enquanto partido político o FLN enfatize a primazia do “civil” sobre o “militar”, tal discurso seria rapidamente contradito na prática (MALLEY, 1996), de modo que se pode facilmente afirmar que “o uso do nacionalismo pelos militares não serve para fortalecer (...) o Estado-nação; ao invés disso, fortalece (...) [o] Estado pretoriano” (LENZE, 2011, p. 6).³⁰ Pearlmuter (1969), falando especificamente sobre o Egito, utilizou o termo "Estado pretoriano", um Estado no qual os militares tendem a intervir no governo, possuindo potencial para dominar o Executivo.

Janowitz (1964) retoma o tema da legitimidade dos corpos militares em novas nações que passaram por processos revolucionários. No caso específico do Oriente Médio e Norte da África³¹ “após a libertação, a modernização e profissionalização dos militares (...) o envolvimento político era uma tradição e não uma inovação ou exceção” (JANOWITZ, 1964, p.12),³² adicionando – portanto – o elemento da cultura à nossa análise. O autor identifica o caso argelino dentro de um modelo de relação civil-militar denominado “coalizão civil-militar”, no qual os militares se tornam um bloco político de peso e as lideranças civis existem apenas com a salvaguarda das Forças Armadas. É importante frisar que diferentemente dos casos da África subsaariana, a instituição militar indígena na Argélia não foi destruída pelo governo colonial francês, muito devido à necessidade de utilização destes exércitos pela França durante a Primeira Guerra Mundial (173 recrutados argelinos) e de frear a Operação Torch, a invasão pelos Aliados dos territórios norte-africanos sob controle do governo francês de Vichy em 1942 (LEVISSE-TOUZE. 1998). Ao mesmo tempo, o poder colonial virtualmente destruiu as fundações islâmicas argelinas, criando um vácuo de poder após a independência facilmente preenchido pelos militares, diferentemente do Marrocos e da

²⁹ No original: “*Couronnant la guerre populaire par une indépendance payée du sacrifice des meilleurs de ses enfants, le Front de Libération Nationale, restaure enfin, dans toute sa plénitude, un Etat moderne et souverain*”.

³⁰ No original: “*The use of nationalism by the military is not used to strengthen the Algerian, Pakistani and Turkish nation-state; instead, it strengthens the Algerian, Pakistani and Turkish praetorian state*”.

³¹ Dividindo sua análise entre três regiões, Janowitz (1964) considera o Oriente Médio e Norte da África como a região de mais pronunciado envolvimento político dos militares em comparação à África Subsaariana e ao Sul e Sudeste Asiático.

³² No original: “*Couronnant la guerre populaire par une indépendance payée du sacrifice des meilleurs de ses enfants, le Front de Libération Nationale, restaure enfin, dans toute sa plénitude, un Etat moderne et souverain*”.

Tunísia. Esse fato explica – em parte – a extrema violência da década de 1990 (SORENSEN, 2007).

Em relação à segunda questão, “de que modo os militares atuam politicamente”, a obra de Steven Cook³³ é seminal, sendo já seu título resumitivo. *Rulling but not Governing* (2007) nos remete à distinção de Lasswell e Kaplan entre o controle e a autoridade, entre o dirigente e o governante, o qual determina a fórmula política e detém a legitimidade. Para Cook, através de uma fachada democrática (de eleições, parlamento, imprensa opositora), os militares exercem poder sem ter que governar, canalizando sua influência através de instituições políticas e sociais do Estado: “Ao supervisionar o desenvolvimento das instituições políticas que permitem a aparência de pluralismo, mas que também incorporam os principais mecanismos para a supervisão e para o controle político, os oficiais procuraram garantir a manutenção da sua ordem política” (COOK, 2007, p.32).³⁴ Ademais, três pontos da tese de Cook merecem destaque. Em primeiro lugar, o enfoque nas instituições; embora não trate diretamente dos órgãos de inteligência, Cook garante às instituições um papel de destaque como mantenedores do autoritarismo e do controle militar, considerando os países árabes altamente institucionalizados, contrariando uma crença comum. Para o autor:

Analistas frequentemente escrevem sobre a baixa institucionalização do Oriente Médio, mas muitos países na região são, na realidade, robustamente institucionalizados (...) as instituições não são necessariamente projetadas para eficiência, ao invés disso, para preservar o poder, prestígio, privilégios e, mais importante, vantagens distributivas para a elite dominante e seus aliados, em detrimento da sociedade (COOK, 2007, p.22-23).³⁵

Assim, o controle dos serviços de inteligência – instituições governamentais que operam sob um status de exceção devido à necessidade de segredo – por parte dos militares poderia lhes garantir um importante lócus de atuação. O segundo ponto é a dualidade do papel das Forças Armadas no Grande Oriente Médio, que atuam, naturalmente, como os defensores do país, mas também como “guardiões da ordem”. Daguzan (2013) refere-se a este fenômeno – que aproxima os países árabes de numerosos países em desenvolvimento, inclusive a América Latina – como o “imperativo da segurança interior”.

³³ A obra tem por estudos de caso Argélia, Egito e Turquia.

³⁴ No original: “By overseeing the development of political institutions that allow for the appearance of pluralism but also incorporate key mechanisms for oversight and political control, the officers sought to guarantee the maintenance of their political order”.

³⁵ No original: “Analysts have often written of the Middle East’s weak institutionalization, but many countries in the region are, in fact, robustly institutionalized (...) Institutions are not necessarily designed for efficiency, but rather to preserve the power, prestige, privileges, and importantly, distributional advantage of the dominant elite and its allies at the expense of society”.

O terceiro ponto está implícito na tese de Cook, a partir visão da dos militares enquanto dirigentes. Conforme já visto em Lasswell e Kaplan (1950), a estabilidade dos dirigentes, que dependem do conceito subjetivo de legitimidade (o qual não é perene), apoia-se na manutenção da doutrina vigente e na realização dos intentos aos quais se propuseram, além da não ocorrência de dissidências internas. Assim, a popularidade gozada pelos militares, que permite a institucionalização³⁶ de seu poder e de sua autoridade, tende à erosão, podendo a autoridade revolucionária converter-se em *naked power*. Para Kamrava, o papel dos militares dentro dos Estados não se alterou substancialmente; entretanto, quase todos os Estados militares ideologizados das décadas de 1950 e 1960 foram reduzidos a Estados autocráticos: “Hoje, os oficiais se converteram em componentes integrais do Estado repressivo, membros de uma elite com quem o cidadão médio tem pouco em comum, material ou ideologicamente” (KAMRAVA, 2000, p. 16). Assim, uma vez os motores da mudança, agentes do crescimento industrial e do desenvolvimento social e político, o objetivo primordial dos militares aparenta ser – hoje – a simples manutenção do *status quo* e dos interesses da corporação pretoriana. Foi a transmutação, prevista por Camou (1992) como dentro da lógica cíclica do mundo árabe, da dominação aceita em dominação necessária. No caso argelino, o grande estímulo às massas a partir dos relatos da independência terá um contraponto fundamental a partir dos dramáticos acontecimentos de outubro de 1988, sendo a década de 1990 a grande idealizadora do DRS tal qual ele se apresentou no início Era Bouteflika.

2.3 Serviços de Inteligência como Locus de Poder

As seções 1.1 e 1.2 nos muniram de insumos para a compreensão das dinâmicas do serviço de inteligência argelino, atentando para a abordagem política à qual este trabalho se propõe. A presente seção, porém, trata mais diretamente de nosso objeto de estudo, sendo – portanto – fundamental. Nossa metodologia será definir as atividades de inteligência, suas funções, objetivos e naturezas, principalmente em ambientes não democráticos, finalmente buscando as referências possíveis na África e no Oriente Médio.

Em primeiro lugar, podemos classificar os estudos de inteligência enquanto subárea das relações civil-militares, tanto devido ao fato de mesmo nas mais institucionalizadas democracias os militares possuem papel predominante na atividade, como porque a

³⁶ Segundo Huntington (1968, p. 12), “institucionalização é o processo pelo qual organizações e procedimentos adquirem valor e estabilidade”, sendo este o conceito utilizado neste trabalho para o termo.

inteligência e as Forças Armadas partilham de um mesmo objetivo, qual seja: a garantia da segurança nacional (BRUNEAU, MATEI, 2011 ; BORAZ, 2007). Em um esforço inicial de definir o que é inteligência governamental, Michael Herman (2001) analisa seus aspectos comuns sob quatro pontos de vista: a natureza de sua atividade, seu escopo de atuação, seus produtos e suas funções. Assim, inicialmente, a atividade da inteligência resume-se à coleta, análise e disseminação de informações sensíveis (devido à vulnerabilidade de suas fontes e de seus métodos de coleta),³⁷ característica da qual deriva a necessidade de segredo, base do relacionamento entre inteligência e governo. O segredo, portanto, é o componente que permite o status de excepcionalidade no qual a inteligência governamental opera, mesmo em democracias, residindo neste ponto o paradoxo principal da atividade³⁸ e sua maior periculosidade. Uma vez que este ciclo de atividades busca prover o tomador de decisão dos subsídios para exercer sua função, podemos considerar que a atividade de inteligência não é um fim em si mesmo, tampouco é a busca da verdade, tal qual seria, por exemplo, a coleta e análise de informações na atividade jornalística. Em realidade, ela reflete um conflito e supõe a geração ou a manutenção de poder, dado que a posse mesma da informação é fonte de poder quando ela é potencialmente capacitante ou descapitante de terceiros (DAVIES, 1994), sendo a inteligência – portanto – a dimensão informacional do “compelir o outro à nossa vontade”.

Quanto ao seu escopo de atuação, pode operar externamente,³⁹ provendo informações para decisões no âmbito de política externa, de política de defesa, de política econômica, ou internamente (HERMAN, 2001). Neste ponto, a lógica do “imperativo da segurança interior”, ou dos “guardiões da ordem”, já apontados por Daguzan e Cook como definidores das Forças Armadas em países em desenvolvimento em geral e árabes em particular, nos é relevante. Para Arturi e Rodriguez (2011) os órgãos de inteligência dos países de terceira onda⁴⁰ são herdeiros daqueles que operavam nas ditaduras, sendo – portanto – estreitamente vinculados aos imperativos da repressão política. Para os autores:

O amálgama entre segurança pública e segurança nacional, bem como entre inimigo externo e interno, impregnou os passos iniciais da institucionalização dos serviços de inteligência e de manutenção da ordem interna na maioria dos países recentemente

³⁷ Para Herman (2001), as “ações encobertas” corresponderiam a um pequeno percentual da atividade dos serviços de inteligência.

³⁸ Segundo Born e Wetzling (2009), obviamente sob uma perspectiva ocidental dos serviços, o principal paradoxo da atividade de inteligência é operar em segredo a fim de defender uma sociedade aberta.

³⁹ Não apenas provendo informações sobre outros Estados, como também sobre movimentos internacionais, companhias, indivíduos.

⁴⁰ Cf. Huntington (1994).

democratizados, muitas vezes com efeitos deletérios para as liberdades civis (ARTURI ; RODRIGUEZ, 2011, p.2).

O principal produto da inteligência governamental, para Herman, é a informação processada,⁴¹ de modo que sua função é apenas a provisão desta informação, não a proposição de políticas ou a sua execução. Simplesmente, a provisão de uma informação com valor agregado, porém idealmente neutra e não enviesada,⁴² ao passo que a inteligência governamental é uma burocracia do Estado.⁴³ O oposto da neutralidade é o que John Gannon (2008) define como “politização”, ou seja, a distorção voluntária na análise da informação a fim de satisfazer as demandas dos chefes de inteligência ou das autoridades políticas.⁴⁴ No caso de uma inteligência militar, como o DRS argelino, o grau de politização importaria como variável de poder a partir do momento em que há um conflito entre os tomadores finais de decisão (o Poder Executivo e o Poder Legislativo) e a organização militar que domina a atividade de inteligência.⁴⁵ Politizada, a depender do nível, a atividade de inteligência poderia se tornar uma patologia organizacional, uma transgressão da burocracia ideal weberiana, até o nível de autonomizar-se, criando situações de poder paralelo. Em um plano ideal, porém, a atividade de inteligência deveria ser – na guerra ou na paz – subsidiária do setor de segurança do Estado.

Este trabalho buscará estudar o DRS argelino enquanto organização e ente de uma sociedade determinada. Assim também o fez Cepik (2003); para o autor, os serviços de inteligência – juntamente com as Forças Armadas e as polícias – formam o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo, desempenhando atividades ofensivas e defensivas na área de informações. Assim, além da função principal (de prover informações processadas), haveria

⁴¹ Ainda que o nível de processamento necessário varie, é necessário que se agregue ao produto capacidade técnica e especialização (para interpretar, por exemplo, imagens ou sinais captados) além de capacidade preditiva, a fim de ser útil como ferramenta para a tomada de decisões.

⁴² Os vieses, para Grannon (2008) são uma influência sutil, mas penetrante, porém inconsciente.

⁴³ Para Weber (1982) As organizações burocráticas são, em seu tipo ideal, sistemas racionais que se fundamentam nos pressupostos de: 1. especialização das funções; 2. formalismo e hierarquia; 3. sistema de normas; 4. prevalência da impessoalidade.

⁴⁴ Segundo Betts (2006), a ocorrência de politização é, em algum grau, tanto inevitável, quanto necessária em alguns casos, como – por exemplo – em assuntos de alta importância e controvérsia, nas quais qualquer análise relevante será necessariamente carregada politicamente, ao apontar para conclusões políticas.

⁴⁵ Durante a década de 1990, quando iniciaram os confrontos do exército argelino contra a guerrilha e o terrorismo islamista, começou a circular a tese, cujo mais destacado defensor é Jeremy Keenan, de que por traz dos grupos terroristas (o GIA, que em 1998 se converterá em GSPC e, em 2006, na Al-Qaeda do Magreb Islâmico) estaria o serviço secreto argelino. Essa tese é conhecida como “*qui tue qui?*” (quem mata a quem). O DRS, neste caso, sobre redimensionaria a ameaça islamista para legitimar as ações dos militares. Posteriormente, Keenan desenvolveu o novo argumento de que os Estados Unidos foram cúmplices da AQMI, com o objetivo de justificar a expansão militar no Magreb, proporcionando inteligência e cobertura política ao DRS em troca de materiais militares. Esta tese, que possui diversas inconsistências e pontos frágeis, deve ser analisada com cuidado, podendo ser, na realidade, uma tentativa de desinformação. Diversas outras teses existem, inclusive vinculando a AQMI à Frente Polisario marroquina. Para mais informações, Cf. Miguel (2010).

funções secundárias associadas ao uso da informação para a dominação e para a maximização do poder. Nesse sentido, os serviços de inteligência modernos possuiriam uma “dupla face, informacional e coercitiva” (CEPIK, 2003, p.80). De tal maneira, enquanto burocracia estatal:

[Os] Serviços de inteligência **não são meros instrumentos passivos dos governantes**, agentes perfeitos da vontade de seus dirigentes ou mesmo materializações de um tipo ideal de burocracia racional-legal weberiana. Antes de tudo, porque sua **atuação impacta as instituições e o processo político** de muitas formas e porque essas organizações têm seus **próprios interesses e opiniões** acerca de sua missão (CEPIK, 2003, p.76) [grifo nosso].

Ainda que se façam paralelos entre a teoria exposta e o observável na Argélia, a lógica de análise dos serviços de inteligência governamental segue a orientação da literatura relativa às democracias liberais, especialmente anglo-americanas, de modo que alguns modelos teóricos se apresentam demasiado simplistas ao assumir que o estudo do sistema estadunidense ou inglês descreveria arranjos de inteligência de modo universal. Existe, na realidade, uma ampla variedade de experiências nacionais de inteligência, que não são nem liberais, nem democráticas. Os processos podem ter algumas características comuns, mas o contexto nacional no qual opera o serviço de inteligência, incluindo fatores objetivos e subjetivos, é crucial para compreendê-lo (GILL, 2008).

De tal modo, coube a Bruneau e Boraz (2007) analisar a lógica de atuação dos serviços de inteligência em regimes autoritários. Para os autores, a necessidade de identificar oponentes políticos e neutralizar a oposição ao governo (novamente a lógica abordada por Arturi e Rodriguez [2011], porém sem a especificação de países de terceira onda) levou ao gradual aumento do tamanho e do poder dos serviços de inteligência, por vezes resultando em sua autonomização e insulamento. Do mesmo modo, segundo Peter Gill (1994) – ao considerar um modelo desenvolvido por Keller (1989) – “autonomia” se referiria à relação entre as agências de inteligência e o Estado, ou seja, à habilidade das agências de praticar ações sem a interferência do poder estabelecido. A segunda variável do modelo, a “penetração” refletiria a relação entre as agências de inteligência e a sociedade, o grau em que as primeiras penetrariam na sociedade civil em busca de informações e, provavelmente, na condução de operações de contra inteligência. A combinação de um alto grau de autonomia com um alto grau de penetração daria origem a um *Independent Security State*, caracterizado pela falta de controle externo e por objetivos determinados por oficiais internos às agências, que podem não coincidir com os da elite política. Assim, representando um Estado de segurança dentro de um Estado.

		Penetração		
		ALTA	MÉDIA	BAIXA
Autonomia	ALTA	<i>A independent Security State</i>	B	C
	MÉDIA	D	<i>E Political Police</i>	F
	BAIXA	G	H	<i>I Domestic Intelligence Bureau</i>

Quadro 1 – Tipologia de agências de inteligência Elaboração própria (Fonte: Gill, 1994).

O *Independent Security State*, finalmente, propõe-se que seja representativo do DRS, ao menos no período anterior à reforma anunciada em 2013, que será analisada no capítulo terceiro. Deve-se sublinhar que o que distingue uma inteligência militar em geral da porção civil da comunidade de inteligência é sua filiação apenas, talvez seu orçamento, de modo que funções e natureza permanecem as mesmas (HERMAN, 1989). A existência, porém, de agências de inteligência – que por definição operam com base no segredo – as quais possuem ampla margem de autonomia e de penetração na sociedade civil, sob controle da instituição militar, importa em termos de distribuição de poder, principalmente quando ocorre um descolamento entre o poder formal e o poder efetivo e quando – especialmente – os militares tendem a atuar politicamente.

Ainda que a atuação política dos militares por intermédio dos serviços de inteligência seja uma realidade significativa, pouco se discute a respeito, em especial no âmbito da África e do Oriente Médio, talvez com a exceção de Israel. A própria realidade dos serviços de inteligência nestes países aparenta ser ignorada pela academia, dada a carência de bibliografia relativa. Mesmo após os ataques de 11 de setembro, os quais renovaram o interesse relativo à atividade de inteligência em decorrência da redefinição das ameaças na agenda internacional (fundamentalismo político, tráfico de drogas, terrorismo, cyber ataques) e do debate em torno da eficiência de tais serviços (em vista de surpresas estratégicas), as discussões passaram ao largo destes países. Os serviços de inteligência na África e no Oriente Médio são tradicionalmente associados a limitado poder político, baixa legitimidade e vulnerabilidade (AFRICA, 2009), um mito desmistificado neste trabalho, ainda que estas sejam algumas das razões que possivelmente explicariam o baixo interesse em analisá-los.

O pouco que se escreveu especificamente sobre a inteligência nos países árabe-muçulmanos possui – em sua maioria – um viés histórico, ainda que alguns pontos devam ser aqui colocados. Em primeiro lugar, existe um conceito árabe de inteligência muito anterior à

própria criação do Islã, cujo vocábulo é *mukhabarat* ou *istikhbarat*, este último reservado para a inteligência militar. Ademais a própria legislação corânica incluiu regras que podem ser aplicadas à atividade de inteligência e de espionagem – não muito distintas daquelas “ocidentais” –, especificando o que seria aceito (*sadar*), como vigilância de ameaças em potencial, ou proibido (*haram*), como a intrusão na vida privada, incluindo diversos exemplos de atividades de inteligência levadas a cabo em nome do Profeta contra os inimigos do Islã. As segundas fontes mais importantes de legislação relativa à inteligência seriam a *Sunnah* e a *Haddith*, que fornecem prescrições sobre a conduta da espionagem, assim como guias para a implementação da inteligência militar a nível tático e operacional (AL-ASMARI, 2013). A atividade de inteligência praticada pelos árabes antigos constitui herança cultural para o árabe moderno, conquanto esta tenha sido adaptada, a fim de caber no contexto e nas necessidades hodiernas. Hoje, diversos países do Oriente Médio desenvolveram centros de pesquisa, adquiriram modernos equipamentos e tecnologias, passando também por uma revolução tecnológica (KAHANA ; SUWAED, 2009). Porém, assim como a profissionalização dos militares no Oriente Médio e no Magreb não significou sua subordinação ao controle civil, não o significou para os serviços de inteligência. Mais uma vez em sintonia com as teorias de relações civil-militares, no Oriente Médio e no Norte da África, a inteligência militar confunde-se com a inteligência de tom político.

Apenas como introdução ao restante do trabalho, a evocação do papel da inteligência como ente do sistema é uma passagem esquecida na história argelina. Singular e atípico, o sistema político da Argélia não é representado em um só homem ou em uma só instituição; apresenta-se horizontal, não vertical, ao passo que as decisões são tomadas por uma base tripartida – o presidente, o Estado-Maior e os serviços de inteligência –, cuja preponderância de um sobre o outro aparente ter-se alternado ao longo dos governos. A influência e o poder a cargo do DRS, entretanto, não estão prescritos em nenhum documento oficial, havendo – portanto – uma lacuna entre a retórica e a prática, entre o poder oficialmente sancionado e as redes informais de tomada de decisão (ADDI, 2001 ; SIFAOU, 2012).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA ARGELINO, DO *POUVOIR* E A ERA BOUTEFLIKA

A história do serviço de inteligência argelino está intimamente ligada à evolução do sistema político nacional. De tal modo, utilizando os conceitos abordados no capítulo primeiro, faz-se necessário proceder a um exercício de contextualização, exploratório e descritivo, por dois motivos: em primeiro lugar, a sucessão de governos que se seguiram após a independência nacional contém a lógica da legitimação e deslegitimação do *Pouvoir*, sendo a divisão das subseções representativa das tensões entre civis e militares: 1. O governo Boumediène, onde o poder formal é o poder efetivo; 2. O governo Benjedid e a configuração do poder dual; 3. A guerra civil e a deslegitimação dos militares; 4. O governo Bouteflika e a atenuação da dualidade, sendo tal atenuação nossa hipótese de pesquisa. Em segundo lugar, tais movimentos de caráter subjetivo atrelados à trajetória do DRS importam para determinarmos as causas e a lógica da reforma empreendida em 2013 pelo presidente Abdelaziz Bouteflika, sendo tal determinação nosso problema secundário a ser respondido.

Quanto ao ponto específico de tensões entre civis e militares, além da variável “legitimação”, de caráter subjetivo e já exposta, utilizaremos uma segunda variável explicativa para a concentração de poder em mãos militares, de caráter legal e institucional: a formação do cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Assim, o objetivo desta seção será analisar a evolução destas duas variáveis conjugadas com o histórico do DRS, sem perder de vista o desafio que é estudar a história de um país, especialmente sua história “obscura”, com cautela e discernimento.

3.1 A Argélia idealizada: o final da Guerra de Independência e o Governo Boumediène

A história da Argélia durante o período colonial, que se estendeu de 1830 a 1962 – sendo o primeiro território de domínio francês no Magreb –, é vasta e complexa devido ao intrincado jogo subterrâneo entre grupos nacionalistas radicais e moderados, que agiam interna ou externamente, laicos ou islamistas.⁴⁶ Essa passagem da história, entretanto, não será objeto de nossa análise, ainda que alguns pontos devam ser revisados. Primeiramente, o FNL será a fusão, em 1954,⁴⁷ de diversos grupos nacionalistas comprometidos com a eliminação total do sistema colonial: os conciliadores, representados pelo CRUA (*Comité*

⁴⁶ Cf. GARCÍA (1997) e SEGURA I MAS (1994).

⁴⁷ Embora haja controvérsia entre os diversos autores, 1954 é ano de início da Guerra de Independência argelina.

Révolutionnaire d'Unité et d'Action), os berberistas, representados pelo OS (*Organisation Spéciale*), os movimentos dos Eleitos e dos Ulemas e integrantes do Partido Comunista. O contraponto interno do FNL era o MNA (*Mouvement National Algérien*), de Messali al-Hajj, reflexo das disputas por poder no seio dos movimentos nacionalistas, anteriores à própria independência nacional. Logo de sua criação, o FNL se pronunciou pela insurreição imediata, levando a cabo diversas ações subversivas, como meio de “restaurar um Estado argelino democrático e social no marco dos princípios islâmicos” (SEGURA I MAS, 1994, p. 171). O FNL tinha um braço armado, o *Armée Nationale de Libération* (ANL); em 1956, no congresso de Soummam,⁴⁸ visando prover o ANL e o FNL de uma plataforma política própria, foi criado o *Conseil National de la Révolution Algérienne* (CNRA), direção política, majoritariamente composta por militares, cujo objetivo era garantir a criação de uma “república argelina unitária, socialista e democrática” (AGERON, 1983, p. 101), a partir de uma perspectiva de primazia do campo político sobre o militar. Assim, a revolução ganhava maturidade e, de um pequeno movimento de guerrilha, o FNL transformava-se em um nascente partido político, ainda que profundamente cingido, fato este que se explicitará no imediato pós-independência.

Desde o início da Guerra da Argélia, a insurreição lançada pelo FNL se estruturou em seis regiões chamadas *wilayas*,⁴⁹ havendo uma sétima situada no exterior. A maior delas, a *Wilaya V*, a oeste do país, fronteira com o Marrocos, zona de combate de homens importantes como Mohamed Boudiaf,⁵⁰ Abdelhafid Boussouf,⁵¹ Abdelaziz Bouteflika e o próprio Boumediène, foi local de nascimento do primeiro embrião dos serviços de inteligência argelinos. O *Promotion Zabana* foi uma primeira escola criada por Boussouf para formar especialistas em transmissão de rádio e escutas. De tal maneira, uma afirmação inicial sobre a inteligência na Argélia é o contexto singular do seu nascimento, anterior à formação do próprio Estado-nação, como instrumento do FNL para fazer frente à pujança colonial francesa. Por esse motivo, compartilhava com o FNL da mesma ideia de possuir “uma legitimidade superior àquela do Estado, sendo este mesmo, ou sua coluna vertebral” (SIFAOU, 2012, p.22).⁵²

O centro de transmissão e de escutas resultante dos esforços de Boussouf tinha como missão fundadora proteger os dirigentes nacionalistas de infiltrações dentro de seus corpos

⁴⁸ A realização do Congresso de Soummam é considerada o ato fundador da Argélia moderna.

⁴⁹ Cujas traduções do árabe seriam “distrito”.

⁵⁰ Será presidente da Argélia em 1992, assassinado 6 meses após tomar posse por um homem ligado ao GIA.

⁵¹ Considerado hoje o “pai dos serviços secretos argelinos”.

⁵² No original: “possédait une légitimité supérieure à celle de l'État, voire qu'elle serai celui-ci, sinon as colonne vertébrale”.

políticos e de operações de intoxicação lançadas pelo serviço secreto francês (em especial pelo pequeno grupo *Main Rouge*, encarregado das operações clandestinas). Progressivamente, as missões se estenderam à própria espionagem interna de membros do FNL e – posteriormente – ao controle do conjunto da população argelina (SIFAOU, 2012). Assim, não é difícil a afirmação de que desde seu princípio a inteligência na Argélia foi instrumentalizada segundo interesses determinados, neste caso, de Boussouf, de quem Boumediène era braço direito e futuro sucessor como comandante da *Wilaya V*, antes de ser promovido a Chefe do Estado-Maior da ANP. A existência de um serviço de transmissão à sua disposição possibilitou a emissão da *Voix de l'Algérie Libre et Combattante*, um programa de rádio clandestino que o permitiu controlar a propaganda oficial do movimento independentista. Também a partir do centro de escutas, Boussouf criou novos centros, internamente e no exterior, assim como grupos especiais de sabotagem e de eliminação física, agindo principalmente dentro da França (SIFAOU, 2012). Apenas em 1960, entretanto, foi criado o *Ministère de l'Armement et des Liaisons Générales* (MALG), normalmente identificado como o primeiro serviço de inteligência argelino. Além do policiamento da população, este órgão fazia a ligação de comando entre o *Gouvernement Provisoire de la République Algérienne* (GPRA) e suas unidades operacionais externas (MOHAMED, 2012). O poder incontestado do MALG foi declarado por Hocine Aït-Ahmed, líder histórico do FNL:

O MALG era a única instituição que dispunha de um programa e de meios de recrutamento. Ele não tinha que reivindicar a prioridade para doutrinar os quadros mais instruídos e mais dinâmicos, ele os tinha em campo: primeiro a chegar, primeiro a ser servido (AÏT-AHMED *apud* KERVYN ; GÈZE, 2004, p.7).⁵³

O FNL emergiu da Guerra, em 1962, como ponto político focal no novo sistema de governo, ainda que o princípio da primazia civil tenha caducado em vista das contingências da Guerra,⁵⁴ de modo que o verdadeiro locus de poder não era necessariamente o partido, mas o ANL (YEFSAH, 1992). Os militares representavam a força por trás do sucesso contra a colônia francesa e sua legitimidade provia os novos líderes de uma base sólida para firmarem sua própria autoridade. O partido mostrava-se também altamente fragmentado, pois a revolução não fora articulada em torno de um único indivíduo, de modo que dentro de seus círculos decisórios, o cessar-fogo sinalizou o início de uma disputa doméstica pelo controle

⁵³ No original: “Le MALG était la seule institution disposant d’un programme et de moyens de recrutement. Il n’avait pas à revendiquer la priorité pour embrigader les cadres les plus instruits et les plus dynamiques, il l’avait sur le terrain : premier arrivé, premier servi”.

⁵⁴ O assassinato de Abane Ramdane, que presidiu o Congresso de Summam, por ordem de homens do ANL, é vista por muitos intelectuais argelinos como uma ilustração emblemática do uso da força para garantir a dominação dos militares sobre as unidades políticas (MOHAMED, 2012).

nacional. Independentes do FNL, *wilayas* separatistas reivindicavam o controle de suas regiões militares; ao mesmo tempo, um novo conselho político do FNL, liderado por Ahmed Ben Bella, confrontava o GPRA – que assinara os acordos de Evian⁵⁵ com a França. Eventos, muitas vezes confusos, culminaram com a ascensão de Ben Bella como presidente, dando nascimento a um regime altamente personalista, que gradualmente impôs a noção de partido único, cujo secretário-geral era o próprio presidente (JACKSON, 1977 ; POERNER, 1966).

Ben Bella – que contava com o apoio nasserista – e Houari Boumediène, respectivamente os líderes político e militar do movimento, estabeleceram um regime pactuado baseado no status de Ben Bella como um herói nacional e na reivindicação de Boumediène da lealdade do Exército, apoiados pelos homens de Boussouf. Uma vez, porém, que o regime de Ben Bella dependia de sua aliança com Boumediène, seu Ministro da Defesa, as possibilidades de golpe militar não era desprezíveis. Em depoimento publicado em livro, o General Yahya Rahal descreveu esta relação: “Coronel Boumediène colocou-se voluntariamente atrás de Ahmed Bem Bella, que foi posto na presidência, sempre resguardando os meios reais de poder [na Argélia], que é o Exército” (RAHAL, 1997, p. 153–154).⁵⁶

Uma nova constituição, aprovada em Assembleia Constituinte em 1963, formalizou um sistema de Estado no qual a autoridade nacional era exercida por um presidente poderoso, não sendo estabelecido um princípio de divisão dos poderes.⁵⁷ A aliança entre civis e militares também estava refletida nas suas provisões; o Exército Nacional, conforme Artigo oitavo: “participa das atividades políticas, econômicas e sociais do país, no quadro do Partido” (ARGÉLIA, 1963, p.3).⁵⁸ Em um primeiro momento, as preocupações de Boumediène se restringiram à modernização e profissionalização do exército e ao controle de todas as atividades militares pela ANP, de modo a enfraquecer as guerrilhas separatistas. Divergências entre Ben Bella e seu Ministro da Defesa, entretanto, iniciaram em 1963, quando das diversas tentativas do presidente de diluir a influência do ANP. Ben Bella assumiu o controle das forças de polícia, anteriormente sob o Ministério do Interior, e buscou alienar líderes do exército do sistema político, culminando em 1965, com a tentativa de afastar Abdelaziz Bouteflika, um dos homens bons de Boumediène, do cargo de Ministro das Relações Exteriores (JACKSON, 1977).

⁵⁵ Acordo de cessar-fogo entre a França e o GPRA.

⁵⁶ No original: “Colonel Boumediene a place lui-mem volontairement derrière Ahmed Ben Bella, qui a été placé à la présidence, garde toujours les moyens de pouvoir réel [en Algérie], qui est l’armée”.

⁵⁷ O Artigo 48, por exemplo, autorizava o presidente a, sozinho, definir, dirigir e conduzir a política externa e interna do governo.

⁵⁸ No original: “participe aux activités politiques, économiques et sociales du pays dans le cadre du parti”.

De tal maneira, é possível afirmar que Ben Bella promoveu, neste ponto, uma primeira tentativa após a Independência de dirimir a influência e o poder dos militares no campo político. A via utilizada foi a substituição (ou a tentativa de substituição) de postos-chave no regime, buscando cercar-se de homens de confiança, bem como a ingerência nas atribuições dos ministérios do Interior e da Defesa, mesmo em questões de segurança nacional. Esta primeira tentativa, como se verá, foi falha, conduzindo a um primeiro *coup d'État*.

Em junho de 1965, em vista de um regime percebido como personalista e contrário aos interesses da Revolução e das Forças Armadas, as tropas da ANP cercaram a residência presidencial, resultando na tomada de poder pelo *Conseil de la Révolution* (CR), pelos militares, encabeçados por Boumediène, que posteriormente dissolveu a Assembleia Nacional e suspendeu a Constituição de 1963, com respaldo do serviço de inteligência. Conforme a tese de Cook (2007) já citada, Boumediène confiou funções governamentais a tecnocratas e burocratas civis, emergindo uma noção de administração racional e eficiente, baseada ainda na ideologia socialista e em um amplo programa de reforma social e econômica, incluindo nacionalizações de empresas francesas, reforma agrária, assistência médica gratuita, educação universal e arabização do ensino (ADDI, 2001). Sua popularidade e carisma, que inspiravam confiança, associados a uma representação de futuro possível e ao seu papel na Guerra de Independência, confirmam a atribuição à figura de Boumediène da noção de líder legítimo evocada por Camou (1992). Abdelaziz Bouteflika, um de seus braços direitos, continuaria como Ministro das Relações Exteriores até a morte de Boumediène, em 1978.

O sistema político, a partir dessa data, será regido pela lei de julho de 1965. As organizações dirigentes do Estado são substituídas pelo CR, composto por 25 membros, quase todos os oficiais da ANP, fato que garantia a representação política aos militares por intermédio de seus comandantes. O Conselho de Ministros, por outro lado, era composto por civis, confirmando a premissa de que os militares dirigiam sem governar, sendo – porém – a principal fonte de poder do Estado (ROBERTS, 1998). Quanto ao cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, exercido pelo próprio Boumediène em 1960, este fora acumulado ao cargo presidencial, juntamente com o Ministério da Defesa, em uma jogada do novo presidente que visava evitar a sorte do presidente anterior, dada a fragmentação política no seio do Exército. Assim, “a criação de um Estado-Maior unificado, sob o Coronel Boumediène (...) foi uma vitória para o braço político do ANL sobre as tendências centrífugas inerentes a um exército de libertação que fora extremamente descentralizado desde sua

origem” (ROBERTS, 2007, p.13).⁵⁹ Em 1968, o cargo foi – de fato – abolido, de modo que o Ministro da Defesa, ou seja, Boumediène, permaneceu a fonte incontestada de comando e controle de toda a estrutura militar, tanto no que toca a estratégia e a operação como a logística, assim como árbitro supremo de todas as situações políticas nacionais.

Sobre Boumediène, o FNL se transformou em um “prolongamento político do Exército”, ao mesmo tempo em que a *Sécurité Militaire* (SM), órgão de inteligência herdeiro do MALG, criado em 1962, em um “verdadeiro sistema político paralelo, que funciona praticamente como um organismo de encadeamento de todos os setores de atividade do país” (YEFSAH, 1992, p.83-84).⁶⁰ A SM é colocada sob o Ministério da Defesa ainda em 1962, ou seja, sob comando direto de Boumediène, não reconhecendo nenhuma hierarquia superior a ele, tendo contribuído para a neutralização de seus opositores e para a própria tomada de poder em 1965. A missão da SM resumia-se à coleta e análise de informação no exterior e dentro do país, relativas tanto à segurança nacional, quanto à sociedade argelina. Assim, este sistema único de inteligência interna e externa, com muitos de seus quadros formados na União Soviética, à disposição de Boumediène, foi instrumentalizado para sua ascensão e manutenção no poder. O SM criará centros com o fim exclusivo de penetrar agentes nos quadros da sociedade civil e de identificar eventuais “contrarrevolucionários”, de modo que – progressivamente – o serviço de inteligência se transforma em uma poderosa “polícia política”, onipresente durante as décadas de 1960 e 1970, das empresas públicas, às mídias, às universidades, a cargo do regime. O inimigo interno eram os elementos portadores de ideias progressistas ou democratizantes; o inimigo externo, a França, o Marrocos, assim como o “imperialismo americano” e Israel (SIFAOU, 2012 ; GACEMI, 2005).

Em 1976, conflitos interiores à direção militar levaram o presidente Boumediène a se engajar em um plano de “constitucionalização” do seu regime, a fim de prover-lhe de legitimidade legal e consagrar o seu direito ao poder. A Carta Nacional redigida e adotada em referendo neste mesmo ano confirmou o papel preponderante da ANP que “participa do desenvolvimento do país e da edificação do socialismo” (ARGÉLIA, 1976, p.3)⁶¹ e do FNL – partido único – “força de vanguarda da liderança e organização do povo para alcançar os

⁵⁹ No original: “*The creation of a unified General Staff of the ALN under Colonel Boumediène (...) was a victory for the most political wing of the ALN over the centrifugal tendencies inherent in a liberation army that had been extremely decentralized from its inception*”.

⁶⁰ No original: “*um véritable système politique parallèle qui fonctionnait pratiquement comme une organisation d'encadrement de tous les secteurs d'activité du pays*”.

⁶¹ No original: “*participe au développement du pays et à l'édification du socialisme*”.

objetivos da revolução socialista” (ARGÉLIA, 1976, p.5),⁶² ainda que o artigo oitavo da antiga constituição, tenha sido suprimido. A partir de então, o partido ocupou formalmente a cena política, ao passo que os militares mantiveram-se – embora não constitucionalmente – os verdadeiros detentores do poder real, de modo que a “constituição formal” mostrava-se em desacordo com a “constituição real” do Estado (ROBERTS, 1998 ; COLLOMBIER, 2012).

3.2 Rumo à desagregação: o Governo Bendjedid

A morte de Boumediène, em dezembro de 1978, fecha um capítulo da história da SM e inicia uma conjuntura de dualidade do poder, contrapondo-se o Estado formal, representado pelo chefe do Executivo, a um “Estado coberto”, detentor de grandes poderes, representado pelos oficiais militares e por seus serviços de inteligência. Essa dicotomia, que contrapõe o poder formal ao poder informal no seio de um regime, refletiu-se ainda no debate quanto à sucessão presidencial em 1979. Ainda que o processo tenha aparentado conformidade aos regulamentos presentes na Constituição de 76, que previa a seleção do cargo em congresso do partido, Cook (2007) afirma que a escolha foi feita dentro dos círculos de comandantes argelinos, também com a participação da SM, os quais – após concordarem com o nome de Chadli Bendjedid – apresentaram o novo presidente cooptado aos delegados reunidos do FNL. Tal fato inaugura uma prática apontada por muitos autores,⁶³ na qual o presidente é escolhido informalmente pelos militares, devendo governar de acordo com os desejos dos oficiais. Bendjedid, militar de carreira e antigo membro do CR, não era identificado com nenhuma facção ou clã, sendo considerado um bom “moderador”, ainda que não detivesse o carisma de seu antecessor. Seu governo, o terceiro da Argélia independente, será caracterizado pela crise, pela corrupção, pela cisão interna, pela luta entre clãs e pela paralisia, criando um vácuo de legitimidade popular aos poucos ocupado pelos islamistas.

Como seu antecessor, Bendjedid preservará inicialmente o Ministério da Defesa sob sua pessoa. Em conformidade com a ideia de estruturação de um poder dual, entretanto, o cargo de Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas foi reestabelecido em 1984, assim como o de secretário-geral do Ministério de Defesa, tendo como consequência imediata a dissolução da autoridade do presidente sobre a ANP. Em 1990, um Ministro da Defesa é nomeado, o general Khaled Nezzar, sendo a confirmação de que o presidente não é mais o chefe real das

⁶² No original: “*a force d’avant-garde de direction et d’organisation du peuple pour la concrétisation des objectifs de la Révolution socialiste*”.

⁶³ Cf. Benchikh (2004).

Forças Armadas, mesmo que tenha amparo constitucional, sendo ele apenas o representante público dos generais dos quais depende. A partir deste momento, cada presidente argelino terá que confrontar um exército comandado por oficiais que ele próprio não apontara e os quais não pode facilmente substituir (KERVYN, GÈZE, 2004 ; ROBERTS, 2007; ADDI, 2001).

O chefe dos serviços de inteligência dos tempos de Boumediène, Kasdi Merbah, é substituído por Larbi Belkheir, que aconselha o presidente a promover modificações estruturais e institucionais na SM. Em 1987, o nome antigo é abandonado e o SM é cingido em duas agências: a *Délégation Générale de la Prévention et de la Sécurité* (DGPS), responsável pela inteligência externa e contra-espionagem, que se torna uma delegação ministerial a responder diretamente ao presidente, e a *Direction Centrale de la Sécurité de l'Armée* (DCSA), que se ocupará da vigilância interna, ainda integrante do Ministério da Defesa e ainda caracterizado enquanto polícia política (KERVYN, GÈZE, 2004). Essa reforma tinha como objetivo não a modernização, mas o controle do serviço de inteligência por parte do clã presidencial, reduzindo suas funções de modo a não ser-lhe uma ameaça. Fazia parte, ainda, de um plano maior de “desboumediênização”, tendo vários “barões do antigo regime” sido também eliminados da vida política. O futuro presidente Bouteflika, anterior Ministro das Relações Exteriores, foi condenado ao ostracismo pelos militares, que não apoiaram sua candidatura à presidência. Viveu em exílio nos Emirados Árabes, Suíça e França devido às diversas acusações de corrupção de quando era ministro, até retornar, em 1987, retomando seus compromissos com o comitê central do FNL.

Se a SM estava em seu zênite durante o governo Boumediène, durante um período de tempo sob Bendjedid, seu poder e influência são diminuídos e o DGPS sofre profunda desmoralização, em vista de um quadro de repressão, prisões e torturas, principalmente de membros do partido comunista e de berberistas (SIFAOU, 2012). Essa situação, no entanto, não será longa.

A queda nos preços do petróleo na metade da década de 1980 legou à Argélia, altamente dependente das exportações do produto, um substancial déficit nacional, que resultará em crises no setor primário e desemprego, ameaçando a capacidade do regime de manter a estabilidade política. Bendjedid empreendeu uma primeira política econômica liberal e privatizante, abrindo a economia a investimentos estrangeiros, fato que levou à diminuição do produto industrial nacional e ao aumento generalizado dos preços. Entre 1987 e 1988, a liberalização política também foi colocada na agenda de reformas. A situação crítica em que se encontrava o país em 1988 levou, no mês de outubro, a extensas e violentas manifestações públicas, nas quais os manifestantes depredaram prédios públicos, postos de polícia e

qualquer símbolo que representasse o regime ou o FNL, vistos como ineficientes e corruptos. A reação do governo ao “Outubro Negro” foi a declaração de estado de emergência e a mobilização militar. A brutal repressão militar aos manifestantes teve consequências políticas, como a tentativa de redefinição do papel da instituição na cena política, e o desgaste e deslegitimação dos já “heróis do povo”. De modo, porém, a revitalizar a imagem de seu regime, provavelmente tentando alterar a configuração política a seu favor, em um gesto desesperado de reter a iniciativa política, Bendjedid levantou o estado de emergência e anunciou referendo nacional para reforma constitucional (ENTELIS, ARONE, 1994). Os primeiros a serem responsabilizados pela repressão foram o chefe da DGPS, o Chefe do Estado-Maior e o secretário permanente do FNL. Em uma conjuntura de substituições, Mohamed Mediène⁶⁴ será posto como chefe da DCSA, este que será – no futuro – o poderoso patrono do DRS, reedição da antiga SM.

A nova constituição, aprovada em referendo nacional em 1989 e revisada em 1996, marca uma das mudanças mais significativas a nível ideológico e político na Argélia desde a independência. O tradicional compromisso com o socialismo desapareceu do novo texto e o documento formalizava uma separação entre o FNL e o aparato de Estado ao permitir o multipartidarismo. O papel dos militares no triângulo político foi diminuído, tendo a ANP sido invocada apenas dentro de suas prerrogativas de defesa, havendo – porém – uma referência vaga a um *Haut Conseil de Sécurité* (HCS), órgão de caráter consultivo. (ARGÉLIA, 1989 ; ENTELIS, ARONE, 1994 ; COLLOMBIER, 2012).

Em um curto período de tempo, a Argélia viu a ascensão de novas organizações políticas e civis. A mais popular entre os novos grupos políticos era a *Front Islamique du Salut* (FIS),⁶⁵ uma grande coalizão militante pela criação de um Estado islâmico, composta por um pequeno número de radicais islamistas, alguns veteranos da guerra contra os soviéticos no Afeganistão, elementos da classe urbana e um grande número de jovens alienados (QUANDT, 2002). Para Abu-Tarbush (2007), a própria emergência de movimentos islamistas foi acompanhado da crise e deslegitimação dos Estados pós-coloniais e do fracasso do projeto de modernização. Em geral, ocuparam o espaço de oposição aos poderes estabelecidos, dado o caráter autoritário destes regimes e da sua exclusão da participação

⁶⁴ Ex-agente da ANP durante a Guerra de Independência. Em 1961, foi recrutado pelo MALG, tendo estudado na Tunísia e na União Soviética, com formação pela KGB pela “Tapis Rouge”. É considerado por muitos autores o homem mais poderoso da Argélia, sendo seguidamente comparado ao lendário John Edgar Hoover, que esteve à frente do FMI por 48 anos. Mediène usa o pseudônimo de “Toufik” e construiu um grande mito em seu torno, nunca aparecendo em público, de modo que muitos argelinos duvidam de sua própria existência.

⁶⁵ Para melhor compreensão sobre a relação entre Islã e política, Cf. Abderraziq (2004), Muñoz (2000).

sociopolítica e institucional, oscilando entre uma maioria de corte reformista e uma minoria anti sistêmica (radical, extrema e violenta).

Os fatos que se seguiram são muito bem explorados na literatura, não cabendo aqui uma análise detalhada. O FIS venceu as eleições municipais de 1990, preparando terreno para as dramáticas eleições para a Assembleia Nacional no ano seguinte. Antes do segundo turno, entretanto, em 1992, os militares anularam as eleições, depuseram Bendjedid e baniram o FIS da vida política. Tinha início uma segunda *coup d'État*, na qual o HCS – inicialmente encabeçado por Mohamed Boudiaf – ocupava o poder executivo e legislativo por tempo indeterminado, até a organização de novas eleições. Neste contexto, a década de 1990 será marcada pelo *Décennie Noire* argelino (VOLPI, 2003).

O argumento oficial para a tomada de poder pelos militares fora o caráter supostamente antidemocrático do FIS, embora muitos autores concordem que as reais causas foram o medo de serem banidos da vida política e de terem que responder pelos crimes empreendidos em 1988. Antes, porém, de se apropriarem da administração, da justiça e da mídia, o aparelho de segurança sofreu uma nova reestruturação, empreendida pelos generais Larbi Belkheir – então chefe de gabinete de Bendjedid – e Khaled Nezzar – Ministro da Defesa –, em uma manobra que objetivava alijar o serviço de informações do presidente em prol dos tomadores de decisão militares. Em setembro de 1990, após a fragilização do serviço de inteligência em 1987, a DGDS é oficialmente dissolvida. Em seu lugar nasce uma nova estrutura, o *Département du Renseignement et de la Sécurité*, novamente colocado sob o Ministério da Defesa, tendo como chefe Mohamed Mediène, apelidado de Toufik, que retém o posto até o presente.

Desde janeiro de 1992, no início da Guerra Civil, o DRS supervisionará e coordenará luta contra o “terrorismo”, impunemente, em colaboração com o general Mohamed Lamari, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas desde 1993, com o serviço de polícia e a *Gendarmerie*. No interior no DRS, as principais estruturas projetadas foram a *Direction du Contre-Espionnage* (DCE), dirigida por Smaïl Lamari, a *Direction Centrale de la Sécurité de l'Armée* (DCSA), dirigida por Kamel Abderrahmane, a *Direction de la Documentation et de la Sécurité Extérieure* (DDSE), dirigida por Saïdi Fodhil, a *Direction de la Sécurité Intérieure* (DSI), do general Abdelkader Kherfi, e a *Groupement d'Intervention Spéciale* (GIS), do coronel Abdelkader Khemene (SIDHOUM, 2003).

Novamente, um presidente argelino buscou diminuir a influência dos militares no processo político. Desta vez, Bendjedid buscou uma segunda via de atuação, pois além de afastar elementos militares de postos chave, conforme tentara Ben Bella, promoveu uma

política constitucionalmente apoiada de liberalização política e de enquadramento legal da autoridade militar apenas sobre o campo único da segurança. Novamente, porém, a tentativa foi falha, tendo mais uma vez conduzido a um golpe de Estado e à tomada efetiva do poder político por parte dos oficiais.

3.3 Estado de contra insurgência: a Guerra Civil e o segundo *coup d'État*

Nesta seção não exploraremos a Guerra Civil Argelina, já bastante coberta pela literatura disponível, apenas sublinharemos alguns aspectos relevantes relativos à atuação do serviço de inteligência durante o período e algumas conclusões quanto à atuação política dos militares, mantendo-nos coerentes aos objetivos do presente estudo.

Assim, na década de 1990, a onda de violência que varreu a Argélia confirmou a ascendência dos militares na vida política nacional e o enfraquecimento de todas as expressões da política civil, sendo o argumento a situação securitária do país. Dentro do regime, o Chefe do Estado-Maior e os chefes do serviço de inteligência – já presentes no âmbito político com Boumediène e Bendjedid – se tornaram a principal fonte de tomada de decisão (ROBERTS, 2007). Um fato que ilustrou este quadro foi a alternância de três presidentes diferente entre 1992 e 1999,⁶⁶ escolhidos pelas Forças Armadas antes de serem lançados em eleições manipuladas pelo serviço de inteligência. Todos se mostraram incapazes de impor autoridade, dois destes mandatos tendo terminado por assassinato e um por renúncia; no mesmo período de tempo, Mohamed Mediène e Mohamed Lamari permaneceram inquestionáveis em seus postos.

As exigências da campanha de combate à insurgência islâmica e de contra insurgência favoreceram o sobredimensionamento do DRS a partir da instrumentalização da ameaça islamista e do *Décennie Noire* por seus quadros. Internamente, Toufik apresentou-se como uma espécie de “salvador”, evitando a implementação de um dito “projeto teocrático” para o país; externamente, como aquele que evitaria a apropriação do petróleo nacional por “terroristas”, “O DRS fez do islamismo e do terrorismo dois objetivos aliados. O fundamentalismo lhe serve porque enfraquece os democratas e o terrorismo o ajuda a legitimar, aos olhos dos parceiros estrangeiros, seu controle sobre a sociedade” (SIFAoui,

⁶⁶ Mohamed Boudiaf, entre fevereiro de 1992 e junho de 1992, quando foi assassinado; Aki Kafi, entre 1992 e 1994, também assassinado; Liamine Zéroual, entre 1994 e 1999, quando renunciou.

2012, p.226).⁶⁷ Tal fato associado a funções extremamente mal definidas, assim como a conceitos amplos de “terrorismo” e de “ameaça”, permitiram novamente a atuação da agência enquanto “polícia política”, perseguindo adversários políticos e exercendo poder de vida ou morte sobre cidadãos. Desde uma opacidade quase total, o DRS impôs sua vontade às instituições do Estado, muitas vezes aos próprios militares e ao Ministério da Defesa – ao qual teoricamente estaria subordinado –, infiltrando-se também na sociedade civil: em partidos, sindicatos, imprensa, empresas privadas e associações diversas (ADDI, 2004). A combinação de um alto nível de autonomia com um alto nível de penetração, observável ao longo dos anos 1990, nos permite situar o DRS à época, conhecido como Estado-DRS, no modelo de *Independent Security State* de Keller (1989) já explorado no capítulo primeiro.

Quanto ao decênio, Kervyn e Gèze (2004) o separam em cinco momentos, baseados nos objetivos da repressão. Em um primeiro período, de 1990 a 1991, o objetivo era romper o movimento islâmico através do Plano Nezzar, uma estratégia midiática de desinformação a fim de depreciar a imagem do FIS, passando a ideia de um partido perigoso em busca da instauração de uma “teocracia totalitária”. Ademais, era prática a infiltração de elementos radicais recrutados pelo DRS dentro do movimento islamista. Já após a tomada de poder pelos militares e o banimento do FIS, entre 1992 e 1993, o objetivo será liquidar a base política do partido e os chefes islamistas menos manipuláveis, além de deportar seus militantes e simpatizantes para campos ao sul do país. Em fevereiro de 1992, o Estado de emergência foi proclamado, facilitando o sucesso das operações, apoiadas em práticas abusivas por parte do DRS, como prisões coletivas, torturas e assassinatos. O decreto de luta antiterrorista, aprovado no mesmo ano, incorporou emendas que viriam a contribuir com o fenômeno das prisões arbitrárias ou secretas (ASSAM, 2004).

Entre 1994 e 1996, a luta antiterrorista passa a um estágio superior, a partir da implicação de todos aqueles que tenham votado no FIS na Guerra Civil. Era o início do “Estado de hiper-violência”, durante o qual milhares de pessoas foram ilegalmente detidas, sistematicamente torturadas e muitas assassinadas.⁶⁸ Era a “violência extralegal” de Shawn Smallman (2004), já aqui citada. No início de 1996, os adversários reais já haviam sido praticamente todos eliminados, a resistência islamita, definitivamente desacreditada aos olhos da opinião pública, nacional e internacionalmente, tendo os generais o apoio de países ocidentais. Assim, entre 1996 e 1998, o objetivo será consolidar o poder dos militares,

⁶⁷ No original: “le DRS a fait de l’islamisme et du terrorisme deux alliés objectifs. L’intégrisme le sert puisque’il lui permet d’affaiblir les démocrates et le terrorisme l’aide à légitimer, aux yeux des partenaires étrangers, sa mainmise sur la société.

⁶⁸ Cf. Mellah (2004), Genestet (2004).

atentado contra a população civil para a renúncia do presidente Zéroual. Quando tal ocorre, eleições antecipadas, apoiadas pela nova Constituição, são convocadas para abril de 1999. O objetivo será, a partir de então, a manutenção, não do Estado – tal qual seria a missão das Forças Armadas –, mas do regime e do sistema de governança (conforme previra Janowitz para regimes políticos autoritários), a fim de garantir o poder político e econômico à casta beneficiada da “legitimidade histórica” (KERVYN, GÈZE, 2004 ; SIFAOU, 2012).

3.4 A Era Bouteflika: antecedentes e condições para a reforma do DRS

O início do primeiro mandato de Bouteflika vinha a confirmar que – a despeito da posição garantida constitucionalmente ao presidente – os militares dominavam o exercício do poder nacional de modo excepcional: designando informalmente os chefes de Estado que eles controlariam. Mais uma vez, o serviço de inteligência foi incumbido de organizar as eleições, eliminando qualquer candidato que não pudesse ser controlado ou que se apresentasse como uma ameaça ao regime estabelecido. Em abril de 1999, o candidato apoiado pelas Forças Armadas, Abdelaziz Bouteflika, foi eleito após os seis outros candidatos terem decidido se retirar da disputa, acumulando uma vez mais o cargo de Ministro da Defesa (ADDI, 2001 ; LENZE, 2011). Foi referindo-se a este cenário que, em 2002, o ex-Primeiro Ministro Sid Ahmed Ghazalo declarou que: “Na Argélia existe um poder aparente e um poder oculto (...) todas as nossas instituições são fictícias. Somente há a instituição militar que existe realmente” (GHOZALO Apud BENCHICK, 2004, p. 12).⁶⁹

Quanto ao “poder oculto”, o serviço de inteligência esteve sempre presente dentro dos ministérios, da administração e das empresas públicas, de modo que se pode afirmar que a tomada de decisão relativa à gestão do Estado se deu, tradicionalmente, sob sua influência (BENCHICK, 2004), embora tal conjuntura tenha se intensificado na década de 1990. Logo de sua eleição, entretanto, Bouteflika deu o tom das reformas que seriam empreendidas ao longo de seus quatro mandatos, afirmando em comunicado de rádio que “O Exército não era mais que uma instituição da República que, em momentos excepcionais, teve de exercer o poder de polícia. No devido tempo, ele irá retornar ao seu papel” (BOUTEFLIKA, Apud ICG, 2001, p.7).⁷⁰

⁶⁹ No original: “*En Algérie, il existe un pouvoir apparent et un pouvoir occulte (...) Toutes nos institutions sont fictives. Il n’y a que l’institution militaire qui existe réellement*”.

⁷⁰ No original: “*l’armée n’[était] qu’une institution de la République qui, dans des moments exceptionnels, a eu a exercer des pouvoirs de police. En temps utile, elle reviendra à son rôle*”.

Bouteflika ascendeu ao poder na reta final da Guerra Civil. Uma vez que melhorava a situação financeira do país, com o aumento dos preços do barril de petróleo entre 1999 e 2009, o novo presidente apresentou-se como o homem da reconciliação entre islamistas e militares. Já em julho de 1999, com aprovação em referendo em setembro (a fim de compensar o déficit de legitimidade resultante de sua eleição sem candidatos opositores), instaurou a Lei da Concórdia Civil, cujo objetivo era “instituir as medidas particulares encaminhadas para desbloquear saídas apropriadas àquelas pessoas implicadas em atos de terrorismo e de subversão que expressem sua vontade de dar fim, com toda consciência às suas atividades criminais” (ARGÉLIA, 1999, p.1).⁷¹ Dois anos após, ao não cessarem os assassinatos em massa, os motins e os ataques terroristas, a política de Bouteflika foi desacreditada (IGC, 2001 ; HIDOUCI, 2006).

Depois de uma cômoda vitória eleitoral na eleição competitiva de 2004 (84.99% dos votos),⁷² ainda amplamente apoiado pelo DRS, o presidente empreendeu uma nova etapa da reconciliação em 2005 com a aprovação, também em referendo, da *Charte pour la Paix et la Réconciliation Nationale*, novamente chamando a apresentações voluntárias às autoridades competentes. A Carta mostrava-se mais ampla que a lei anterior, inovando ao proibir definitivamente o exercício da atividade política pelo FIS e ao explicitar em seu capítulo sexto que: “Nenhuma acusação pode ser instituída (...) contra os membros das forças de defesa e de segurança da República por ações empreendidas pela proteção de pessoas e bens, pela salvaguarda da nação e preservação das instituições da República argelina democrática e popular” (ARGÉLIA, 2006, p.1) (BUSTOS, 2006 ; HIDOUCI, 2006).⁷³ Era ganho de causa aos militares, que não seriam incriminados pelas barbáries da década passada. Dentre a população, a reação foi imediata e negativa.

Embora tenha se referido especificamente ao Brasil, Arturi (2001) afirma que o caso brasileiro de transição de um regime militar a um regime civil e democrático foi “o mais controlado pelos dirigentes autoritários e aquele em que os membros de sua elite civil garantiram não só sua sobrevivência política como ampla participação no poder após a democratização”. Após a obtenção de garantias de que não haveria um “‘revanchismo’ contra os agentes do Estado que cometeram crimes no exercício da repressão contra a oposição”, via

⁷¹ No original: “*Instituir las medidas particulares encaminhadas a desbloquear salidas apropiadas a aquellas personas implicadas en actos de terrorismo o subversión que expresen su voluntad de detener, con toda consciencia, sus actividades criminales*”.

⁷² Cf. IFES (2014).

⁷³ No original: “*Aucune poursuite ne peut être engagée (...) à l'encontre des éléments des forces de défense et de sécurité de la République pour des actions menées en vue de la protection des personnes et des biens, de la sauvegarde de la Nation et de la préservation des institutions de la République algérienne démocratique et populaire*”.

Lei da Anistia, que concedia anistia aos que cometeram crimes políticos entre as décadas de 1960 e 1970, civis e militares, as “Forças Armadas conseguiram prerrogativas políticas extraordinárias, que as mantêm como um dos atores políticos centrais, com grande poder informal, sobretudo em momentos de crise política” (ARTURI, 2001, p. 2). O mesmo foi observado na Argélia, sendo a anistia o instrumento necessário à manutenção do status quo.

Por outro lado, na contramão da percepção de que os militares, apesar da deslegitimação popular em vista das ações repressivas do *Décennie Noire*, permaneciam entes centrais no sistema político, com grande, embora informal, poder decisório, o presidente Bouteflika empreendeu importantes remodelações na cúpula da ANP a partir de 2004, sob o argumento da necessidade de modernização e profissionalização desta. Mohamed Lamari, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas desde 1993, que se opôs à reeleição de Bouteflika, foi substituído por um general próximo ao presidente, Ahmed Gaïd Salah. Ao controlar o posto, Bouteflika pode – enfim – restaurar a autoridade do Ministério da Defesa sobre as Forças Armadas e criar sua própria rede de patronagem política, além de garantir ao presidente poder dentro da instituição militar para fazer frente ao chefe dos serviços de inteligência. Em um tempo recorde de oito meses substituíram-se a maior parte dos chefes ligados a Lamari, ocorrendo um rejuvenescimento da cúpula militar, na qual de dez novos chefes, apenas um pertencia à geração da Guerra de Libertação (JESÚS, 2005 ; WERWNFELS, 2010). O objetivo de Bouteflika era claramente restaurar a coerência do Poder Executivo ao reestabelecer o presidente – no lugar do alto comando das Forças Armadas – como o supremo árbitro do debate político e do conflito de interesses (ROBERTS, 2007).

Em 2010, Bouteflika já estava em seu terceiro mandato, e a situação política e securitária da Argélia era caracterizada pela hegemonia do serviço de inteligência sobre o regime, pelo enfraquecimento da oposição islamista, desmantelamento das organizações terroristas islamistas e pelo controle estreito do sistema político. Em outubro, três figuras políticas de destaque, Said Sadi,⁷⁴ Redha Malek⁷⁵ e Sid Ahmed Ghozali,⁷⁶ vieram a público denunciar o papel dos serviços de inteligência, abrindo um debate sobre a preeminência do DRS no regime argelino (MOHAMED, 2012). Ghozali, em entrevista ao *Quotidien d’Oran*, quando perguntado sobre o que seriam as “Forças Armadas políticas”, denunciou:

⁷⁴ Político argelino e presidente do partido *Rassemblement pour la Culture et la Démocratie* (RCD) até 2002.

⁷⁵ Primeiro-Ministro entre agosto de 1993 e novembro de 1994.

⁷⁶ Presidente da Sonatrach e Ministro da Energia e da Indústria no governo Boumediène.

São os “serviços” está claro. E não são unicamente os “serviços”, mas todas as suas ramificações. Escute: não é apenas na Argélia que os “serviços” tentam deter mais poder e abusar dele. Você tem exemplos mesmo nos países mais democráticos, com a CIA, a NSA, o FBI nos Estados Unidos. Todos tentam afetar o máximo possível as decisões políticas (...) A diferença é que nos os outros países possuem instituições com poderes. Aqui, somente existem os “serviços” e instituições virtuais. Você crê que a Assembleia Nacional tem poderes legislativos? (GHOZALI, 2010, p.1).⁷⁷

A despeito de diversos autores advogarem a dificuldade de reformas no sistema de inteligência argelino devido à sua imensa estrutura, aos seus poderes informais e à sua capacidade de penetração no Estado e na sociedade civil (COOK, 2007 ; ROBERTS, 2007 ; JESÚS, 2005 ; MOHAMED, 2012), uma nova reestruturação do DRS foi anunciada por Bouteflika em setembro de 2013, sendo considerada a etapa derradeira e definitiva da reforma no setor de segurança argelino. Direções vertebrais foram retiradas da órbita do DRS e subordinadas a aliados do presidente; agências vitais durante a década de 1990 foram extintas ou remodeladas. Em fevereiro de 2014, 83 oficiais das Forças Armadas foram aposentados pelo clã presidencial, dentre eles 50 dependentes do DRS. Finalmente, chegamos à nossa hipótese de pesquisa, de que a reestruturação do DRS possibilitaria uma alteração da estrutura de poder argelino, ao atenuar uma situação de poder dual verificada desde o governo Bendjedid. Já em 2014, Bouteflika foi reeleito para o quarto mandato, aos 77 anos, mesmo em conflito com Mohamed Mediène devido à implementação de diversas políticas a fim de lhe garantir uma balança de poder favorável, como o controle por seus aliados de ministérios específicos (Justiça, Interior, Defesa) e a indicação do Chefe do Estado-Maior (DJABI, 2014). De sua própria reeleição denotamos o enfraquecimento do DRS.

Quais foram, porém, as condições que permitiram ao presidente Bouteflika implementar tais mudanças de modo bem-sucedido e que diferem a conjuntura atual argelina daquela observado durante os governos Ben Bella e Chadli Bendjedid, nos quais reformas no serviço de inteligência também foram empreendida, porém sem sucesso? Nosso objetivo de pesquisa busca responder essa pergunta a partir de uma conjunção de fatores internos ao regime e outros em nível internacional, os quais serão analisados na sequência. O capítulo terceiro fornecerá um panorama mais amplo das alterações em vias de implementação no

⁷⁷ No original: “*Ce sont les «Services». C'est clair. Et ce n'est pas uniquement les «Services», mais toutes leurs ramifications. Ecoutez : ce n'est pas propre à l'Algérie que les «services» essayent d'avoir plus et d'abuser. Vous en avez des exemples même dans les pays les plus démocratiques, avec la CIA, la NSA, le FBI aux Etats-Unis. Chacun essaye de peser le plus possible sur les décisions politiques. Nous avons ce côté commun avec d'autres pays. Sauf que la différence est que dans d'autres pays, existent des institutions qui ont des pouvoirs. Chez nous, il n'existe que «les Services» et, en face, des institutions virtuelles. Vous croyez que l'Assemblée nationale a des pouvoirs législatifs?*”.

serviço de inteligência argelino e a tentativa articular de uma análise política de cada uma das alterações propostas.

3.4.1 Fatores internos para a reforma nas Forças Armadas

Os fatores internos ao regime argelino que caracterizam a Era Bouteflika e aumentam as possibilidades de sucesso nas reformas em nível das Forças Armadas e especificamente em nível dos serviços de inteligência, segundo a reflexão aqui proposta, foram essencialmente três, embora não se questione a complexidade da realidade nacional, assumindo-se que diversas questões podem ter-se somado: 1. O processo de deslegitimação das Forças Armadas acompanhado do processo de legitimação do posto presidencial; 2. O desmantelamento dos principais grupos terroristas de atuação local; 3. As cisões observadas na ANP.

O processo de deslegitimação das Forças Armadas já foi amplamente revisado neste trabalho. Heróis da Guerra de Independência, a repressão da década de 1990 foi o ponto de corte para a autoridade revolucionária transmutar-se em *naked power*, conforme a teoria de poder de Bertrand Russell (2001) vista no capítulo primeiro, assumindo-se a dinâmica de mutação da coerção aceita em coerção padecida de Camou (1994). Ademais das denúncias de ingerência política, da corrupção, dos diversos dossiês lançados por organizações pelos direitos humanos e da insatisfação popular com as medidas da *Charte pour la Paix et la Réconciliation Nationale*, implementadas sem um debate amplo com os segmentos sociais, há o fato de a geração dos jovens argelinos de hoje distanciar-se temporalmente da Guerra de Independência, de modo que o sentimento militarista apoiado no ideal das Forças Armadas libertadoras não é mais um componente característico da sociedade na Argélia. Ao mesmo tempo, a eleição de Bouteflika, em 2004, apesar das denúncias sobre o papel do DRS na articulação do pleito, foram as primeiras eleições competitivas após a Guerra Civil e ganhas por um civil. Esse fato conferiu ao mandato certo grau de legitimidade, munindo o presidente de autoridade subjetiva. Segundo Djabi (2014), Bouteflika encontrou apoio em diversos partidos políticos de diferentes tamanhos e níveis de influência, além de organizações da sociedade civil, como sindicatos, empresas e canais privados de televisão.

Quanto aos grupos terroristas, o *Groupe Islamique Armé* (GIA), que nasceu como uma associação de guerrilhas organizada em 1993, tendo especialmente civis membros do governo como alvos, com o intuito de demonstrar a incapacidade do Estado de proteger seus subordinados e colaboradores, foi desmantelado e está inativo desde 2002. O *Armée Islamique du Salut* (AIS), criado em 1994 como o “braço armado oficial” do FIS buscando

fazer um contraponto à hegemonia do GIA entre os movimentos guerrilheiros, declarou cessar-fogo unilateral ainda em 1997. Assim, a situação securitária argelina melhorou, diminuindo a violência dos grupos terroristas que agiam internamente também através de acordos entre o governo e os movimentos de protesto, como o movimento Arouch, representante de grupos berbere, em 2001 (VOLPI, 2003 ; ARIEFF, 2013 ; BUSTOS, 2006). Em 2011, o presidente Bouteflika levantou o Estado de emergência em vigor desde 1992.

Em relação à ANP, esta é menos monolítico do que aparenta. A divisão em clãs das Forças Armadas encontra-se em sua própria origem, quando da união entre dois corpos armados completamente distintos: o *partisan*, que atuavam no interior do país, e os *Déserteurs de l'Armée Française* (DAF) (ROJAS, 2012). Após 1999, entretanto, com a ascensão de Bouteflika à presidência da República Argelina, os comandantes das Forças Armadas e especialmente aqueles ligados ao DRS entram em profundas divergências quanto aos rumos da política nacional, principalmente quanto ao apoio no pleito de 2004 entre o atual presidente e Ali Benflis.⁷⁸ Este clima se acentuará ainda com os boatos de uma possível sucessão de Mohamed Mediène (SIFAOU, 2012) enfraquecendo a instituição e impedindo uma ação coesa.

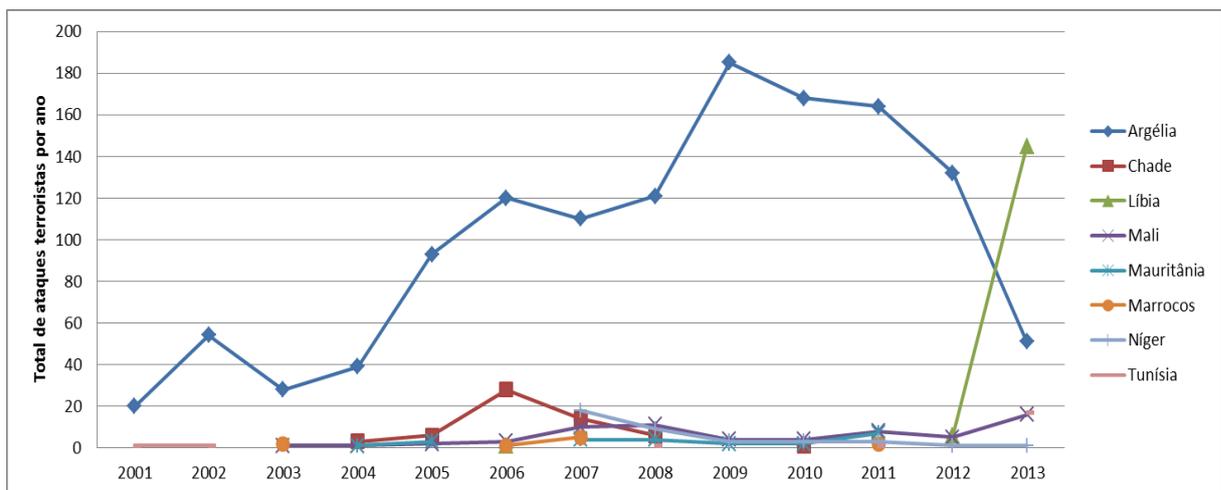
3.4.2 Fatores externos para a reforma nas Forças Armadas

São dois os fatores – dentro de um universo amplo de possibilidades – que caracterizam o governo Bouteflika no âmbito externo, segundo nossa hipótese secundária de pesquisa, os quais – conjugados – permitiriam compreender porque seria bem sucedida uma tentativa de reforma nos serviços de segurança, já fracassada em governos anteriores. Os dois fatores selecionados para fins deste trabalho foram: 1. O descolamento do centro dinâmico do terrorismo em direção ao Sahel; 2. O novo padrão de relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia, foco de pressões externas por reformas.

Inicialmente, a fim de explorarmos o fator primeiro, é necessária uma pequena revisão acerca das atividades terroristas no Magreb. Os principais grupos terroristas que atuavam no interior da Argélia, conforme visto, foram desmantelados até o início dos anos 2000. Uma facção do GIA, entretanto, o *Groupe Salafiste pour la Prédication et le Combat* (GSPC), internacionalizou-se, declarando em 2003 – após a invasão do Iraque – apoio à jihad islâmica e a Bin Laden, chamando os muçulmanos de todo o mundo para uma guerra contra os Estados

⁷⁸ Primeiro-Ministro durante o primeiro mandato de Bouteflika.

“ímpios”. Em 2007, foi anunciada a dissolução da sigla GSPC e a adoção do nome *Al Qaida au Maghreb Islamique* (AQMI). Com sede na Argélia, da onde provêm seus principais líderes, o objetivo da nova “filial” da Al-Qaeda é a unificação de todos os movimentos islamistas do Magreb (ao norte) e do Sahel (ao sul). Entre 2010 e 2011, o grupo reivindicou a autoria de 28 atentados terroristas. No início de suas operações, a Argélia foi alvo do maior número de ataques. A ação, entretanto, foi gradativamente sendo deslocada para o sul, onde os imensos territórios e a fraqueza dos meios militares dificultaram a eliminação do grupo. O Sahel, portanto, se tornou tanto por razões estratégicas (como a nova ação estadunidense na região desde 2002)⁷⁹ como táticas e operacionais (facilidade da ação) o novo front de combate para os islamistas (DAGUZAN, 2010 ; GALITO, 2010).



Quadro 2: Atentados terroristas no Magreb e no Sahel desde 2001. (Fonte: Alexander, 2014)

Conforme o Quadro 2, após um pico no ano de 2009, os atentados terroristas, não apenas da AQMI – embora esta seja a organização mais citada –, tiveram uma tendência de queda acentuada na Argélia e de sensível aumento nos países do Sahel, em especial no Níger e no Mali, o que representa uma mudança no ambiente securitário regional e um deslocamento do centro de gravidade das operações. Ao passo que no ano de 2012 houve 132 ataques em território argelino, em 2013 foram registrados apenas 51, embora este ano apresente número recorde de ocorrências, totalizando 230 ataques (VER ANEXO 2). Essa alteração estatística pode em parte ser explicada pelas “lições aprendidas” pelo governo a partir de uma série de melhorias nas estratégias de contraterrorismo (ALEXANDER, 2014).

⁷⁹ Em 2002, no âmbito da luta anti-terrorista, os Estados Unidos lançaram a operação *Pan-Sahel Initiative* (PSI), que visava treinar e equipar tropas no Mali, no Níger, no Chad e na Mauritânia. Em 2005, o PSI passa a se chamar *Trans-Saharan Counter-Terrorism Partnership*, a partir da inclusão do Marrocos, Argélia, Nigéria, Senegal e Tunísia (GALITO, 2010).

Quanto ao segundo ponto, o novo padrão de relacionamento primeiramente com a União Europeia, deve-se considerar que a Argélia se apresenta como um pivô geoenergético para o bloco, em particular para a Espanha. A Argélia, membro da OPEP desde 1969, é a principal produtora de gás natural da África e possui a terceira maior reserva comprovada de petróleo do mundo. O maior produto de exportação argelino é o petróleo cru, 72% exportado para a Europa em 2013, segundo dados da EIA. Quanto aos produtos derivados do petróleo, 43% tiveram como destino – no mesmo ano – os Estados Unidos e 18% a Europa, sendo 7% deste apenas a Espanha. Quanto ao gás natural, 34% foram exportados para a Espanha, 27% para a Itália, 12% para a França e 7% para o restante da Europa (EIA, 2014). Assim, no que toca à Europa, a estabilidade argelina é essencial para a segurança do Magreb, mas também do Mediterrâneo em seu conjunto. Neste sentido, a União para o Mediterrâneo (UfM) foi firmada em 2008, substituindo a *Euro-Mediterranean Partnership* (EMP), estabelecida em 1995.

A UfM reúne os 28 membros da União Europeia e os 15 parceiros mediterrâneos do Norte da África, Oriente Médio, além da Turquia, Albânia e Bósnia, em um novo formato de cooperação, não apenas no âmbito econômico, mas também nos âmbitos político e securitário. A UfM pode ser tanto um estímulo às reformas que enquadrem os países-membros nos termos da sua “declaração de princípios” – que inclui o respeito à lei e à democracia nos sistemas políticos, aos direitos humanos, à liberdade de expressão, associação, religião – mas também um estímulo à resolução de disputas regionais, como o longo embate entre a Argélia e o Marrocos⁸⁰ pelo Saara Ocidental e pela liderança regional (ISS, 2008).

Quanto aos Estados Unidos, além de ser um importante destino das exportações petrolíferas argelinas, suas relações com a Argélia ampliaram-se desde 2001, a partir da percepção do país como um aliado-chave no combate ao terrorismo, principalmente – conforme já visto – no combate à AQMI, no escopo da *Trans-Sahara Counter-Terrorism Partnership* (TSCTP), devido ao seu tamanho, à sua localização estratégica e à sua experiência de combate. A administração Obama tem tentado estabelecer uma relação bilateral centrada na cooperação contraterrorismo e no setor de petróleo e de gás argelino, mas tem promovido igualmente incentivos para uma maior abertura política e econômica. Assim, desde 2005, a Argélia e os Estados Unidos participam de um *Joint Military Dialogue*, em vista a estabelecer treinamento e exercícios conjuntos; porém, a Argélia também participa do *Middle East Partnership Initiative* (MEPI) do Departamento de Estado norte-americano, que

⁸⁰ A Argélia, desde 1975, apoia a Frente Polisário, movimento nacionalista de libertação do Saara Ocidental.

desenvolve projetos para promover, entre outros, a governança democrática. Uma última consideração importante, desde 2000 a Argélia participa do Diálogo Mediterrâneo da OTAN, que busca a estabilidade do Mediterrâneo Sul por meio de relações cooperativas entre a porção sul e a porção norte (ARIEFF, 2013).

4 A REFORMA DO *DÉPARTEMENT DU RENSEIGNEMENT ET DE LA SÉCURITÉ*: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS

Ainda que o capítulo primeiro nos tenha munido de uma base abrangente relativa a o que são os serviços de inteligência e como eles operam, alguns breves pontos devem ainda ser elencados neste capítulo, principalmente concernentes às reformas nestes serviços e à possibilidade de transição de poder a partir destas, a fim de completarmos o quadro teórico que suporta a análise de nosso objeto de pesquisa segundo o objetivo proposto: estudar uma possível transição de poder a partir da reforma no sistema de inteligência argelino. Na sequência, iremos analisar a reforma do DRS anunciada pelo presidente Abdelaziz Bouteflika em 2013: em seu contexto, na descrição das agências que sofreram reformas (suas missões e seus objetivos), buscando a articulação das possíveis implicações em nível político e de estrutura de poder de cada alteração.

Antes de iniciarmos, porém, deve-se advertir para o fato de que a já escassa bibliografia existente sobre inteligência governamental é ainda mais restrita quando fora do eixo Inglaterra-Estados Unidos, fato que se acentua quando buscamos referências relativas a Estados considerados não democráticos. No que toca especificamente à reforma do DRS, sendo esta muito recente, o material disponível limita-se ainda a análises jornalísticas, embora haja uma quantidade relativa de livros, relatórios de organizações internacionais e depoimentos de ex-oficiais concernentes às atividades das agências que serão analisadas, fato que possibilita um estudo melhor embasado.

4.1 Reformas em serviços de inteligência: aproximações teóricas

Inicialmente, segundo Bruneau (2001) e em conformidade com o que já foi visto neste trabalho, em praticamente todos os regimes classificados como “autoritários” o aparato de inteligência é elemento-chave para a manutenção do poder, uma vez que tais regimes recorrem a essas organizações para “identificar os opositores internos, neutralizar a oposição ao governo e buscar através de uma variedade de meios, incluindo o controle da mídia, a geração de, pelo menos, apatia nacional” (BRUNEAU, 2001, p.324).⁸¹ Assim, para o autor, a inteligência nestes Estados se resume – basicamente – à contra inteligência, ou seja, à proteção dos segredos estatais contra qualquer um fora do núcleo duro de poder, sendo que

⁸¹ No original: “*identify domestic opponents, neutralize opposition to the government, and seek through a variety of means, including a controlled media, to generate at least domestic apathy*”.

virtualmente qualquer coisa pode ser classificada como um “segredo de Estado”. De tal maneira, um dos legados de tais serviços é, seguramente, seu envolvimento em abusos aos direitos humanos, em especial – conforme já visto – contra a população civil nacional. Tais premissas apontadas por Bruneau confirmam aquilo que foi visto no capítulo segundo em relação às práticas do DRS argelino, inclusive sua noção de que tais características sobre dimensionam as agências de inteligências em suas funções, permitindo sua autonomização. Um ponto, porém, escapa ou é ignorado pela lógica do autor: o fato de tais regimes não serem estáveis ou monolíticos, havendo uma dinâmica de acumulação e de esvaziamento de legitimidade e de autoridade dentro do próprio núcleo de poder nacional. Na Argélia, conforme visto, houve desde o final do governo Boumediène uma situação de poder dual, a qual certamente não é a característica mais aparente do regime, mas que não pode ser esquecida, principalmente se buscamos analisar as consequências de reformar uma organização cujo monopólio garantia o fluxo informacional e a possibilidade de promover ações encoberta às Forças Armadas.

A relação entre inteligência governamental e relações civil-militares também já foi estabelecida neste trabalho. A relação entre estas duas e as possibilidades de transição de poder, porém, ainda deve ser revisada. Conforme Bruneau e Matei (2011), em um esforço de unir as três esferas, a principal consequência de uma reforma no serviço de inteligência de um Estado não democrático é justamente a diminuição das prerrogativas militares, as quais segundo Stepan (1988) referem-se àquelas áreas nas quais “desafiados ou não, os militares como uma instituição assumem possuir um direito adquirido ou privilégio, formal ou informal, de exercer controle efetivo sobre sua governança interna, para cumprir um papel em áreas extramilitares dentro do aparato do Estado” (STEPAN, 1988 , p.93).⁸²

Para Stepan, a análise das relações civil-militares deveria ser função de duas variáveis: o grau e abrangência das prerrogativas militares e o grau e nível de contestação militar às ordens civis. Dentre as prerrogativas citadas pelo autor, além da participação dos militares no gabinete governamental, a falta de rotina legislativa sobre assuntos de defesa, a ausência do Congresso na promoção dos oficiais militares, a garantia a estes de poderes constitucionais sobre a lei e a ordem, sua autoridade extrajudicial e legislativa, o potencial para os militares se tornarem uma força independente de execução durante intervenção interna, a presença militar em áreas de atividade econômica civil, todas essas verificáveis na Argélia, o autor cita o

⁸² No original: “*whether challenged or not, the military as na institution assumes they have an acquired right or privilege, formal or informal, to exercise effective control over its internal governance, to play a role within extramilitary areas within the state apparatus*”.

controle das principais agências de inteligência. De tal maneira, a combinação de altas prerrogativas com alto nível de contestação criaria uma situação de “acomodação civil desigual”, bastando que o governo civil decida erradicar tais estruturas militares latentes para diminuir a instabilidade política possível (STEPAN, 1988 ; ZAVERUCHA, 1998). Nossa hipótese de pesquisa é justamente que a reforma que foi levada a cabo impactaria na capacidade dos militares de influenciar os rumos políticos.

Uma situação oposta, porém, na qual diminuíssem as prerrogativas militares e seu nível de contestação às ordens civis, seria qualificado por Stepan como “controle civil democrático sobre os militares”. Igualmente, quando tratam de reformas nos serviços de inteligência, os diversos autores tendem a focar em reformas de caráter democratizante. Novamente, Bruneau e Matei (2011) afirmam que esse processo seria composto de alguns passos: primeiro, após criarem-se as novas agências ou se reorganizarem as antigas, cunhar leis que estabeleçam o papel, o controle e a transparência do serviço de inteligência; posteriormente, formar e fortalecer instituições e mecanismos para o controle do serviço, envolvendo diretamente os poderes executivo, legislativo e judiciário; finalmente, aumentar o interesse do público em temas de inteligência e de segurança, tanto fomentando uma cultura de inteligência quanto institucionalizando processos que apoiem a transparência e a efetividade. Resumidamente, para Born e Wetzling (2007) haveria cinco camadas desejáveis de *accountability*⁸³ para os serviços de inteligência: controles internos às próprias agências, controles executivos, congressual, judiciários e externos, incorporando nestes a imprensa e os *Think Tanks* independentes.

O elemento que completa nossa hipótese de pesquisa é o fato de o impacto na capacidade dos militares de influenciar os rumos políticos se daria em benefício único do executivo, ou seja, visando reduzir as prerrogativas dos militares não para criar uma situação de controle democrático, conforme postulam os diversos autores que discorrem sobre o tema, mas em um revisionismo no próprio status autoritário do presidente, assumindo-se a possibilidade de dinâmica interna no núcleo de poder do regime argelino. Essa hipótese é reforçada por dois elementos. Em primeiro lugar, não basta haver um controle civil sobre os militares; aliado a este deve haver a própria sujeição destes civis ao processo democrático para ter-se uma democracia plena (DAHL, 2012),⁸⁴ fato este que não é observável na

⁸³ Que poderia ser traduzido para o português como “prestação de contas”.

⁸⁴ “Para que um Estado seja governado democraticamente, evidentemente duas condições são necessárias: (1) se as organizações militares e policiais existirem, como é certo que existirão, elas deverão estar sujeitas ao controle civil. Mas o controle civil, ainda que necessário, não é suficiente, pois muitos regimes não democráticos também

Argélia.⁸⁵ Em segundo lugar, há o fato de a reforma anunciada em 2013 não vir acompanhada de medidas relativas às cinco camadas de *accountability* vistas, não sendo previsto o estabelecimento de um conjunto de leis sobre a atividade ou a autoridade legislativa para requerimentos de qualquer natureza. A reforma – como será detalhada na seção seguinte – apenas esvaziou ou eliminou agências, assim como realocou hierarquicamente outras. Como se verá, cada ação empreendida teve um objetivo específico que irá ao encontro de nossa hipótese, assumindo-se assim, que o *Independent Security State* proposto por Keller (1989) e identificado no capítulo primeiro como ilustrativo do DRS teria diminuído apenas seu nível de autonomia.

4.2 A Reforma de 2013: o *Département du Renseignement et de la Sécurité* em vias de dissolução

A partir do dia 10 de setembro de 2013, uma série de reportagens, inicialmente veiculadas pelo jornal eletrônico *Tout Sur l'Algérie* (TSA) apontavam para uma decisão presidencial não publicada oficialmente de reestruturação profunda do serviço de inteligência argelino. Tais informações viriam a ser comprovadas posteriormente a partir dos decretos presidenciais lançados, das substituições de pessoal levadas a cabo nas diretorias das principais agências e das próprias declarações de Bouteflika e de líderes do seu governo, que iriam ao encontro daquilo que fora anunciado pela mídia.

Quanto às primeiras manifestações divulgadas, Amar Saâdani – secretário geral do FNL – deu uma entrevista ao TSA em fevereiro de 2014, a primeira de um político de alto escalão, criticando a postura do general Toufik e lançando acusações ao DRS, inclusive relativas ao assassinato do ex-presidente Boudiaf e à tentativa de assassinato de Bouteflika em 2007. Saâdani postulou duras críticas principalmente à presença da DSI, a segurança interior então sob o DRS, no seio das instituições e da sociedade argelina: “eu já disse e vou repetir, esse departamento interferiu no trabalho da justiça, das mídias e dos partidos políticos (...) esse departamento ultrapassa suas prerrogativas”.⁸⁶ Argumentando tal presença em nível de

mantêm o controle civil. Portanto (2) os civis que controlam os militares e a polícia devem estar, eles próprios, sujeitos ao processo democrático” (DAHL, 2012, p.384).

⁸⁵ Embora se reconheça as limitações da metodologia utilizada por esta instituição, o relatório de 2014 da *Freedom House* classifica a Argélia como um país “não livre”, havendo um *freedom rating* de 5,5 (sendo a graduação de 1 a 7), um *political rights rating* de 6,0 e um *civil liberties rating* de 5,0. A *Freedom House* é o indicador mais amplamente utilizado de liberdade democrática.

⁸⁶ No original: “*J’ai dit et je le répète, ce département a interféré dans le travail de la justice, des médias et des partis politiques (...) Ce département outrepassé ses prérogatives*”.

instituições nacionais, afirmou que tal deixa a impressão de que “o poder na Argélia não é civil”,⁸⁷ para o secretário geral:

Vários partidos políticos foram vítimas de interferências da segurança interior. É o caso do FLN, o partido de M. Djaballah, o FFS. Tal se faz sempre por ordens de Toufik. É uma realidade (...) infelizmente, em lugar de se ocupar da segurança do país, esse departamento se ocupa das questões dos partidos políticos, da justiça e da imprensa (MEHDI, 2014).⁸⁸

Ao final da entrevista, prometeu uma revisão constitucional, a qual será em diversos momentos citada por Saâdani como forma de instaurar um “Estado civil” e “consagrar a democracia” após a eleição de Bouteflika para o quarto mandato, fato que se dará em 17 de abril de 2014 (MAMMERI 2014a ; MAMMERI 2014b).

Ainda sobre a reestruturação do DRS, outros presidentes de partidos políticos lançaram manifestações na mesma direção. Segundo reportagem do jornal independente *El Watan*, de maio de 2014, o partido *Rassemblement pour la Culture et la Démocratie* (RCD) declarou que “quer se chame MALG, SM ou DRS, a polícia política argelina, que faz das Forças Armadas a alavanca da repressão e da corrupção, sempre controlou o país e hoje coloca seu destino em perigo”.⁸⁹ De tal maneira, “faz muito tempo que o RCD se pronuncia pela dissolução efetiva da polícia política e pelos serviços de inteligência argelinos se concentrar em sua missão de contra espionagem e de luta contra o crime econômico”.⁹⁰ Igualmente, o *Front des Forces Socialistes* (FFS) se coloca “por um debate sereno sobre a questão e coloca o problema em termos de instituições, de poder e sistema político, de transição democrática pacífica, e não em termos de questão eleitoral ou de pessoas”.⁹¹ Finalmente, o *Mouvement de la Société pour la Paix* (MSP) manifestou que “no partido, nós dizemos há décadas que os diferentes serviços [de inteligência] permaneçam afastados da política” (MAKEDHI, 2014).⁹²

⁸⁷ No original: “*le pouvoir en Algérie n'est pas civil*”.

⁸⁸ No original: “*le pouvoir en Algérie n'est pas civil.*” Para Saâdani, “*Plusieurs partis ont été victimes des interférences de la sécurité intérieure. C'est le cas du FLN, le parti de M. Djaballah, le FFS. Cela se fait toujours sous les ordres de Toufik. C'est une réalité (...).Malheureusement, au lieu de s'occuper de la sécurité du pays, ce département s'est occupé des affaires des partis politiques, de la justice et de la presse*”.

⁸⁹ No original: “*Qu'elle s'appelle MALG, SM ou DRS, la police politique algérienne, faisant de l'armée le levier de la répression et de la corruption, a toujours asservi la nation et met aujourd'hui son destin en péril*”.

⁹⁰ No original: “*Cela fait bien longtemps que le RCD s'est prononcé pour la dissolution effective de la police politique et que les services de renseignement algériens se concentrent sur leur mission de contre-espionnage et de lutte contre le crime économique*”.

⁹¹ No original: “*pour un débat apaisé sur cette question et pose le problème en termes d'institutions, de pouvoir et de système politique, de transition démocratique pacifique, et non en termes d'enjeu électoral ou de personnes*”.

⁹² No original: “*Au parti, nous appelons depuis des décennies à ce que les différents Services restent éloignés de la politique*”.

O presidente Bouteflika também comentou diversas vezes o tema, embora um dos discursos proferidos deva ser analisado. Em 18 de fevereiro, dia da *journée du chahid*, que comemora os mártires da Guerra de Independência, Bouteflika chamou a atenção da população para os comentários irrefletidos de autoridades argelinas que atentariam contra a unidade da ANP e contra a segurança nacional. Segundo o presidente:

Dentro da prática em vigor em todos os países, procede-se, quando a necessidade exige, a reestruturações adaptadas. É dentro deste espírito que eu decidi, em 2006, uma estruturação do aparelho de segurança nacional. As estruturações postas em prática em outros países não dão espaço a qualquer comentário alarmista e subjetivo. Na Argélia, alguns, por sua leitura subjetiva e mal intencionada dos fatos, querem apresentar tais estruturações como prova da existência de uma crise no seio do Estado ou do Ministério da Defesa (L'ALGERIE, Tout Sur, 2014).⁹³

O presidente, aqui, reafirmou o compromisso com a reestruturação do DRS. Referindo-se, porém, às declarações inflamadas de Saâdani, buscou a via do discurso moderado e conciliador, seja por motivos conjunturais e imediatos, como a sua corrida pelo quarto mandato (sendo reconhecida a oposição de Toufik à nova reeleição), seja por precaução, seja pela manutenção da estabilidade da ANP e de seu próprio regime.

Anunciada ainda em 2013, a reforma do DRS aparenta ser resposta a um problema estrutural e a outros conjunturais. Em nível estrutural, certamente se pode citar os entraves ao exercício do Poder Executivo impostos pela cúpula militar, sendo o DRS até então uma agência militar altamente autônoma, baseando-nos na estrutura dual de poder existente desde o governo Bendjedid e longamente analisada no capítulo segundo. A reforma do DRS seria, portanto, a derradeira de uma série de reformas já empreendidas no âmbito das Forças Armadas – conforme já visto –, a qual buscaria enfraquecer o terceiro pé da base tripartida de poder argelina, anulando ou atenuando capacidade dos militares de exercer poder e influência política.

Em nível conjuntural, dois eventos devem ser elencados como estopins para empreender-se reformas no DRS: os escândalos de corrupção relacionados à Sonatrach, que afetaram diretamente a cúpula presidencial, e os ataques terroristas ao complexo de gás de In Amenas, na fronteira da Argélia com a Líbia, que derivaram de falhas nas instituições de segurança e especialmente de falhas nas funções da inteligência.

⁹³ No original: “*Dans la pratique en vigueur dans tous les pays, il est procédé, quand le besoin l'exige, à des restructurations adaptées. C'est dans cet esprit que j'ai décidé, en 2006, une structuration de l'appareil de sécurité nationale. Les structurations mises en oeuvres dans d'autres pays ne donnent lieu à aucun commentaire alarmiste et subjectif. En Algérie, certains, par leur lecture subjective et malintentionnée des faits, veulent présenter de telles structurations comme la preuve de l'existence d'une crise au sein de l'État ou du ministère de la Défense nationale*”.

Primeiramente, a Sonatrach foi fundada em 1963, logo após a independência nacional, concebida como um instrumento através do qual o Estado exerceria controle sobre o setor industrial, apoiado na natureza socialista do regime, que pressupunha a existência de empresas estatais, sendo a produção de petróleo e gás também vista como elemento-chave para uma futura posição de proeminência sobre a região do Mediterrâneo sul.⁹⁴ A elite governamental, neste sentido, apoiou-se na companhia, cujo lucro os provêm de poder através do aproveitamento dos sistemas de patronagem e de privilégios.⁹⁵ No topo deste esquema estaria o presidente, que possui autoridade e responsabilidade pela administração da Sonatrach.

Em 2000, o presidente Bouteflika apontou todos os administradores da cúpula da empresa, colocando um aliado, Chakib Khelik, no topo do Ministério da Energia e das Minas, retendo para si substancial poder e autoridade. Entre 2001 e 2005, Khelik – apoiado pelo presidente – propôs planos de privatização da empresa, aos quais os militares se opuseram contundentemente (ENTELIS, 2012). A relação íntima entre a empresa e o governo e as sombrias relações entre os oficiais argelinos, que competem por influência política através dos esquemas de patronagem no setor público, foi escancarada no escândalo de corrupção de 2010, o qual provou que muitas das lutas por poder nacional são, na realidade, disputas pela distribuição das rendas econômicas do Estado. Em janeiro, o presidente da Sonatrach, Mohammed Meziane, e três dos quatro vice-presidentes da empresa foram demitidos como resultado da investigação iniciada pelo DRS. O ministro Khelil não teve acusações, mas foi implicado indiretamente no escândalo, tendo sido removido do seu posto. Tais mudanças de pessoal são significativas, uma vez que todos os homens citados eram profissional, política e pessoalmente próximos ao presidente (ENTELIS, 2011 ; WERWNFELS, 2010).

Também no contexto no setor de hidrocarbonetos, In Amenas é um dos principais campos de gás e petróleo da Argélia. Suas instalações são uma *joint venture* gerenciada pela Statoil, multinacional norueguesa de gás e petróleo, e pela Sonatrach. Em janeiro de 2013, os militantes do grupo jihadista *Les Signataires par le Sang*, uma dissidência da AGMI, cruzaram a fronteira entre a Líbia e a Argélia, seguindo pelo deserto em direção à planta de gás Tiguentourine sem serem detectados, fechando um cerco de quatro dias que terminou com a morte de 37 reféns estrangeiros e de um argelino (BBC, 2013). Para o governo da Argélia, o ataque terrorista expôs uma série de falhas: falhas nas três linhas de defesa de Tiguentourine

⁹⁴ “Mesmo um olhar superficial na estrutura econômica argelina é suficiente para entender a centralidade do setor petrolífero e de gás para o Estado. O setor de hidrocarbonetos em 2008 respondeu por mais de 97% das rendas de exportação argelinas e mais de 75% das rendas do Estado” (WERWNFELS, 2010, p.3).

⁹⁵ Cf. por Leca e Schemel (1989).

– na guarda de fronteiras, na zona de exclusão e na própria guarda responsável pelo complexo – e falhas na inteligência, que não previu o ataque, tendo a responsabilidade do DRS sido diversas vezes evocada. Neste sentido, os oficiais argelinos concordaram com a necessidade de revisar esquemas de segurança em zonas estratégicas; o Ministro das Relações Exteriores, Mourad Medelci, declarou à *Associated Press* que “O ataque em In Amenas, provavelmente, faz com que seja necessário tanto para a Argélia, como país anfitrião destes investimentos, como também para empresas que operam na Argélia, reavaliar medidas de segurança com vista a reforçá-las” (AMMOUR, 2013, p.2).⁹⁶

Para a Statoil, um relatório resultante de investigações próprias relativas ao ataque considerou-o um dos maiores ataques terroristas contra instalações de gás e petróleo da história da indústria. As principais conclusões do grupo de investigação incluem que “os militares argelinos não foram capazes de detectar ou de prevenir os atacantes de chegar ao sítio. As medidas de segurança no local não foram construídas para resistir ou retardar um ataque desta escala, e dependeu da proteção militar funcionando eficazmente”.⁹⁷ Ademais, “nem Statoil nem a *joint venture* poderia ter evitado o ataque, mas não há razão para questionar a extensão de sua dependência da proteção militar argelina. Nenhum deles concebia um cenário onde uma grande força de atacantes armados chegasse ao estabelecimento” (STATOIL, 2013, p.9).⁹⁸

As falhas verificadas no ataque terrorista em In Amenas foram usadas como justificativa à reforma, dada a ineficácia observada do aparato de inteligência naquela situação. Os objetivos do presidente Bouteflika, por outro lado, foram, conforme sugere o presente trabalho, superar o problema estrutural exposto – que, em última análise seria a consequência da própria estrutura dual de poder – via a diminuição das possibilidades de atuação política dos serviços de inteligência, conforme a observada na condução das investigações dos esquemas de corrupção ligados à Sonatrach, e o confinamento do DRS à matéria única de segurança e defesa. Assim, na sequência serão analisadas as principais alterações em nível de DRS com o objetivo de contextualizar e de confirmar estes intentos

⁹⁶ No original: “*The attack at In Amenas probably makes it necessary for both Algeria, as the host country for these investments, and also companies operating in Algeria to reassess security arrangements with a view to reinforcing them*”.

⁹⁷ No original: “*The sum of outer and inner security measures failed to protect the people at the site from the attack on In Amenas on 16 January. The Algerian military were not able to detect or prevent the attackers from reaching the site. Security measures at the site were not constructed to withstand or delay an attack of this scale, and relied on military protection working effectively*”.

⁹⁸ No original: “*Neither Statoil nor the joint venture could have prevented the attack, but there is reason to question the extent of their reliance on Algerian military protection. Neither of them conceived of a scenario where a large force of armed attackers reached the facility*”.

presidenciais. Tais alterações a serem observadas foram de dois tipos. Primeiramente houve a realocação de quatro departamentos vertebrais do âmbito do DRS em direção a outras instituições do Estado. A *Direction de la Sécurité Intérieure* (DSI) foi subordinada diretamente ao Ministério do Interior; a *Direction de la Documentation et de la Sécurité Extérieure* (DDSE) foi subordinada diretamente à presidência; a *Direction Centrale de la Sécurité de l'Armée* (DCSA) e o *Groupement d'Intervention Spécial* (GIS) foram subordinados diretamente ao Estado-Maior das Forças Armadas. Como um segundo tipo de alterações, duas agências de especial importância foram eliminadas, o *Centre de la Communication et de la Diffusion* (CCD) e o *Service Central de la Police Judiciaire* (SCPJ) (VER ANEXO 3).

4.2.1 Análise do objetivo político por trás das principais alterações no âmbito do DRS

A DSI, algumas vezes encontrada na literatura sob o nome de *Direction du Contre-Espionnage* (DCE) devido à fusão entre as duas agências, tem como função primeira a vigilância e a infiltração na sociedade civil (KERVYN, GÈZE, 2004, p.20), esta última que dá tom ao *Independent Security State* de Keller (1989). De tal modo, o DSI⁹⁹ é a agência responsável pelas escutas telefônicas, pela contraespionagem e pela luta contra a subversão, sendo comumente citado como a “coluna vertebral” do DRS e como a verdadeira “polícia política”, especialmente durante a década de 1990. Possui, assim, diversas subdireções de funções variadas. O *Centre Principal des Opérations* (CPO) é o responsável pelas ações encobertas, ou seja, pelas ações ilegais de inteligência. Segundo Samraoui (2003), é a agência responsável pelas escutas secretas, pelas prisões clandestinas, pelos falsos comunicados que foram atribuídos ao FIS no início dos anos 90. Falando especificamente de um agente infiltrado da CPO que foi um dos membros fundadores do FIS, o autor – um dos oficiais de inteligência que preparou a queda de Bendjedid – afirma que:

Ahmed Merani será encarregado (...) de promover em junho de 1991 uma aparição televisiva repudiando os métodos de Abbassi Madani [**presidente do FIS**] e Ali Benhadj [**vice-presidente do FIS**] que ele acusará de criar a discórdia (*fitna*). Essa declaração à televisão servirá de álibi para os generais para proceder à prisão dos líderes do FIS (SAMRAOUI, 2003, p.50) [grifo da autora].¹⁰⁰

⁹⁹ A DSI foi dirigida de 2011 até setembro de 2013 pelo General Bachir Tartag, apelidado de “o bombardeiro”.

¹⁰⁰ No original: “Ahmed Merani se chargera (...) de faire en juin 1991 une apparition télévisée désavouant les méthodes d'Abbassi Madani et Ali Benhadj qu'il accusera de créer la discorde (*fitna*). Cette déclaration à la télévision servira d'alibi aux généraux pour procéder à l'arrestation des leaders du FIS”.

Quem fornece as informações ao CPO é outra agência sob o DSI denominada *Service de Recherche et d'Analyse* (SRA), que é responsável pela coleta de informações a nível interno (partidos políticos, sindicatos, estudantes, imprensa, manifestações, reuniões empresariais), elaborando análises necessárias à tomada de decisão do comando. Também sob o DSI estão os *Centres Territoriaux de Recherche et d'Investigation* (CTRI), que possuem a mesma missão de coleta de informações da SRA, porém dentro de cada uma das seis *wilayas*, tendo um importante papel na luta contra o terrorismo. Segundo Kervyn e Gèze (2004), as CTRI eram encarregadas de infiltrarem-se a fim de manipular o GIA e o AIS, participando também da criação de milícias. O *Poste de Commandement Opérationnel* (PCO) promove a cooperação com a polícia e com a gendarmaria para fins de coleta de informações e de ação repressiva, tendo sido – durante a década de 1990 – responsável pelos centros de tortura e de execução. Finalmente, o *Office National de Répression du Banditisme* (ONRB), também considerado um centro de tortura e de execução, é teoricamente dependente da polícia nacional, mas é de fato controlado pela DSI, reforçando o controle da polícia por parte do DRS (KERVYN, GÈZE, 2004 ; SAMRAOUI, 2003 ; SIDHOUM, 2004).

A retirada da DSI da órbita do DRS e sua realocação sob o Ministério do Interior possui uma implicação prática que é a transferência de uma agência militar (que funciona baseada em regras próprias da instituição militar) para o âmbito civil. Há, porém, uma implicação extremamente significativa em nível de estrutura de poder e de capacidade de exercer influência. A DSI é, seguramente, a agência de maior penetração no âmbito social, político e econômico argelino; sua realocação de uma estrutura militar para o Poder Executivo implica na perda de uma porção das capacidades das Forças Armadas de influir nas decisões nestes âmbitos, ao passo que mune o presidente e seus ministros aliados destas mesmas capacidades. É relevante o fato de não ter havido propostas de limitação e de definição das funções da agência e de suas subdireções, fato que vai ao encontro da afirmação de que a reforma do DRS não visa a uma democratização da atividade.

Uma segunda direção vertebral do DRS que foi alvo da reforma de 2013 foi a DDSE. Tal agência possui duas seções. A seção de inteligência externa tem como principais funções a coleta e a análise de informações no exterior e a cooperação com serviços de inteligência de outros países, principalmente com o serviço de inteligência francês e norte-americano.¹⁰¹ A princípio, a DDSE não foi criada com o fim de engajar-se na repressão extrajudicial; a partir de 1994, contudo, seus agentes foram utilizados para vigiar e intimidar opositores exilados do

¹⁰¹ Desde o início da cooperação securitária antiterrorista entre Estados Unidos e Argélia, um dos esforços bilaterais consiste no compartilhamento de inteligência (BERKOUK, 2009).

regime. A seção de documentação controla os arquivos secretos, especialmente aqueles referentes à Guerra de Independência e à Guerra Civil dos anos 1990 (SIDHOUM, 2004).

Assim como a DSI, a realocação da DDSE do DRS para a subordinação direta à presidência da república possui a mesma implicação prática de transferência de pessoal militar para uma instituição civil e a mesma implicação em nível de estrutura de poder, qual seja, a diminuição da capacidade das Forças Armadas de exercer poder e influência e o aumento concomitante desta capacidade para o clã presidencial. O presidente Bouteflika havia sido Ministro das Relações Exteriores durante o governo Boumediène; durante seu governo, a partir da redução dos níveis de violência e do sucesso da concórdia civil, a política externa argelina deixou de ser dominada pelas preocupações securitárias relativas à insurgência islâmica para – enfim – concentrar-se em esforços de cooperação e de amizade em nível bilateral e multilateral, a fim de aliviar o isolamento imposto ao país durante os anos 1990. Já foi exposta neste trabalho a aproximação com os Estados Unidos, com a União Europeia, e, por conseguinte com a OTAN. Em nível regional, houve uma melhora significativa das relações com o Marrocos, a partir de diversos gestos de boa vontade empreendidos por ambos os lados (como a retirada da imposição de vistos de entrada para visitantes argelinos no Marrocos e vice-versa), embora as fronteiras entre os dois países, fechadas em 1994, ainda não tenham sido reabertas (JANES, 2009). A melhora nas relações internacionais argelinas trouxe ganhos expressivos ao país, especialmente em termos de inserção em fóruns de interesse e em termos de exportações. Estes ganhos são capitalizados pelo presidente Bouteflika, no mesmo contexto de aumento da autoridade subjetiva do Executivo. A alocação da agência de inteligência externa, que contribui para o sucesso destes diálogos, sob o gabinete presidencial pode representar a tentativa de aumentar as prerrogativas do Poder Executivo nesta área.

Finalmente, duas outras agências vertebrais foram realocadas, ambas tendo sido subordinadas diretamente ao Estado-Maior das Forças Armadas, mantendo-se, portanto, no âmbito do Ministério da Defesa, não mais – porém – sob o DRS. A DCSA ocupa-se da vigilância do pessoal militar e das infraestruturas das Forças Armadas, tendo – durante os anos 1990 – se colocado como concorrente da DSI nas práticas de repressão e nas operações clandestinas, tendo também operado centros de tortura e de execução. Segundo Samraoui (2003), nas operações de manipulação do movimento islamistas o DDSE incentivou redes islamistas de defesa da violência:

Essa ação foi confiada ao DCSA, uma vez que aos militares que supostamente eram ‘desertores com armas e bagagens’ foi dada uma nova ‘legenda’ para assumir e dirigir

ações clandestinas e atrair os islamistas, seja para lhes eliminar, seja para lhes conduzir a tomar ações de contra guerrilha ou contra os objetivos específicos que lhes eram atribuídos (SAMRAOUI, 2003, p. 68).¹⁰²

Abaixo hierarquicamente da DCSA está o *Centre Principal Militaire d'Investigation* (CPMI), que durante a Guerra Civil, monitorou e reprimiu os “elementos duvidosos” dentro dos corpos militares: diversos militares identificados como simpatizantes do FIS foram sistematicamente presos, torturados e assassinados. Ademais, os *Bataillons de Police Militaire* (BPM), conhecidos como “*bérets rouges*” (boinas vermelhas), são utilizados pelo DCSA em diversas operações de manutenção de ordem (KERVYN, GÈZE, 2004).

A segunda agência realocada para o Estado-Maior, o GIS, foi criada em 1987, inspirada no *Groupe d'Intervention de la Gendarmerie Nationale* (GIGN) francês. O GIS possui uma missão sobretudo ofensiva: o engajamento na luta contra o terrorismo, tendo brigadas instaladas em pontos nevrálgicos do país. Segundo Kervyn e Gèze (2004):

Seus homens estarão presentes em todas as delegacias de polícia, em todas as casernas de alguma importância. Dentro de cada CTRI, uma unidade do GIS de cerca de cinquenta elementos, de roupa preta, com um armamento específico, apoiam o serviço da Polícia judiciária durante o toque de recolher nas operações urbanas de luta contra o terrorismo (assaltos, prisões, operações de “limpeza” de cadáveres de pessoas assassinadas, jogados na frente de suas casas ou outros locais). Unidades do DRS poderiam apelar a essa entidade, a qualquer hora do dia e da noite. Ela tinha seus próprios veículos (blindado Toyota) e um armamento pesado e sofisticado (KERVYN, GÈZE, 2004, p.24).¹⁰³

A partir da subordinação ao Estado-Maior, as duas agências mantêm-se sob a estrutura militar, não havendo nem a implicação prática, nem a implicação em nível de estrutura de poder anteriormente colocadas, não sendo, portanto, uma mudança estrutural significativa. É muito importante considerar, porém, que o “todo poderoso” Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas durante o *coup d'État*, Mohamed Lamari, fora substituído por Ahmed Gaïd Salah em 2004. Salah é um general de origem cabil que Bouteflika colocou no posto a fim de transmitir para seus interlocutores estrangeiros a imagem de mudanças e de modernização da ANP (JESÚS, 2005); essencialmente, Salah é próximo ao clã presidencial. Outra consideração é o alto nível de autonomia do DRS e as hostilidades abertas entre Toufik e o

¹⁰² No original: “*cette action avait été confiée à la DCSA, puisque des militaires ayant soit disant “déserté avec armes et bagages” se sont ainsi donnés une nouvelle “légende” pour prendre en main et diriger des maquis clandestins et attirer les islamistes soit pour les éliminer, soit pour les conduire à mener des actions de contre-guérilla ou contre des objectifs bien précis qui leur étaient assignés*”.

¹⁰³ No original: “*Ses hommes seront présents dans tous les commissariats, dans toutes les casernes d’une certaine importance. Dans chaque CTRI, une unité du GIS d’environ cinquante éléments, en tenue noire, ayant un armement spécifique, soutenait le service de Police judiciaire pendant le couvre-feu dans les opérations urbaines de lutte antiterroriste (assauts, arrestations, opérations de « nettoyage » des cadavres de personnes assassinées, jetées devant chez elles ou en d’autres lieux). Les unités du DRS pouvaient faire appel à cette entité à n’importe quel moment du jour et de la nuit. Elle disposait de ses propres véhicules (des Toyota blindées) et d’un armement lourd et sophistiqué*”.

presidente Bouteflika. De tal maneira, o próprio esvaziamento do DRS e a subordinação de agências importantes a aliados do presidente é significativa quando consideramos os objetivos do presidente com a reforma, quais sejam, o confinamento do DRS à matéria única de segurança e defesa e a superação do problema estrutural relacionado aos entraves ao exercício do Poder Executivo.

Dentro do segundo tipo de alterações propostos pelas reformas de Bouteflika, o CCD foi oficialmente dissolvido em outubro de 2013. Tal centro era o responsável pelo controle da mídia, seja a censura, a difusão de comunicados, a seleção de artigos a serem publicados em jornais e em revistas. Representava – portanto – um meio condicionante da opinião pública argelina, inclusive sendo o veículo da opinião oficial sobre a Guerra Civil: a luta justa dos militares contra a barbárie islâmica (KERVYN, GÈZE, 2004 ; ARBANI, 2014). Uma segunda agência dissolvida oficialmente via decreto presidencial foi a SCPJ. Criada por Bouteflika em 2008, foi dissolvida em setembro de 2013 (decreto presidencial nº13-309). A SCPJ era responsável pela condução de investigações judiciais, tendo conduzido as investigações de corrupção relativas a empresas públicas, entre elas Sonatrach I e Sonatrach II (novos escândalos de corrupção lançados em 2013) e Sonelgaz, empresa pública de distribuição de energia elétrica e de gás natural.

O controle da opinião pública, desde a transmissão da *Voix de l'Algérie Libre et Combattante*, conforme exposto, esteve na raiz das atividades da inteligência argelina. A condução das investigações judiciais, embora tenha sido prerrogativa da inteligência a partir de 2008, permitiu a imposição de reverses ao clã presidencial devido à sua instrumentalização pelo DRS como arma política contra o presidente Bouteflika. A eliminação destas duas agências não só reflete a tentativa de confinar o DRS à matéria de defesa e segurança, como aparenta ter como objetivo a eliminação de alguns meios que permitiam a atuação política por parte dos corpos armados.

A exposição do perfil de cada uma das agências de inteligência que sofreram reformas a partir de setembro de 2013 e a tentativa de articular as explicações possíveis para as alterações propostas em nível de estrutura de poder buscaram confirmar a hipótese desse trabalho: a reforma de 2013 retira dos militares prerrogativas que os permitiam atuar politicamente, em benefício do presidente e de seus aliados, não se tratando – portanto – de uma reforma de caráter democratizante, mas de uma revisão do próprio autoritarismo em nível presidencial. Assim, uma estrutura de poder considerada dual desde o governo Bendjedid seria – no mínimo - atenuada. O DRS mantém-se como uma agência coordenadora no sistema de inteligência argelino, ainda subordinando agências com funções de coleta e de

análise informacional que atuam internas e externamente. O DRS aparenta, entretanto, ter-se confinado à matéria de segurança, não sendo mais representativo do *Independent Security State* de Keller (1989), devido à diminuição evidente de sua capacidade de penetração na sociedade civil.

Finalmente, sendo uma reforma recente, cujas implicações serão ainda observadas, a manutenção dos objetivos presidenciais com a reforma e a própria resiliência desta devem ser acompanhadas em análises futuras.

5 CONCLUSÃO

Os serviços de inteligência existem para assegurar a ordem e a segurança do Estado, sendo peças essenciais para o exercício de poder a partir de suas contribuições para a tomada de decisões – de modo racional e realista – por parte dos agentes aos quais estão hierarquicamente ligados. Conforme visto no caso argelino, porém, existem situações de disputa por poder no seio de regimes, assim como situações nas quais as agências de inteligência se mostram autônomas na compreensão e na definição de suas missões. Nesses casos, o objetivo original poderia ser subvertido, ao passo que as agências mesmas se tornariam ora instrumentos de disputa por poder, ora tomadores de decisão em si, podendo constituir uma ameaça aos próprios governos.

Este trabalho buscou analisar as implicações políticas da reforma no serviço de inteligência da Argélia anunciada pelo presidente Abdelaziz Bouteflika em 2013, especificamente na agência militar de inteligência, o DRS, o qual detinha grande centralidade no sistema de agências, além de grande autonomia e de alto nível de penetração na sociedade civil. Após um esforço teórico, nosso esforço de contextualização demonstrou não apenas a formatação do poder dual a partir do governo Bendjedid, como a gradativa deslegitimação dos corpos militares, fato que se deu principalmente devido à violência da Guerra Civil da década de 1990. Ademais, especificamos as reformas já empreendidas no setor de segurança e os fatores – internos e externos – que contribuiriam para o sucesso de uma derradeira reforma no âmbito da inteligência governamental. Posteriormente, a partir do próprio detalhamento das funções de cada agência realocada ou eliminada em 2013 e das implicações políticas destas modificações, deixamos claro que a prerrogativa dos militares de exercer poder e influência por intermédio dos serviços de inteligência – fato que se dava desde antes da Independência nacional – aparenta ter sido diminuída substantivamente. Ao mesmo tempo, esclarecemos que não acreditamos se tratar de um esforço democratizante por parte do presidente, mas de um esforço que busca eliminar a própria situação de poder dual, a qual impunha entraves ao exercício do Poder Executivo. Esse esclarecimento se baseou em dois fatos: na inexistência de propostas que visassem à democratização do serviço de inteligência, no sentido de reforçar as cinco camadas de *accountability* vistas, e na inexistência de sujeição do próprio Poder Executivo ao processo democrático.

Naturalmente, este trabalho possui limitações de caráter metodológico e de caráter explicativo. Quanto às primeiras, a bibliografia disponível e que faz referência ao sistema de inteligência argelino não é vasta, de modo que nos falta uma compreensão completa de quais

eram as missões efetivas de cada agência incluída dentro do escopo do DRS, especialmente daquelas agências que assim permaneceram após a reforma, havendo informações por vezes contraditórias ou incompletas. De igual maneira, as informações encontradas na mídia são escassas e nem sempre confiáveis (considerando-se tanto as mídias independentes quanto as controladas pelo governo), ao passo que algumas leis de nosso interesse não se encontravam disponíveis para consulta. Possivelmente, apenas uma prolongada pesquisa de campo e a realização de entrevistas supririam tais limitações.¹⁰⁴ Em nível explicativo, o limite temporal deste trabalho deve ser considerado. Sendo uma reforma recente (2013), as conclusões às quais chegamos encontram-se no terreno da previsão baseada naquilo que se observou no passado e naquilo que efetivamente observamos hoje em nível de tensão entre civis e militares. Seguramente, este trabalho deve ter uma continuidade, qual seja, o acompanhamento dos desdobramentos futuros da reforma.

Assim, uma agenda de pesquisa já se esboça. Ademais, é uma possibilidade que contribuiria para o campo da inteligência governamental fora do eixo anglo-americano e no Grande Oriente Médio, um estudo comparado que incluísse a Argélia e outros países nos quais os militares atuassem politicamente por meio dos serviços de inteligência nesta região. Um caso já bastante coberto pela literatura é o de Israel, onde os militares não exercem poder conforme o caso argelino, porém, grande influência. A Direção de Inteligência Militar (AMAN), braço de inteligência das Forças Armadas israelenses, não possui qualquer definição legal para suas atividades, sendo dotada de alta autonomia e de baixo nível de controle externo.¹⁰⁵ Um caso também controverso, embora menos estudado, é o paquistanês; o *Inter-Services Intelligence* (ISI), também dotado de alta autonomia e de baixo nível de regulamentação, é recorrentemente citado na literatura como o “Governo Invisível” ou como o “Estado dentro do Estado”, em especial após a Guerra do Afeganistão, a partir do suporte e treinamento aos *mujahidins* feitos com apoio da CIA.¹⁰⁶ Outros Estados poderiam ser citados, também aqueles que realizaram reformas bem-sucedidas em seus serviços de inteligência, eliminando a autonomia de suas agências militares, tal qual a Turquia em relação à Organização Nacional de Inteligência (MIT) durante os anos 1990.¹⁰⁷

De tal maneira, afirma-se que a realidade argelina não se afasta daquela observável em outros países de transições democráticas recentes ou de regimes ainda caracterizados pelo

¹⁰⁴ Gill (2008) afirma que um dos motivos para não haver uma grande quantidade de pesquisas em inteligência governamental que utilize países africanos como estudos de caso é a grande periculosidade relacionada ao estudo de tais serviços.

¹⁰⁵ Cf. Cohen (2009), Kahana (2010), Kuperwasser (2007).

¹⁰⁶ Cf. Winchell (2003).

¹⁰⁷ Cf. Berkes (1998).

autoritarismo, nos quais os militares, seja por sua atuação em guerras de independência, seja pela instrumentalização do nacionalismo ou do seu papel como proponentes de um projeto de desenvolvimento, exercem grande influência e grande poder político. Assim, nem a Argélia nem o mundo árabe apresentam singularidades que dificultem ou mesmo impeçam seu estudo ou sua compreensão, havendo apenas particularidades as quais revestem todo e qualquer objeto de análise. As tradicionais agendas dos estudos de inteligência – que, conforme dito, tendem a focar no caso inglês e estadunidense, não raro com alto grau de generalização – não devem ser descartadas quando da análise destes países, uma vez que contribuem para sua compreensão; ainda assim, devem ser alargadas e revisadas, de modo a incluir essa diversidade de agendas oferecidas, as quais – em última análise – corroboram a robustez do próprio campo de Estudos de Inteligência.

REFERÊNCIAS

- ABDERRAZIQ, Ali. Los musulmanes y las interpretaciones modernas. In: FILALI-ANSARY, Abdou. **Repensar el islam: los discursos de la reforma**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. p. 101-120.
- ABU-TARBUSH, José. Del nacionalismo a los islamismos. **Ayer**, Madrid, v. 65, n. 1, p.153-187, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/41325074?uid=2&uid=4&sid=21104233057931>>. Acesso em: 27 set. 2014.
- ADDI, Lahouari. Army, State and Nation in Algeria. In: KOONING, Kees; KRUIJT, Dirk. **Political Armies: The Military and Nation Building in the Age of Democracy**. Nova York: Zed Books, 2001. p. 159-178.
- AFRICA, Sandy (Ed.). **Changing Intelligence Dynamics in Africa**. Birmingham: Gfn-ssr, 1993. Disponível em: <<http://epapers.bham.ac.uk/1526/>>. Acesso em: 01 set. 2014.
- AGERON, Charles-robert. **Histoire de l'Algérie contemporaine (1830-1982)**. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.
- AL-ASMANI, Abdulaziz A.. Origins of an Arab and Islamic Intelligence Culture. In: DAVIES, Philip H. J.; GUSTAFSON, Kristian C. (Ed.). **Intelligence Elsewhere: Spies and espionage outside the anglosphere**. Washington: Georgetown University Press, 2013. p. 89-114.
- ALEXANDER, Yonah. **Terrorism in North Africa and the Sahel in 2013**. Washington: Potomac Institute For Policy Studies, 2014. Disponível em: <<http://www.potomac institute.org/attachments/article/2652/Terrorism-in-N-Africa-and-Sahel-24Jan2014.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.
- AMINEH, Mehdi Parvizi (Ed.). **The Greater Middle East in Global Politics: Social Science Perspective on the Changing Geography of the World Politics**. Leiden: Brill, 2007.
- AMMOUR, Laurence Aïda. Evolution de la Politique de Défense Algérienne. **Centre Français de Recherche Sur Le Renseignement: Bulletin de documentation**, Paris, v. -, n. 7, p.1-13, ago. 2013. Disponível em: <http://www.cf2r.org/images/stories/bulletin_documentation/bulletin-documentation-7.pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.
- ARIEFF, Alexis. **Algeria: Current Issues**. Washington: Congressional Research Service, 2013. Disponível em: <<http://fas.org/sgp/crs/row/RS21532.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.
- ARTURI, Carlos S.. O Debate Teórico sobre Mudança de Regime Político: O Caso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p.11-31, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a02n17.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2014.
- ARTURI, Carlos S.; RODRIGUEZ, Júlio C.. Controles Democráticos e Serviços de Inteligência e de Segurança Interna em Portugal e no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2001, Caxambu. **Anais**. Caxambu, 2011. p. 1 - 30. Disponível em:

<http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT04/ARTURI_RODRIGUEZ.pdf>. Acesso em: 01 out. 2014.

ASSAM, Yahia. **Comité Justice pour l'Algérie: Les détentions arbitraires.** -: Comité Justice Pour L'algerie, 2004. Disponível em: <http://www.algerie-tpp.org/tpp/pdf/dossier_4_detentions_arbitraires.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política.** São Paulo: Editora Globo, 1967.

BARAK, Oren; DAVID, Assaf. The Arab Security Sector: A New Research Agenda for a Neglected Topic. **Armed Forces & Society**, Texas, v. 36, n. 5, p.804-824, out. 2010. Disponível em: <<http://www.ssresourcecentre.org/wp-content/uploads/2011/06/Barak-and-David-The-Arab-Security-Sector-A-new-research-agenda-for-a-neglected-topic.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

BENCHIKH, Madjid. **Comité Justice pour L'Algérie: L'organisation du système politique.** -: Dossier N. 16, 2004. Disponível em: < http://www.algerie-tpp.org/tpp/presentation/resume_13.htm>. Acesso em: 11 out. 2014.

BERKES, Niyazi. **The Development of Secularism in Turkey.** London: McGill University Press, 1998.

BETTS, Richard K. **Enemies of Intelligence: Knowledge and Power in American National Security.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Brasília: Edunb, 1983

BORN, Hans; WETZLING, Thorsten. Intelligence accountability: Challenges for parliaments and intelligence services. In: JOHNSON, Loch K. (Ed.). **Handbook of Intelligence Studies.** Nova York: Routledge, 2007. p. 315-328.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Editora Papirus, 2013.

BRUNEAU, Thomas C.; BORAZ, Steven C. (Ed.). **Reforming Intelligence: Obstacles to Democratic Control and Effectiveness.** Austin: University Of Texas, 2007.

BRUNEAU, Thomas. Controlling Intelligence in New Democracies. **International Journal Of Intelligence And Counterintelligence**, Londres, v. 14, n. 3, p.323-341, jul. 2001.

BRUNEAU, Thomas; MATEI, Florina Cristiana. Intelligence reform in new democracies: factors supporting or arresting progress. **Democratization**, Londres, v. 18, n. 3, p.602-630, maio 2011.

BUSTOS, Rafael. The Algerian National Reconciliation Referendum of 2005. **Mediterranean Politics: Magreb**, Londres, v. 11, n. 1, p.119-121, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.iemed.org/anuari/2006/aarticles/aBustos.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

CAMAU, Michel. Poder y Legitimidad en el Magreb. In: GARCÍA, Barnabé. **Espana-Magreb.** Madrid: Siglo XXI. 1992. p.87-107.

CEPIK, Marco. Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de expansão e Configuração Atual. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n.1, 2003. p.75-127.

CHALALA, Elie. Arab Nationalism: A Biographic Essay. In: farah, Tawfic E. (ed). **Pan-Arabism and Arab Nationalism: The Continuing Debate**. Boulder and London: Westview Press, 1987. p. 18-57.

COHEN, Avner. Nuclear Legislation For Israel. **Strategic Assessment - INSS**, Tel Aviv, v. 12, p.7-18, 04 jun. 2009. Disponível em: <[http://www.inss.org.il/upload/\(FILE\)1244444308.pdf](http://www.inss.org.il/upload/(FILE)1244444308.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2014.

COLLOMBIER, Virginie. Les militaires dans le texte constitutionnel: étude des cas algérien, pakistanais et turc. **Arab Reform Initiative**. -, p. - - -. jun. 2012. Disponível em: <<http://www.arab-reform.net/military-and-constitution-cases-algeria-pakistan-and-turkey>>. Acesso em: 29 set. 2014.

COOK, Steven A. **Ruling but not governing: the military and political development in Egypt, Algeria and Turkey**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

DAGUZAN, Jean-françois. Armées et société dans le monde arabe: entre révolte et conservatisme. **Fondation Pour La Recherche Stratégique**, Paris, v. 13, n. 5, p.1-14, fev. 2013.

DAGUZAN, Jean-françois. **Al Qaida au Maghreb islamique: une menace stratégique?**. Paris: Fondation Pour La Recherche Stratégique, 2010. Disponível em: <<http://www.frstrategie.org/barreFRS/publications/dossiers/2011/aqmi/doc/aqmi.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2014.

DAHL, Robert A. **A Democracia e seus Críticos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

DAVIES, Susanna. **Knowledge Is Power?: The Use and Abuse of Information in Development**. Londres: Ids Bulletin, 1994.

DJABI, Nacer. Algeria: The Man and the Regime. **The Arab Reform Initiative**, -, v. -, n.-1, p.1-9, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.arab-reform.net/algeria-man-and-regime>>. Acesso em: 12 out. 2014.

EIA. **Country Analysis Brief: Algeria**. Washington, 2014. Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/Algeria/algeria.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

ENTELIS, John P.. Sonatrach: the political economy of an Algerian state institution. In: VICTOR, David G.; HULTS, David R.; THURBER, Mark C. (Ed.). **Oil and Governance: State-Owned Enterprises and the World Energy Supply**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 557-598. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/Oil_and_Governance.html?id=pBuV5z_hnngC&redir_esc=y>. Acesso em: 21 out. 2014.

ENTELIS, John P.; ARONE, Lisa. Government and Politics. In: METZ, Helen Chapin (Ed.). **Algeria: a country study**. Washington: Federal Research Division Library Of Congress, 1994. p. 173-234. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/dztoc.html>>. Acesso em: 29 set. 2014.

FERREIRA, Oliveiros S. Vida e morte do partido fardado. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

GALITO, Maria Sousa. AQIM: Terrorismo Islâmico no MAGREB e do SAHEL. **Sol Nascente**, Huambo, v. 2, n. -, p.1-23, set. 2012. Disponível em: <http://www.ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N2_art8.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

GANNON, John. Managing Analysis in the Information Age. In: GEORGE, Roger Z.; BRUCE, James B.; GEORGE, Roger Z. (Ed.). **Analyzing intelligence: origins, obstacles, and innovations**. Washington: Georgetown University Press, 2008. p. 213-226. Disponível em: <http://pahlevanzadeh.org/edu/Analyzing_intelligence_origins_obstacles_and_innovations_-_Roger_Z_George.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2014.

GARCIA, Barnabé Lopez. **El mundo árabo-islâmico contemporáneo**. Madri: Síntesis, 1997.

GENESTET, Vincent. **Comité Justice pour l'Algérie: Les exécutions extrajudiciaires**. -: Comité Justice Pour L'algerie, 2004. Disponível em: <http://www.algerie-tpp.org/tpp/pdf/dossier_5_executions_extra_judiciaires.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.

GILL, Peter. Introduction. In: GILL, Peter & FARSON, Stuart & PHYTHIAN, Mark & SHPIRO Shlomo (Ed.). **Handbook of Global Security and Intelligence: National Approaches**. Washington, Praeger, 2008. [Two Volumes]. p. 01-17.

GILL, Peter. **Policing Politics: Securitu Intelligence and Liberal Democratic State**. Londres: Frank Press. 1994.

GILL, Peter. Theories of intelligence Where are we, where should we go and how might we proceed? In: GILL, Peter; MARRIN, Stephen; PHYTIAN, Mark. **Intelligence Theory: key questions and debates**. Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 208-226

HERMAN, Michael. Intelligence and the assessment of military capabilities: Reasonable sufficiency or the worst case? **Intelligence And National Security**, Londres, v. 4, n. 4, p.765-799, out. 1989.

HERMAN, Michael. **Intelligence services in the information age**. Londres, FrankCass, 2001.

HIDOUCI, Ghazi. "Charter for Peace and National Reconciliation" in Algeria: Threatening Contradictions. **Arab Reform Initiative**, -, v. -, n. -, p.1-6, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.arab-reform.net/charter-peace-and-national-reconciliation-algeria-threatening-contradictions>>. Acesso em: 11 set. 2014.

HUNTINGTON, Samuel P.. **A Terceira Onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

HUNTINGTON, Samuel P.. **The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations**. Vintage Books: New York, 1964 [1954].

HUNTINGTON, Samuel P.. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.

ICG. La Concorde Civile: Une Initiative de Paix Manquee. **Icg Rapport Afrique**, Bruxelles, v. 1, n. 31, p.--36, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/fr/regions/moyen-orient-afrique-du-nord/afrique-du-nord/algerie/031-the-civil-concord-a-peace-initiative-wasted.aspx>>. Acesso em: 10 out. 2014.

ISS. **ISS Report: Union for the Mediterranean Building on the Barcelona acquis**. Paris: Iss, 2008. Disponível em: <http://www.iss.europa.eu/uploads/media/ISS_Report01.pdf>. Acesso em: 11 out. 2014.

JACKSON, Henry F. **The FNL in Algeria**. Westport: Greenwood Press, 1977.

JANE'S. **Algeria: Country Profile**. 2009.

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: um estudo social e político**. Rio de Janeiro: GRD. 1967.

JANOWITZ, Morris. Some observations on the comparative analysis of Middle Eastern military institutions. In: Parry, V.J. and M. E. Yapp (eds.): **War, technology and society in the Middle East**. London; New York: Oxford University Press. 1975.

JENSEN, Carsten (Ed.). **Developments in Civil-Military relations in the Middle East**. Copenhagen: Royal Danish Defence College, 2008.

JESÚS, Carlos Echeverría. Los cambios en la cúpula militar argelina en el contexto de las reformas del Estado. **Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales T Estratégicos**, Madrid, v. -, n. 71, p.1-6, jun. 2005. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/riecano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/mediterraneo+y+mundo+arabe/ari+71-2005>. Acesso em: 19 out. 2014.

KAHANA, Ephraim. Israeli Intelligence: Organization, Failures, and Successes. In: JOHNSON, Loch K. (Comp.). **The Oxford Handbook of National Security Intelligence**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010. p. 806-823.

KAHANA, Ephraim; SUWAED, Muhammad. **The A to Z of Middle Eastern Intelligence**. Plymouth: Scarecrow Press, 2009. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=9q0BYK7vEHcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 01 set. 2014.

KAMRAVA, Mehran. Military Professionalization and Civil-Military Relations in the Middle East. **Political Science Quarterly**, Columbia, v. 115, n. 1, p.67-92, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2658034?uid=2&uid=4&sid=21104623451243>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

KELLER, W. W.. **The Liberals and J Edgar Hoover: Rise and Fall of a Domestic Intelligence State**. Princeton: Princeton University, 1989.

KERVYN, J.; GÈZE, F.. **Comité Justice pour L'Algérie: L'organisation des Force de Répression**. -: Dossier N. 16, 2004. Disponível em: <http://www.algerie-tpp.org/tpp/pdf/dossier_16_centres.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

KUPERWASSER, Yosef. **Lessons from Israel's Intelligence Reforms**. Washington: The Saban Center For Middle East Policy At The Brookings Institution, 2007. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2007/10/intelligence%20kuperwasser/10_intelligence_kuperwasser>. Acesso em: 14 out. 2014.

LASSWELL, Harold D.; KAPLAN, Abraham. **Power and Society: A Framework for Political Inquiry**. Yale: Yale University Press, 1950.

LECA, J. ; SCHEMEIL, Y. Clientelismo et patrimonialisme dans le monde árabe. **International Political Science Review**, Washington, v. 4, n. 4, p.455-494, outubro 2008. Disponível em: <http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/developpement/shared/developpement/mdev/soutienauxcours0809/meier_MO/Leca_Schmeil.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

LENZE, Paul Ernest. **Civil-Military Relations in "Islamic Democracies": Military intervention and withdeawl in Algeria Pakistan and Turkey**. 2011. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Department of Political Science, Washington State University, Washington, 2011. Disponível em: <https://research.wsulibs.wsu.edu/xmlui/bitstream/handle/2376/2849/LenzeJr_wsu_0251E_10074.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 out. 2014.

LEVISSE-TOUZE, Christine. **L'Afrique du Nord dans la guerre, 1939-1945**. Paris: Albin Michel. 1998.

MALLEY, Robert. **The Call From Algeria: Third Worldism, Revolution and the Turn to Islam**. Berkeley, London: UCLA Press. 1996.

MELLAH, Salima. **Comité Justice pour l'Algérie: Les massacres en Algérie, 1992-2004**. -: Comité Justice Pour L'algerie, 2004. Disponível em: <http://www.algerie-tpp.org/tpp/pdf/dossier_2_massacres.pdf>. Acesso em: 30 set. 2014.

MIGUEL, Carlos Ruiz. Dudas y sospechas sobre Al Qaida del Magreb Islámico. **Grupo de Estudios Estratégicos Gees**, Madrid, v. -, n. 8159, p.1-26, out. 2010. Disponível em: <http://www.gees.org/articulos/dudas_y_sospechas_sobre_al_qaida_del_magreb_islamico_8159>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MOHAMED, Mustapha. State, Security and Reform: the case of Algeria. **Arab Reform Initiative** - , jun. 2012. Disponível em: <<http://www.arab-reform.net/state-security-and-reform-case-algeria>>. Acesso em: 26 out. 2014.

MOORE, Clement Henry. **Politics in North Africa: Algeria, Morocco, and Tunisia**. Boston: Little, Brown. 1970.

MORAES, J. Q. de, Alfred Stepan e o mito do poder moderador. In **Liberalismo e ditadura no Cone Sul**, Coleção Trajetórias n.7, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, pp.57-110.

MUÑOZ, Gema Martín. **El Estado Árabe: Crisis de Legitimidad y Contestación Islamista**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2000.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e Política: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Paris: Fondation Nationale Des Science Politique, 1980. p. 27-42.

PERLMUTTER, Amos. The Praetorian State and the Praetorian Army: Toward a Taxonomy of Civil-Military Relations in Developing Polities. **Comparative Politics**, Nova York, v. 3, n. 1, p.382-404, abr. 1969.

PHYTIAN, Mark. Intelligence theory and theories of international relations: shared worlds or separate worlds. In: GILL, Peter; MARRIN, Stephen; PHYTIAN, Mark. **Intelligence Theory: key questions and debates**. Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 54-73.

POERNER, Arthur José. **Argélia: O caminho da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

QUANDT, William B.. Algeria Uneasy Peace. **Journal Of Democracy**, Washington, v. 13, n. 4, p.15-23, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.journalofdemocracy.org/article/democratization-arab-world-algerias-uneasy-peace>>. Acesso em: 29 set. 2014.

RAHAL, Yahya. Histoires de pouvoir: un général témoigne. Argel: Casbah Edições, 1997.

ROBERTS, Hugh. Demilitarizing Algeria. **Carnegie Endowment For International Peace**, Massachusetts, v. 86, n. 1, p.1-23, maio 2007. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/cp_86_final1.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

ROBERTS, Hugh. The Struggle for Constitutional Rule in Algeria. **The Journal Of Algerian Studies**, Londres, v. 3, n. 1, p.19-30, jun. 1998. Disponível em: <<http://www.algeria-watch.org/farticle/debat/debatarmeeroberbts.htm>>. Acesso em: 20 set. 2014.

ROJAS, Emilio Sánchez. Argélia 50 años después: suma y sigue?. **Instituto Español de Estudios Estratégicos**, Madrid, v. -, n. 57, p.1-13, jul. 2012. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2012/DIEEEE054-2012_Argelia50Anosdespues_ESanchezRojas.pdf>. Acesso em: 12 out. 2014.

ROUQUIÉ, Alain. Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Paris: Fondation Nationale Des Science Politique, 1980. p. 9-26.

RUSSELL, Bertrand. **Power: A New Social Analysis**. Londres: Routledge, 2004.

SAMRAOUI, Mohamed. **Chronique des années de sang**. Helsinki: Denoël, 2003.

SATANA, Nil S.. Civil-Military Relations in Europe, the Middle East and Turkey. **Routledge**, Londres, v. 12, n. 2, p.279-292, jul. 2011.

SEGURA I MAS, Antoni. **El Magreb: del colonialismo al islamismo**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1994.

SIDHOUM, Salah-eddine. **Comité Justice pour l'Algérie: Les centres de torture et d'exécutions**. -: Dossier N° 6, 2003. Disponível em: <http://www.algerie-tpp.org/tpp/presentation/resume_6.htm>. Acesso em: 29 out. 2014.

SIFAOU, Mohamed. **Histoire Secrète de l'Algérie Indépendante: L'État-DRS**. Paris: Nouveau Monde, 2012. Disponível em: <<http://algeriachannel.net/documents/etat-drs.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2014.

SMALLMAN, Shawn C. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2004. p. 389-408.

SORENSEN, David. Civil-Military Relations in North Africa. **Middle East Policy**, Washington, v. 14, n. 4, p.99-114, nov. 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-4967.2007.00327.x/abstract>>. Acesso em: 15 set. 2014.

STATOIL. **The In Amenas Attack**: Report of the investigation into the terrorist attack on In Amenas. Prepared for Statoil ASA's board of directors. Stavanger, 2013. Disponível em: <http://www.statoil.com/en/NewsAndMedia/News/2013/Downloads/In_Amenas_report.pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Rio de Janeiro: Artenova. 1971.

STEPAN, Alfred. **Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

VICTOR, David G.; HULTS, David R.; THURBER, Mark C.. **Oil and Governance: State-Owned Enterprises and the World Energy Supply**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=pBuV5z_hnngC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 01 out. 2014.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África moderna: um continente em mudança**. Porto Alegre: Leitura XXI. 2010.

VOLPI, Frédéric. **Islam and Democracy: The failure of dialogue in algeria**. Londres: Pluto Press, 2003.

WEBER, Max. Burocracia. In: GERTH, H. H.; MILLS, W. (Org.) **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. **Economía e Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

WERENFELS, Isabelle. **Who is in charge?: Algerian Power Structures and their resilience to change**. Paris: Science Po, 2010. Disponível em: <http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/fachpublikationen/wrf_algerien_1002_ks.pdf>. Acesso em: 08 out. 2014.

WINCHELL, Sean P. Pakistan's ISI: The Invisible Government. **International Journal Of Intelligence And Counterintelligence**, Washington, v. 16, n. 3, p.374-388, jul. 2003.

YEFSAH, Abdelkader. L'armée et le pouvoir en Algérie de 1962 à 1992. **Revue Du Monde Musulman Et de La Méditerranée**, Aix-en-provence, v. 65, n. 1, p.77-95, jun. 1992.

Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/remmm_0997-1327_1992_num_65_1_1556>. Acesso em: 20 set. 2014.

ZAVERUCHA, Jorge. **Sarney, Collor, Itamar, FHC e as Prerogativas Militares (1985-1998)**. Chicago: Meeting Of The Latin American Studies Association, 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Zaverucha.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2014.

Documentos Jurídicos

ARGÉLIA. Constituição (1963). Constituição nº 1, de setembro de 1963. **Constitution de La Republique Algerienne Democratique Et Populaire**. Argel, Disponível em: <<http://mjp.univ-perp.fr/constit/dz1963.htm>>. Acesso em: 19 set. 2014.

ARGÉLIA. Constituição (1976). Constituição nº 2, de 1976. **Constitution de La Republique Algerienne Democratique Et Populaire**. Disponível em: <<http://www.conseil-constitutionnel.dz/Constituion1976.htm>>. Acesso em: 21 set. 2014.

ARGÉLIA. Constituição (1989). Constituição nº 3, de 1989. **Constitution de La Republique Algerienne Democratique Et Populaire**. Disponível em: <http://www.rcd-algerie.org/maj/rcd/texte_fondateur/pdf1214117048Constitution_algerienne_du_fevrier_1_.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

ARGÉLIA. Constituição (1996). Constituição nº 76, de 8 de dezembro de 1986. **Constitution de La Republique Algerienne Democratique Et Populaire**. Argel, Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/legaldocument/wcms_125825.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.

ARGÉLIA. Lei nº 2006-01, de fevereiro de 2006. **Charte Pour La Paix Et La Réconciliation Nationale**. Argel, Disponível em: <<http://www.interieur.gov.dz/Dynamics/frmItem.aspx?html=1&s=3>>. Acesso em: 10 out. 2014.

ARGÉLIA. Lei nº 99-08, de 13 de julho de 1999. **Ley de Concordia Civil**. Argel, Disponível em: <<http://www.solidaritat.ub.edu/observatori/esp/argelia/documentosargelia.htm>>. Acesso em: 06 out. 2014.

Artigos de Jornais

ARBANI, Mourad. Hocine Malti: « Les services américains et britanniques ont dicté la restructuration du DRS ». **Algerie 1**. Paris, 9 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.algerie1.com/actualite/hocine-malti-les-services-americains-et-britanniques-qui-ont-voulu-la-restructuration-du-drs/>>. Acesso em: 24 out. 2014.

BBC. **Algeria hostage crisis: What we know**. **BBC**. Londres, 21 de janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-21087732>>. Acesso em: 24 out. 2014.

BERKOUK, Mhand. U.S.–Algerian Security Cooperation and the War on Terror. **Carnegie Middle East Program**. Massachusetts, 17 jun. 2009. Disponível em:

<<http://carnegieendowment.org/2009/06/17/u.s.-algerian-security-cooperation-and-war-on-terror>>. Acesso em: 24 out. 2014.

ENTELIS, John. Algeria: Revolutionary in name only. **Foreign Policy**. Washington, 7 de setembro, 2011. Disponível em: <http://mideastafrica.foreignpolicy.com/posts/2011/09/07/algeria_revolutionary_in_name_only>. Acesso em: 17 jul. 2014.

GACEMI, Baya. Les réseaux en Algérie. **L'express**. Paris, 28 de fevereiro, 2005. Disponível em: <http://www.algeria-watch.org/fr/article/eco/reseaux_algerie.htm>. Acesso em: 26 set. 2014.

GHOZALI, Sid Ahmed. Les «harkis du système»: l'armée politique et la question iranienne. **Le Quotidien D'oran**. Oran, 18 de outubro, 2010. Disponível em: <http://www.algeria-watch.org/fr/article/pol/iran/itv_ghozali.htm>. Acesso em: 8 out. 2014.

L'ALGERIE, Tout Sur (Comp.). La déclaration intégrale du président Bouteflika. **Tout Sur L'algerie**. Argel, 18 de fevereiro, 2014. Disponível em: <<http://archives2013.tsa-algerie.com/actualite/item/5847-la-declaration-integrale-du-president-bouteflika>>. Acesso em: 21 out. 2014.

MAKEDHI, Madjid. Une vieille revendication de l'opposition ignorée par le pouvoir. **El Watan**. Argel, 12 de maio, 2014. Disponível em: <<http://www.opemam.org/node/4930>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MAMMERY, Achira. Conférence de presse de Amar Saâdani. **Tout Sur L'algerie**. Argel, 20 de abril, 2014a. Disponível em: <<http://www.tsa-algerie.com/2014/04/20/direct-conference-de-presse-de-amar-saadani/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MAMMERY, Achira. Pourquoi le FLN plaide-t-il pour l'instauration d'un État civil? Argel: **Tout Sur L'algerie**. Argel, 18 de setembro, 2014b. Disponível em: <<http://www.tsa-algerie.com/2014/09/18/pourquoi-le-fln-plaide-t-il-pour-linstauration-dun-etat-civil/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

MEHDI, Katia. Amar Saâdani: "Toufik aurait dû démissionner". **Tout Sur L'algerie**. Argel, 03 fevereiro, 2014. Disponível em: <<http://archives2013.tsa-algerie.com/entretiens/item/4593-exclusif-amar-saadani-toufik-aurait-du-demissionner>>. Acesso em: 20 out. 2014.

OUALI, Hacem. Le DRS: l'armature du régime. **El Watan**. Argel, 15 de março, 2011. Disponível em: <http://www.algeria-watch.de/fr/article/mil/drs_armature.htm>. Acesso em: 17 jul. 2014.

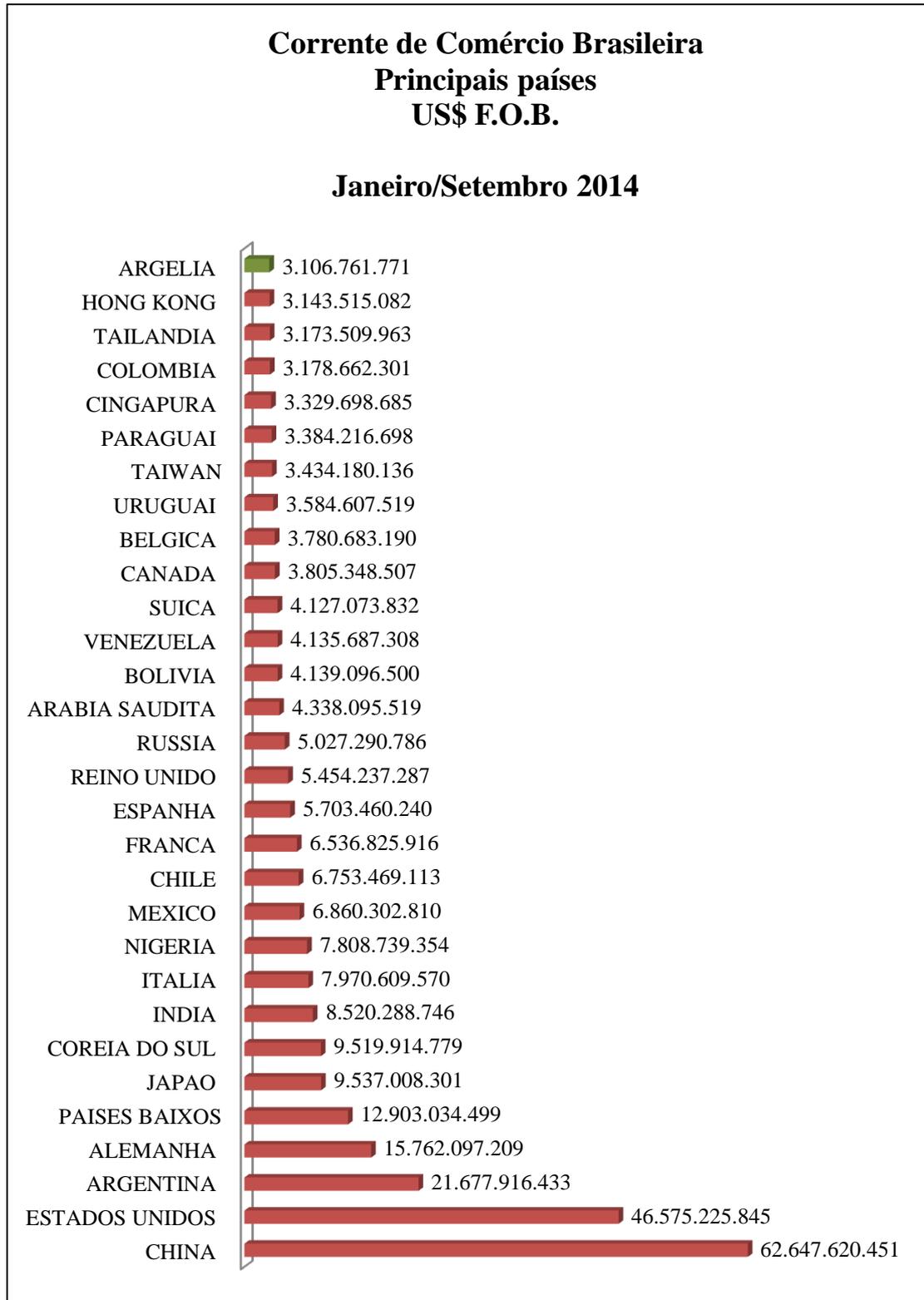
Documentos Exclusivos em Meio Eletrônico (Homepages)

HOUSE, Freedom. **2014 Freedom in the World**. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report-types/freedom-world>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

IFES. **Election Guide**: Democracy Assistance and Election News. Disponível em: <<http://www.electionguide.org/countries/id/4/>>. Acesso em: 04 out. 2014.

MDIC. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

**ANEXO 1 – PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL EM
JANEIRO/SETEMBRO 2014 (corrente de comércio – US\$ F.O.B)**



Quadro: Principais parceiros comerciais do Brasil em janeiro/setembro 2014 (corrente de comércio – US\$ F.O.B). Elaboração própria (Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

ANEXO 2 – ATENTADOS TERRORISTAS NO MAGREB E NO SAHEL DESDE 2001

	Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	1662 ataques	21 ataques	55 ataques	31 ataques	44 ataques	104 ataques	153 ataques
Argélia	1285 ataques	20	54	28	39	93	120
Chade	58 ataques				3	6	28
Líbia	152 ataques						1
Mali	70 ataques			1	1	2	3
Mauritânia	27 ataques				1	3	
Marrocos	9 ataques			2			1
Níger	40 ataques						
Tunísia	21 ataques	1	1				

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	161 ataques	152 ataques	204 ataques	178 ataques	185 ataques	144 ataques	230 ataques
Argélia	110	121	185	168	164	132	51
Chade	14	6		1			
Líbia						6	145
Mali	10	11	4	4	8	5	16
Mauritânia	4	4	2	2	7		
Marrocos	5				2		
Níger	18	9	3	3	3	1	1
Tunísia		1			1		17

Quadro: Atentados terroristas no Magreb e no Sahel desde 2001. Elaboração própria (Fonte: Alexander, 2014).

ANEXO 3 – REDES DE AUTORIDADE DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARGELINO

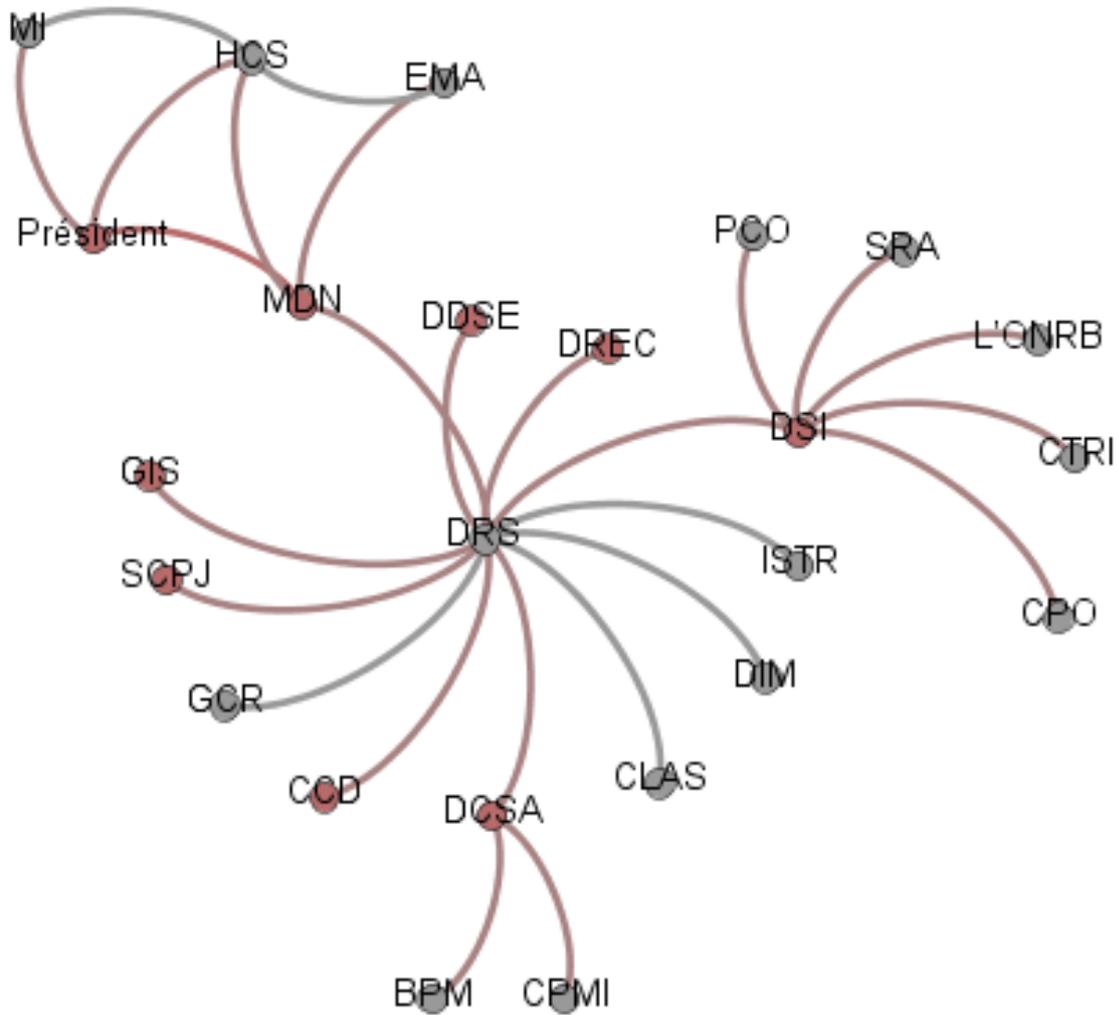


Figura: Rede de autoridade do sistema de inteligência argelino em **2012** (ano anterior à reforma). Elaboração própria.

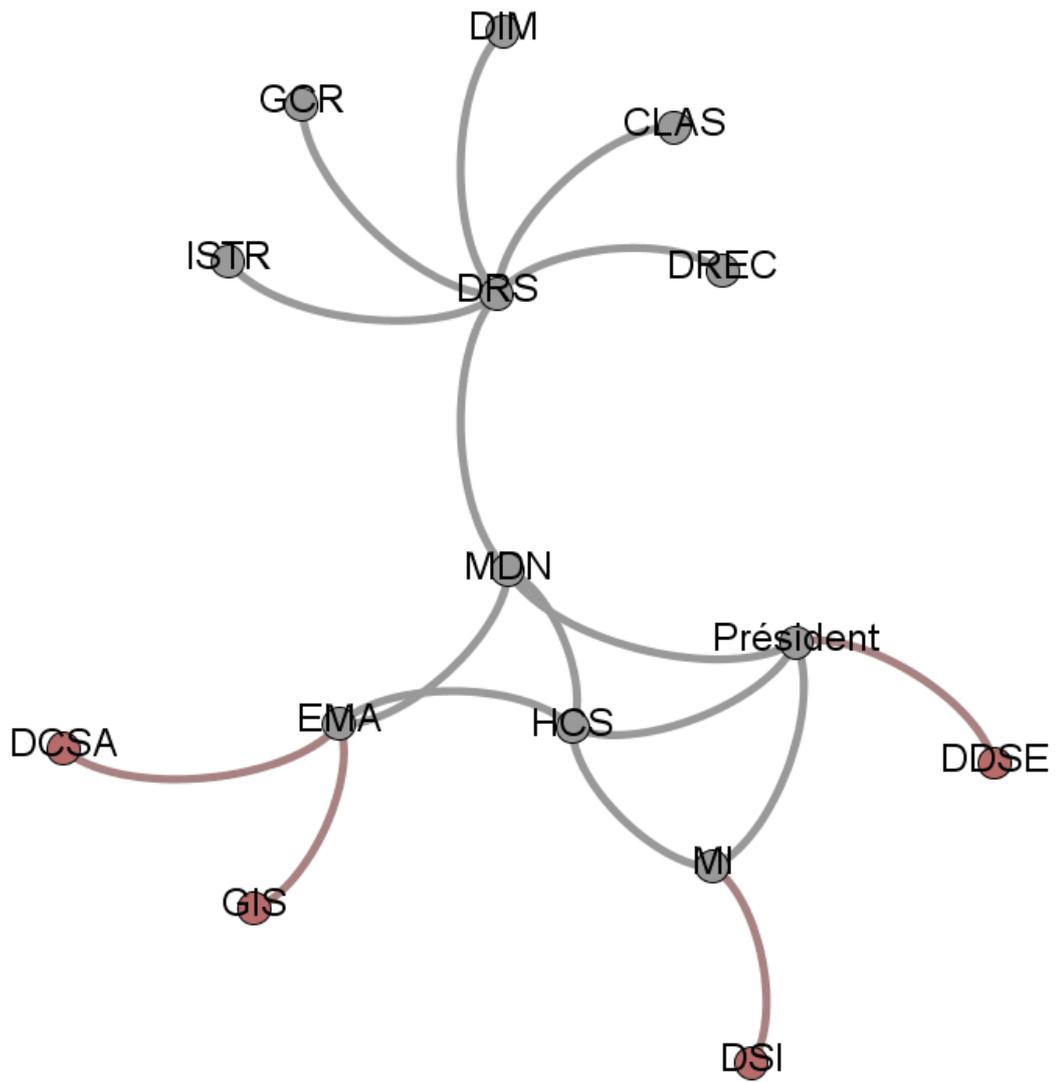


Figura: Rede de autoridade do sistema de inteligência argelino em **2014** (ano posterior à reforma). Elaboração própria.

Serviço de Inteligência Argelino					
Président de la République	Président	Département du Renseignement et de la Sécurité intérieure	DRS	Commandement de coordination de la lutte contre les activités subversives	CLAS
Ministère de l'Intérieur	MI	Direction de la sécurité intérieure	DSI	Service de recherche et d'analyse	SRA
Ministère de la Défense	MDN	Direction centrale de la sécurité de l'armée	DCSA	Centre principal des opérations	CPO
État-Major de l'Armée	EMA	Direction de la documentation et de la	DDSE	Centres Territoriaux de Recherche et d'Investigation	CTRI
Haut Conseil de sécurité	HCS	Le Groupement d'intervention spécial	GIS	Institut supérieur des techniques du renseignement	ISTR
		Service Central de Police Judiciaire	SCPJ	Direction des relations extérieures et de la	DREC
		Centre de Communication et de Diffusion	CCD	Poste de commandement opérationnel	PCO
				Office national de répression du banditisme	ONRB
				Centre principal militaire d'investigation	CPMI
				Bataillons de police militaire	BPM
				Département d'infiltration et de manipulation	DIM
				Groupement de contrôle des réseaux	GCR

Figura: Siglas do sistema de inteligência argelino. Elaboração própria.

ANEXO 4 – DADOS DA ARGÉLIA

Nome oficial	República Democrática e Popular da Argélia (Al Jumhuriyah al-Jaza'iriyah ad-Dimuqratiyah ash-Shabiyah)
Línguas	Árabe (oficial), Tamazight-Berber (nacional) (Francês é amplamente falado)
Religião	Islã sunita (oficial)
Sistema político	República presidencial
	Multipartidária
	Parlamento bicameral
Chefe de Estado	Presidente Abdelaziz Bouteflika
Chefe de Governo	Primeiro Ministro Abdelmalek Sellal
Ano da última Constituição	1996

Quadro: Dados da Argélia. Elaboração própria (Fonte: Janes, 2009).